



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Cesar Augusto de Oliveira Casella


Machado de Assis: literatura, discursos e questões raciais

Rio de Janeiro

2024

Cesar Augusto de Oliveira Casella

Machado de Assis: literatura, discursos e questões raciais



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

A848 Casella, Cesar Augusto de Oliveira.
Machado de Assis: literatura, discursos e questões raciais / Cesar Augusto de Oliveira Casella. – 2024.
141 f.

Orientadora: Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Assis, Machado de, 1839-1908 - Crítica e interpretação – Teses. 2. Literatura brasileira – História e crítica – Teses. 3. Análise do discurso literário – Teses. 4. Assis, Machado de, 1839-1908 – Personagens – Negros – Teses. 5. Escravidão na literatura – Teses. 6. Racismo na literatura – Teses. I. Salgueiro, Maria Aparecida Andrade. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Cesar Augusto de Oliveira Casella

Machado de Assis: literatura, discursos e questões raciais

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 31 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof^ª. Dra. Andréa Sirihal Werkema
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Leonardo Davino de Oliveira
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Jânderson Albino Coswosk
Instituto Federal do Espírito Santo

Prof^ª. Dra. Valéria Silva de Oliveira
Centro de Instrução Almirante Graça Aranha – Marinha do Brasil

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para a Fê e para o Umberto, sempre.

AGRADECIMENTOS

Via de regra, agradecimentos são praxe e parecem perder algo do sentimento íntimo do agradecido, talvez porque eles sejam dados a ver como algo oriundo somente da polidez ou das contingências textuais. É preciso dizer que este não é o caso aqui. As dificuldades na execução deste trabalho foram inúmeras e os agradecimentos aqui são *cum vero corde*.

Em primeiro lugar, um agradecimento extenso e profundo para a Profa. Cida – eliminando os tremeliques e as nomenclaturas de praxe, de enfiada... – que tanto ajudou e confiou na finalização desta tese. Outro agradecimento, muito especial, é para a Profa. Andréa, implicada desde cedo nas minhas caminhadas machadianas no doutorado. O agradecimento para a Profa. Fernanda, que tanto auxiliou na qualificação, vai mesclado ao lamento pela impossibilidade de sua participação na banca de defesa. Um agradecimento enorme ao Prof. Leonardo pela leitura caetanizada da tese. O agradecimento ao Prof. Jânderson vai repleto da empatia entre leitores que buscam não engessar a leitura de Machado. À Profa. Valéria segue um agradecimento que gostaria de ter a mesma energia vital da leitura e das considerações efetuadas. À Profa. Ana Karla e ao Prof. Márcio, deixo um agradecimento pela extrema generosidade na participação da banca. À Cláudia, agradeço enormemente o sagaz trato com as burocracias.

À Fê e ao Umberto não tenho como dimensionar o quanto tenho de agradecer: tiveram paciência, confiança e amor para me entregar quando eu já não tinha de onde tirar força, inteligência e resistência para continuar. Agradeço aos dois dedicando-lhes esta tese.

Entretanto, estes agradecimentos não podem terminar sem um capítulo das negativas. Agradeço a negativa da Universidade Estadual de Goiás (UEG) ao meu pedido de licença de qualificação. Aprendi os meandros da esfera judicial. Agradeço ao juiz de segunda instância que negou a decisão favorável de primeira instância. Aprendi que há magistrados muito zelosos do bem público. Agradeço, ainda, algumas negativas silenciosas de auxílio prático no cotidiano de trabalho docente. Aprendi a conviver com o cansaço e a falta de perspectivas. Logo se vê que, como no caso de Brás Cubas, restou-me um pequeno saldo: o legado de uma certa miséria institucional.

- Ao vencedor, as batatas! – exclamou Rubião quando deu com os olhos na rua sem noite, sem água, beijada de sol.

Machado de Assis [Capítulo CXCVII de *Quincas Borba*]

RESUMO

CASELLA, Cesar Augusto de Oliveira. *Machado de Assis: literatura, discursos e questões raciais*. 2024. 141 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Machado de Assis: literatura, discursos e questões raciais propõe uma abordagem discursiva da obra machadiana para compreender o contexto histórico específico em que se deu a sua produção e o modo como nela se tratam questões raciais de sua época. A tese é organizada em quatro capítulos. O primeiro trata da imensa e diversa fortuna crítica sobre Machado de Assis a partir das diferentes figuras – das funções-autor – que se constituíram em torno dele, projetando a nova figura do escritor afrodescendente. O segundo capítulo busca investigar as condições de produção dos textos machadianos, em termos históricos e dos discursos constituintes presentes em uma sociedade escravocrata e europeizada, procurando posicionar a obra machadiana frente ao discurso abolicionista. O terceiro apresenta análises de contos escolhidos, as quais buscam mostrar que as personagens negras presentes em certas obras de Machado permitem vislumbrar uma identificação étnica para o texto machadiano. O quarto capítulo apresenta algumas reflexões que permitem subsumir uma posição discursiva para Machado de Assis em relação às questões raciais – escravidão, racismo, abolicionismo etc. – de seu tempo.

Palavras-chave: Machado de Assis; discurso; questões raciais.

ABSTRACT

CASELLA, Cesar Augusto de Oliveira. *Machado de Assis: literature, discourses and racial issues*. 2024. 141 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Machado de Assis: literature, discourses and racial issues proposes a discursive approach to Machado de Assis's work to understand the specific historical context in which it was produced and the way that it deals with racial issues of its time. The thesis is organized into four chapters. The first chapter deals with the immense and diverse critical fortune about Machado de Assis based on the different figures – the author-functions – that were constituted around him, projecting the new figure of the afro-descendant writer. The second chapter seeks to investigate the conditions of production of Machado de Assis's texts, in historical terms and related with the constituent discourses present in a slave-owning and Europeanized society, seeking to position these texts in relation to the abolitionist discourse. The third chapter presents analyses of chosen stories, which seek to show that the black characters present in certain works by Machado de Assis allows to glimpse an ethnic identification for these texts. The fourth chapter presents some reflections that allow to subsume a discursive position for Machado de Assis in relation to racial issues – slavery, racism, abolitionism etc. – of his time.

Keywords: Machado de Assis; discourse; racial issues.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	09
1	LENDO MACHADO DE ASSIS ATRAVÉS DA CRÍTICA.....	23
1.1	Machado de Assis: o mito nacional.....	25
1.2	Machado de Assis: o autor realista.....	36
1.1	Machado de Assis: o escritor afrodescendente.....	43
2	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO TEXTO MACHADIANO.....	48
2.1	O Brasil entre o Império e a República: implicações no texto machadiano.....	50
2.2	O ambiente intelectual: breves traços do fim de século.....	63
2.3	O discurso abolicionista.....	73
3	PERSONAGENS NEGRAS IMPORTAM.....	82
3.1	A tragédia brasileira de Elisa.....	84
3.2	Jacobina através do espelho.....	96
3.3	O célebre Pestana e os usos do maxixe.....	107
4	O MAIS ENCOLHIDO DOS CARAMUJOS.....	118
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	134

INTRODUÇÃO

A literatura não existe nem nunca existiu no vácuo. Ela só pode tomar corpo em um contexto histórico específico e, se consegue sobreviver a ele e falar a tempos futuros, não é porque o repudiou em nome de algum valor transcendente e atemporal, mas, pelo contrário, porque conseguiu trazer em si aquilo que era decisivo e ainda toca o presente, por maiores que sejam as mediações necessárias para tanto. (DURÃO, 2020, p. 15)

Uma primeira questão que se coloca a todo aquele que se defronta com a obra machadiana e que pretende estudá-la é a de como ler Machado de Assis na atualidade. Há várias camadas de problemas neste questionamento, das quais se faz um pequeno elenco: 1. O estatuto de escritor fundamental e fundante da literatura brasileira; 2. O perigo de uma abordagem anacrônica, no sentido de que se pode injetar postulados incomensuráveis às condições de produção da obra machadiana; 3. A existência de diferentes e sucessivos discursos críticos sobre a obra machadiana; 4. A miríade de gêneros a que o autor se dedicou, para os quais há variados graus de importância atribuídos pela crítica literária; 5. A relevância dos estudos literários e da própria literatura na sociedade brasileira contemporânea.

Nem todas estas camadas serão devidamente tratadas nesta tese. E algumas outras camadas aparecerão, certamente, passando a ocupar o centro das atenções. É próprio ao trabalho científico, tão maltratado ultimamente, saber lidar com a incompletude, o inacabamento e a impossibilidade de apreender o real em sua totalidade. Paciência. Alguma coisa há de escapar ao naufrágio das ilusões.

Entretanto, ao estabelecer como ponto de partida a complexidade do estudo da obra machadiana na atualidade, é possível perceber que, como escrevem Andréa Wekerma e João César de Castro Rocha (2021), “um escritor tão rico e plural quanto Machado de Assis deu azo a debates os mais diversos e intensos” (p. 11).

O que leva a reflexão para o argumento de certa crise instalada nos Estudos Literários da atualidade, que atinge a Teoria Literária e a Crítica Literária, a qual, em linhas gerais, advém da consolidação dos Estudos Culturais e da reorientação dada por estes ao papel da literatura (SOUZA, 2014; DURÃO, 2016). Entende-se que esta crise, a tensão teórica que ela institui, abriu a possibilidade de repensar os princípios, os métodos e as finalidades do texto literário.

Deste modo, “em lugar de posições dicotômicas e diametralmente opostas, a paisagem intelectual contemporânea é definida pela multiplicidade de perspectivas”

(WERKEMA; ROCHA, 2021, p. 11), o que trouxe e traz uma riqueza de leituras sobre a obra machadiana.

Riqueza por um lado, um certo perigo metodológico por outro. Fabio Durão (2020) alerta para o papel preponderante que a teoria passou a ocupar nos estudos literários, tanto no exterior quanto no Brasil, “ocupando cada vez mais aquilo que seria o espaço para a prática de interpretação” (p. 11), pois “os diferentes movimentos teóricos com muita facilidade surgem como pré-moldados que aparentam realizar o trabalho de interpretação” (p. 12), sem o fazê-lo, em verdade.

Fabio Durão (2020) ilustra assim o seu argumento: o desconstrutivismo procurará uma oposição binária fundamental do texto e a reverterá, mostrando a importância da relação ausência/presença; o feminismo focará no papel das personagens femininas frente a ordem patriarcal; o pós-colonialismo visará a identificação dos procedimentos de dominação colonial; a teoria *queer* objetivará os indícios textuais que tematizam a normalização e o desvio sexual. Apesar de avaliado como cientificamente legítimo, por produzir conhecimento novo, “a esterilidade das conclusões, a reiteração cansativa de ideias já dadas em objetos simplesmente novos são gritantes” (DURÃO, 2020, p. 12). Um cão de lata ao rabo que se transforma pelos estilos antitético, asmático, *ab ovo* e clássico.

Porém, não seria o caso de abandonar a teoria, apenas de não deixá-la predeterminar o que se deve investigar nas obras literárias. Como escreve Fabio Durão (2020), trata-se de constituir uma perspectiva teórica que se sobreponha à mera aplicação de teorias, uma perspectiva que submetta as teorias ao escrutínio da interpretação, “considerando-as não apenas como fonte de conceitos a ser usados, mas também *material* a ser investigado” (p. 12. Grifo do original). Enfim, postula-se que a pesquisa deve estar acima das teorias, instituindo um espectro de investigação que possa acolhê-las.

A multiplicidade de perspectivas de abordagens sobre a literatura tem outra dimensão, que passa pelo acúmulo diacrônico de visões – ou discursos, conforme se apreende aqui – sobre o fazer literário. Dessa maneira, é um dos objetivos desta introdução mostrar brevemente que, ao longo dos séculos, se configuraram discursos institucionalizados sobre a literatura que poderiam ser chamados de: A. discurso clássico; B. discurso histórico; C. discurso formal; D. discurso cultural.

Em uma definição técnica e dicionarizada de <discurso>, por óbvio também uma definição parcial, Dominique Maingueneau (1998) dispõe que ele é “um certo modo de apreensão da linguagem”, sem que seja considerado “uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (p. 43. Grifos do original). Uma

acepção ampla, pela qual o termo se torna funcional ao permitir ver a língua em sua articulação com o histórico e o social, afastada dos postulados saussurianos.

O verbete de Dominique Maingueneau (1998) ainda consigna uma série de oposições que ajudam a definir o termo: O discurso não é a língua, o discurso não é a fala, o discurso não é o texto e o discurso não é a narrativa. Entretanto, se a noção de <discurso> não se resume a nenhuma destas outras instâncias da linguagem, possui várias relações e tensões com todas elas. O discurso tem uma materialidade lexical, sintática e textual, sem as quais não é possível ter acesso aos variados posicionamentos ideológicos existentes em um dado momento e em uma dada sociedade.

Especificamente, a definição de <discurso> utilizada neste estudo apoia-se em postulados foucaultianos. Neste sentido, cabe lembrar a passagem de Michel Foucault (2008), de *A arqueologia do saber*, em que ele define a <prática discursiva> como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (p. 133).

Segundo Dominique Maingueneau (2008), isto leva a compreensão do <discurso> para a de “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (p. 15). Assim, identificar materialmente um discurso sobre a literatura é recortar, em uma dispersão de textos – manuais, obras literárias, obras críticas, panfletos, prefácios etc. –, uma frequência de enunciados que, por um conjunto de regras históricas, dadas em certo tempo e em certa sociedade, dizem o que dizem sobre o objeto de que falam.

A arqueologia foucaultiana de apreensão dos discursos prevê que se descreva o conjunto de enunciados “não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada”, assim como a descrição não deve se dar pela “interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade”, a descrição não procura “o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo”, trata-se de estabelecer “uma *positividade*” (FOUCAULT, 2008, p. 141. Grifo do original).

Segundo postula Foucault (2008), a massa diversa e dispersa de textos que pertence a uma mesma formação discursiva, na qual entrevê-se “tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagam, se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam, cujo todo não percebem”, não comunica apenas pela recorrência dos temas, pelo encadeamento das

proposições, pela pertinência da significação, mas também “pela forma de positividade de seus discursos” (p. 144).

Ou, mais exatamente, essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico. (FOUCAULT, 2008, p 144)

O que leva a uma importante reflexão foucaultiana, a se transportar para os estudos literários em uma mirada arqueológica. O *a priori* histórico mencionado por Foucault (2008) não é “condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados” (p. 144). Assim, não se busca reencontrar na história aquilo que tornaria legítima uma certa assertiva, mas se procura “isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (FOUCAULT, 2008, p. 144).

A arqueologia do saber não traz à tona verdades que nunca puderam ser ditas ou apresentadas, pois seu *a priori* é o de “uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas”, devendo tratar da dispersão dos enunciados, “em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível”, em outras palavras, a arqueologia do saber “tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2008, p 144).

A funcionalidade da noção de <discurso>, na perspectiva arqueológica, é a de fazer ver que língua, sujeito, história e sentido estão envolvidos no interior de relações sociais em que saberes e poderes não se dissociam.

Usa-se a noção para compreender como se estabelecem historicamente os regimes de verdade em uma dada sociedade, como os sentidos são disputados e se arvoram em verdades, e não para erigir verdades escondidas, nem para defender a verdade de sentidos malpostos ou para protegê-la de um poder externo e total. Trata-se – não só, mas inexoravelmente – de lidar com o <discurso> para estabelecer uma história dos jogos estratégicos do poder/saber. Como se estabelecem modos hegemônicos de apreensão daquilo que é a literatura.

Para o escopo deste trabalho, em que a arqueologia foucaultina não será levada a termo, ou seja, não se estabelecerá uma história das recepções e das concepções da literatura a partir da descrição densa de conjuntos de enunciados dispersos por diversos gêneros textuais, o que se espera é caracterizar brevemente alguns dos discursos sobre a literatura que parecem exercer mais força e poder na concepção do fazer literário no ocidente e no Brasil.

O primeiro passo, no sentido de uma caracterização breve dos discursos anteriormente enumerados, é o de observar panoramicamente os movimentos teóricos que se sucederam no trabalho de análise e validação do texto literário. Um livro como o *História da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (SOUZA, 2014) permite acompanhar uma cronologia dos estudos literários e abrir as reflexões desejadas.

O discurso clássico sobre a literatura remete às realizações e à trajetória das chamadas disciplinas antigas de estudo da língua e da linguagem em sua relação com a disciplinarização atual, ou seja, a divisão antiga em Gramática, Retórica, Filologia, Poética e Crítica vai reger a atual separação em Estudos Linguísticos e Estudos Literários (SOUZA, 2014, p. 17-23). É um discurso de longa duração – o que não significa dizer que ele foi homogêneo ao longo do tempo em que se instalou – e que vem moldando uma forma de ver o fazer literário.

Um discurso de longa duração e de extensa dispersão pelos textos. Sem que haja nenhuma possibilidade de exaustividade, aponta-se alguns marcos do discurso clássico na materialidade linguística, em enunciados concretos, que mostrem minimamente uma de suas linhas de força: a imitação.

Neste quesito, o ponto inicial pode ser situado n’*A República* de Platão (2000) e na *Poética* de Aristóteles (2005), vistos como fundamentais para o início do estabelecimento do sistema clássico de apreciação literária. Como se sabe, Platão (2000) normatiza a poesia – a literatura, portanto – para que ela se integre ao seu sistema filosófico racional, rejeitando a imitação, a *mimesis* dos poetas, pois ela não se adéqua a sua pólis ideal. Aristóteles (2005) empreende uma análise mais sistemática e específica da poesia, com considerações centrais em torno da imitação, uma das noções basilares do sistema clássico, junto às noções de modelo, arte, engenho, emulação e utilidade/deleite.

Na noção aristotélica, grosso modo, a imitação é natural e ensina a todos os homens, além de estar articulada à verossimilhança, como disposto nos Capítulo IV e Capítulo VIII da *Poética*, respectivamente. Deste modo, Aristóteles enfrenta o postulado platônico de que a imitação engana, de que ela é prejudicial por se tratar de imitação de aparências, como está disposto no Livro X d’*A República*.

A continuidade dos postulados clássicos pode ser bem ilustrada pelos manuais de poesia que, a partir da tradição grega e durante séculos, ensinaram o ofício ao poeta. Uma pequena lista pode conter: a *Arte poética* de Horácio (2005), uma espécie de crítica romana dos postulados de Aristóteles, de controversa datação mas provavelmente do século I a.C.; o *Poetria nova*, de Geoffroi De Vinsauf (1990), surgido por volta do século XIII e usado na Idade Média; *A arte poética* de Nicolas Boileau-Despréaux (1979), datado de 1674 e usado no

classicismo francês; a *Arte Poética* de Cândido Lusitano, nome árcade de Francisco José Freire (1759), que codifica os preceitos neoclássicos para a poesia em língua portuguesa.

Nesta visão clássica, estabelece-se uma espécie de “imóvel presente” (SOUZA, 2014, p. 37) sobre a literatura, compreendendo-se que a que importa estudar e conhecer é aquela tida como perene, como universal, pois trata dos traços fundamentais do ser humano. É preciso notar que o discurso clássico vai além do que está disposto nos textos literários e nos manuais de arte poética. Há todo um conjunto de enunciados, advindos da Filosofia, da Retórica, da Gramática, entre outros, que coabitam esta formação discursiva.

Outro ponto a considerar é que o discurso clássico, obviamente, não se liga somente a um período cronológico. Em outras palavras, ele não se esgota com o surgimento de outros discursos sobre a literatura. Perde a sua hegemonia, talvez, mas nada impede – e efetivamente isto ocorre – que o discurso clássico esteja presente nos estudos atuais sobre a literatura, aplicado a objetos contemporâneos.

Por sua vez, o discurso histórico sobre a literatura refere-se, em linhas gerais, às realizações e ao surgimento da História Literária (SOUZA, 2014, p. 23-27). Os traços fundamentais deste novo modo de compreensão da literatura podem ser assim enunciados: a pretensão de objetividade científica e o afastamento dos valores estéticos; a inserção da explicação dos fenômenos no historicismo e na diacronia; a divisão dos estudos sobre a produção literária em nacionalidades específicas.

Fábio Durão (2016) observa que, entre o fim do Século XVIII e o início do XIX, há “uma mudança na concepção das artes de **imitação** para **expressão**” (p. 78. Grifos do original). Obviamente, a citação é concisa demais para explicar uma questão muito mais complexa, mas permite que percebamos a mudança da visão clássica para a visão histórica. Como escreve Durão (2016, p. 80), a descoberta da História pelos românticos, tanto como disciplina como ferramenta para o estudo literário, é uma das mais importantes descobertas da época para a abordagem e a concepção da literatura.

Desde então, a visão hegemônica sobre o fazer literário não se encontra mais nas artes poéticas, mas sim nos volumes de histórias das literaturas nacionais. Uma outra pequena lista pode conter: a *Histoire de la littérature anglaise* de Hippolyte Taine (1891), originalmente de 1864, bastante conhecida no Brasil; a *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero (1902), cuja primeira edição é de 1888, sabidamente um marco nos estudos literários brasileiros; a *Formação da literatura brasileira* de Antônio Cândido (1997), obra onipresente nos estudos acadêmicos contemporâneos no Brasil, lançada em 1959.

Nesta visão histórica, a literatura é compreendida a partir do advento das “forças históricas” (SOUZA, 2014, p. 43), as quais transformam o entendimento do que é o fazer literário, trazendo à baila as questões identitárias, específicas de cada nacionalidade, bem como uma perspectiva diacrônica e de certo viés científico, o da história como disciplina, que busca mostrar o vínculo entre o texto literário e o seu entorno social. O discurso histórico também vai além do que está disposto nos textos literários. Há toda uma série de enunciados, vindos da Filosofia, da História, da Sociologia, do ensino, da mídia, entre outros, que sustentam esta formação discursiva.

É possível pensar, ainda, que o discurso histórico não se restringe somente ao período cronológico de seu surgimento, estando presente nos estudos literários contemporâneos. Por princípio, entretanto, ele não poderia ser encontrado na massa de textos – normativos, críticos, analíticos etc. – sobre a literatura, anteriores ao advento das “forças históricas”.

Quanto ao discurso formal sobre a literatura, ele vincula-se às realizações e à trajetória da Teoria Literária (SOUZA, 2014, p. 30-34), no sentido de que esta se volta para o estético e para o gosto, buscando um próprio para a atividade literária, distanciando-se da história literária ao afastar-se dos estudos da nacionalidade e ao “[...] concentrar-se na investigação da literariedade, conceito que criou, definindo-o como um universal trans-histórico constitutivo dos textos literários” (SOUZA, 2014, p. 32).

Assim, a visão preponderante sobre o fazer literário passa a ser encontrada nas obras acadêmicas de teoria. Uma breve lista pode conter: o texto *Linguística e poética* de Roman Jakobson (2008), originalmente de 1960, que constitui a função poética da linguagem como a passagem que possibilita a teorização de uma propriedade específica ao texto literário, a literariedade; o *Teoria da literatura*, organizado por Tzvetan Todorov (2013), inicialmente de 1965, que recolhe os textos fundamentais dos formalistas russos; o *Teoria da literatura em suas fontes*, organizado por Luiz Costa Lima (2012), cuja primeira edição é de 1975 e traz um panorama da reflexão teórica sobre a literatura.

Nesta visão formal, mais centrada nos aspectos estéticos, a literatura passa por uma “reeducação estética” (SOUZA, 2014, p. 46), proposta pelos estudos formalistas, os quais implementam uma visão da literatura em que importa o valor estético da obra literária, a sua singular função em relação ao ordinário da linguagem, a propriedade da literariedade.

Por fim, o discurso cultural sobre a literatura advém do surgimento e expansão dos Estudos Culturais (SOUZA, 2014, p. 34-37), passando pelo questionamento do cânone literário, que é tido como uma construção cultural em meio a outras mais. Assim, grosso

modo, esvai-se principalmente o conceito de literatura como um conjunto de textos de grande valor universal e atemporal.

Nas palavras de Fabio Durão (2016), “a ascensão dos **estudos culturais** impôs à crítica literária a necessidade de justificar seu objeto” (p. 107), pois forjou-se “uma concepção de cultura que não mais se atrelava àquilo que seria o *valor* intrínseco da obra, à veiculação de algo com uma validade geral” (p. 107), passando a se relacionar às “*formas de vida* ligadas, sem dúvida, a distinções de classe social, mas também de gênero sexual e raça” (p. 108. Grifos do original).

O que ocasiona uma crescente complexidade dos Estudos Literários, a partir do desenvolvimento interno da questão do que seja o ‘literário’, com a concorrência e coocorrência de perspectivas teóricas diferentes ao longo dos tempos – estruturalismo, formalismo russo, pós-estruturalismo, estética da recepção, teorias críticas pós-modernas etc. – e da progressiva interdisciplinariedade no campo das Ciências Humanas. Uma lista, algo precária e bem pouco sistemática, pode conter: o *Marxismo e literatura* de Raymond Williams (1979), originalmente de 1977; o *A literature of their own* de Elaine Showalter (1978); o *Introdução à literatura negra* de Zilá Bernd (1988).

Nesta visão cultural, a literatura passa por um processo de “destituição dos cânones” (SOUZA, 2014, p. 48), que questiona o estatuto de arte privilegiada da alta literatura, em uma busca pela diversidade de culturas e pela alteridade.

Portanto, sem se estabelecer mais profundamente a arqueologia dos quatro discursos – clássico, histórico, formal e cultural – e sem tratar da dispersão de enunciados que ocorreram nas mais variadas instâncias de pensamento – Filosofia, Gramática, História, Sociologia, Antropologia, Linguística etc. – é possível refletir que, na passagem dos séculos, diferentes discursos sobre a literatura foram sendo construídos.

Em síntese, e usando o panorama traçado em *História da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (SOUZA, 2014, p. 37-50), no “imóvel presente” estuda-se o clássico, o eterno, o valor estável, a humanidade. Com o advento das “forças históricas” passa-se a estudar a identidade, o diacrônico, o valor específico, a nacionalidade. Quando há uma “reeducação estética” o foco é o estudo do moderno, do sincrônico, do valor estético, da literariedade. Enfim, com a proposta de “destituição dos cânones” passa-se a estudar as diferentes culturas, a diversidade, o valor de representação, a alteridade.

Um exercício breve de pesquisa mostra a existência de estudos machadianos que podem ser alocados em cada um destes discursos, mostrando a complexidade da questão inicial desta introdução: como Machado de Assis tem sido lido na atualidade?

O discurso clássico sobre Machado de Assis pode ser visto nos estudos comparativos que partem dos estudos clássicos, se se parte do postulado foucaultiano já mencionado de que o conjunto de enunciados descrito não é uma totalidade de significação fechada mas sim um perfil lacunar e retalhado, bem como se se reflete sobre as formas específicas de acúmulo destes enunciados.

É assim que Edson Ferreira Martins (2020) pôde analisar obras machadianas selecionadas e argumentar que “a escolha das cenas homéricas imitadas, sobretudo da *Iliada*”, importa muito na “construção de sua poética de revalorização da *imitatio* e da *aemulatio*” que, unida a uma perspectiva crítica dos problemas sociais do Brasil, “revoluciona a forma de se pensar o projeto de concepção de uma literatura nacional, em pleno contexto de ebulição do Romantismo” (p. 227) e, ao fim, estipular um *Machado de Assis, leitor de Homero*.

O “imóvel presente” (SOUZA, 2014) da visão clássica está presente e afeta a compreensão de Machado de Assis no campo do ensino de literatura e da mídia, por exemplo, em que a obra machadiana, por tratar dos traços humanos fundamentais (ciúmes, egoísmo, ambição etc.), é vista como universal, perene, e por isso precisa ser estudada e conhecida. O que se vê em enunciados como o da manchete “Machado de Assis, um clássico para todos” (MOCO, 2008).

O discurso histórico pode ser visto em muitos enunciados típicos do gênero biografia que, por óbvio, constroem uma narrativa histórica para o biografado e tentam explicar a obra literária em relação à vida do autor. Ao que se mescla o substrato científico, também próprio da visão histórica aqui delineada. Neste enquadre, partindo da psicologia e da psicanálise, é que Lúcia Miguel Pereira (1988), por exemplo, relaciona os romances machadianos da primeira fase a uma ambição pessoal de ascensão social do indivíduo Joaquim Maria Machado de Assis.

O quesito nacionalidade, também próprio e importante ao discurso histórico, aparece em muitas das conhecidas análises da obra machadiana, que tematizaram a relação entre a ficção do autor e a realidade brasileira de seu tempo. Ao fim e ao cabo, na perspectiva histórica, a procura pelo realismo machadiano é também uma procura pela identidade nacional em Machado de Assis. Um trecho de John Gledson (2003) pode ilustrar este ponto: “não existe nada muito original em destacar o interesse de Machado pela sociedade, história e políticas brasileiras: é coisa do passado remoto (ou deveria sê-lo) criticá-lo por não refletir a realidade local” (p. 31).

As “forças históricas” (SOUZA, 2014) operam fundo na compreensão do que é o fazer literário, possibilitando o debate sobre o estatuto da própria narrativa, vista no entremeio de

sua dimensão ficcional e documental, levando, por exemplo, Sidney Chalhoub (2003) a discutir a relevância da obra machadiana como documento histórico e a ver um *Machado de Assis, historiador*.

O discurso formal sobre Machado de Assis pode ser exemplificado por trabalhos que partem de categorias do formalismo russo para compreender a obra machadiana. Ou vice-versa, que é o que faz Ivan Texeira (1998), ao usar *O alienista* para ilustrar a noção formalista de estranhamento, no intuito de apresentar uma fortuna crítica do formalismo russo na *Cult*, uma revista de divulgação mais ampla da literatura.

A visão formal da literatura, como compreendida na fórmula “reeducação estética” (SOUZA, 2014), que torna o valor estético da obra literária o mais importante, pela sua singular função em relação ao ordinário da linguagem, pela propriedade da literariedade, também está presente em enunciados ligados ao ensino de literatura, mormente no argumento do prazer do texto.

A posição canônica da obra machadiana é discutida pelo discurso cultural, dentro da proposta de “destituição dos cânones” (SOUZA, 2014) e de ressignificação da literatura, pois que os textos de Machado de Assis passam a ser lidos para o estudo da diversidade, da representatividade de outras culturas não hegemônicas, para a compreensão de subtextos de resistência e reexistência. Desta maneira, por exemplo, Fernanda Miguel e Juliana Fernandes (2018) tratam do silenciamento da negra Elisa, personagem fundamental do conto *Virginus*, assassinada pelo pai mas que é vítima de Carlos e do sistema patriarcal que ele representa, sustentado pelo escravismo.

Outro exemplo é o de Eduardo de Assis Duarte (2008) que lê “o motivo recorrente da morte do senhor como enunciação machadiana do fim do regime” escravocrata e discute o modo como os textos machadianos “narram as relações entre senhores e escravos no Brasil e inscrevem a decadência do patriarcado escravista” (p. 75). Desta mirada cultural e da investigação de Duarte, surgem as *Memórias póstumas da escravidão*.

Ler e interpretar a obra machadiana na atualidade requer lidar com todas estas camadas interpretativas – e com outras que não foram nomeadas – e com toda a complexidade de tão diversos discursos de recepção crítica. Requer lidar com as várias abordagens críticas, sustentadas pelo progressivo acúmulo dos conceitos e pelo aumento da interdisciplinariedade, abordagens que se colocam como antagonistas do cânone literário e da prática interpretativa tradicional (DURÃO, 2016). Requer lidar com a reanálise do objeto de estudo, conforme apontou Fabio Durão (2016), imposta à Crítica Literária, à Teoria Literária e aos Estudos

Literários: O que é a literatura? Por que ela mereceria atenção especial? Como ela se tornou um objeto cultural privilegiado?

Este quadro, de tensões e crise, torna os Estudos Literários permeáveis ao contato de diferentes abordagens discursivas. Desde, pelo menos, o final do século XX, os estudos discursivos se espalharam e ampliaram o território dos estudos linguísticos, opondo-se ao “núcleo rígido” da Linguística e formando uma “periferia de contornos instáveis” (MAINGUENEAU, 1993, p. 11-12), isto significa, resumidamente, que os estudos da linguagem abriram-se para o exterior linguístico, para a concretude e a realidade da interação verbal humana e suas implicações, adicionando novos campos às pesquisas anteriores, de viés exclusivamente linguístico, decorrentes da visão do sistema linguístico como estrutura autônoma, independente do falante, de sua realidade social e histórica.

Novas tendências e diferentes práticas de análises dos discursos surgem com esta ampliação, operada pelos estudos discursivos, como se lê em Dominique Maingueneau (1993), o que permite o estabelecimento de novos objetos de estudo. Neste movimento, a literatura, tanto a prosa como a poesia, passa a ser tratada pela Análise do Discurso, em variadas e diferentes abordagens discursivas.

Em *Discurso Literário*, Dominique Maingueneau (2006) propõe compreender a literatura a partir de uma perspectiva que toma o texto literário como um discurso e na qual os aspectos extraliterários não são o foco, mas aparecem articulados à abordagem discursiva. Desta maneira, não se relaciona as obras às instâncias mais afastadas da literatura, tais como o conflito de classes, a psicologia individual do autor ou os eventos históricos mais amplos, mas sim reflete-se sobre o discurso, considerando-se o ambiente imediato do texto literário como, por exemplo, os seus ritos de escrita, os seus suportes materiais, as condições de produção, os implícitos da enunciação etc.

Assim, a tarefa de análise do discurso literário seria a de examinar o entorno das obras, atentando-se àqueles elementos que são parte do dispositivo de comunicação dos textos literários, o que inclui aquilo

[...] que é feito em torno das práticas de leitura e dos quadros sociais e históricos da recepção, das condições materiais de inscrição e de circulação dos enunciados, de discursos produzidos pelas diversas instituições que contribuem para avaliar e dotar de sentido a produção e o consumo de obras literárias (de modo particular, os meios de comunicação e a escola). (MAINGUENEAU, 2006, p. 8)

A literatura, nesta perspectiva, é encarada como um conjunto de enunciados, como um discurso. Na base da proposta de Maingueneau há uma visão interdiscursiva e interdisciplinar do texto literário e, ao fim, busca-se a apreensão dos “enunciados por meio da atividade social que os sustenta, remetendo as palavras a lugares, distribuindo o discurso numa multiplicidade de gêneros cujas condições de possibilidade, rituais e efeitos têm de ser analisados” (MAINGUENEAU, 2006, p. 37).

Esta abordagem do discurso literário de Dominique Maingueneau (2006) não tem interesse em dizer “o que as obras significam, mas em que condições o fato literário é possível, e os textos literários podem abrir-se à interpretação” (p. 323).

Neste sentido, a própria literatura, algo institucionalizada, é produtora de um discurso que circula socialmente. Tal como a escola produz um discurso escolar, o judiciário produz um discurso jurídico, a religião produz um discurso religioso e a ciência produz um discurso científico. Estes são discursos constituintes, nos quais outros discursos se apoiam e, portanto, estão em âmbito diferente dos quatro discursos sobre a literatura, esquadrihados anteriormente nesta introdução.

Além do discurso literário, visto como um discurso constituinte, e dos discursos sobre a literatura, é possível que o texto literário – como qualquer outro gênero, ainda que a partir de suas condicionantes de gênero – materialize os discursos circulantes na sociedade. O texto literário pode materializar um discurso constituinte, isto é, um texto literário pode apresentar a visão de uma instituição. O texto literário pode materializar doutrinas, ideias etc. que estão circulando na sociedade.

Para compreender como o texto literário materializa discursos, a abordagem discursiva busca interpretar e compreender a construção de sentidos, através de um trabalho que vai além da estrutura linguística, mas que a abarca. Uma abordagem discursiva da literatura busca apreender as condições de produção e de circulação dos textos, vistos como discursos, como acontecimentos, sempre se relacionando com outros discursos.

Assim, a abordagem discursiva é um mecanismo de leitura do texto literário. Lembre-se que a Análise do Discurso “nasceu, pode-se dizer, como resposta à questão de como ler, questão formulada tanto por Althusser”, como por Règine Robin e por Michel Pêcheux, “que desejava exatamente propor, com sua peculiar versão da AD, um projeto de teoria não subjetiva da leitura” (POSSENTI, 2009, p. 9).

Entretanto, isto não significa dizer que a Análise do Discurso conseguiu abordar todas as questões relevantes da leitura. Abandonado o projeto inicial de um mecanismo objetivo de leitura de textos, principalmente textos políticos, os analistas de discurso passam a se atribuir

outra tarefa: “a de dar conta dos percursos de quem lê como lê”, tentando “considerar que não é suficiente conhecer a língua para ler um texto; que ele, de fato, pode permitir mais de uma leitura” (POSSENTI, 2009, p. 14). O que leva a

(...) defender a ideia de que o árbitro definitivo da leitura é o texto, desde que o texto seja concebido discursivamente, ou seja, tomado como submetido a todas as restrições históricas que normalmente o afetam, e que afetam, portanto, seu autor e seu(s) leitor(es), submetendo-os tanto às regras de circulação quanto de interpretação. (POSSENTI, 2009, p. 19)

Destaque-se, neste sentido, a busca de três pressupostos expostos por Eni Orlandi (2008, p. 19): “a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista do discurso não é interpretar mas compreender como um texto funciona”, isto é, a abordagem discursiva procura compreender como um texto produz sentidos. Pretende-se, então, “mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade” (ORLANDI, 2008, p. 23).

Resta apresentar a estrutura textual da tese. Um pouco da imensa e diversa fortuna crítica da obra machadiana será tematizada no primeiro capítulo, como forma de compreender as figuras – as diferentes funções-autor – que se constituíram em torno do nome de Machado de Assis, a partir do trabalho de recepção crítica e seguindo as noções de Hélio de Seixas Guimarães (2017). Compreender a figura do “mito nacional” e a do “autor realista”, e projetar a figura do “escritor afrodescendente” são modos de apreender os discursos críticos sobre a obra machadiana.

Partindo-se do princípio de que o texto literário materializa discursos, que ele traz em si doutrinas, ideias etc. que circulam na sociedade de sua época, o segundo capítulo busca investigar as condições de produção da obra machadiana, em termos dos discursos constituintes presentes em uma sociedade escravocrata e europeizada. Reflete-se sobre como a história brasileira está implicada em alguns textos machadianos e traça-se um curto panorama da intelectualidade do Rio de Janeiro do fim do século XIX. Em específico, busca-se posicionar os textos de Machado de Assis frente ao discurso abolicionista.

No terceiro capítulo, apresentam-se análises de contos escolhidos, as quais buscam mostrar que as personagens negras presentes em certas obras de Machado de Assis permitem vislumbrar uma identificação étnica para o texto machadiano, dentro do paradigma da recepção crítica que o vê como escritor afrodescendente. É importante marcar que este sentido decorre da interpretação de quem analisa os textos em uma abordagem discursiva, buscando

compreender o funcionamento destes contos, ou melhor, quais foram os elementos linguísticos que permitiram a textualização de um discurso.

Utilizando as informações, os aspectos teóricos e as análises dos três capítulos anteriores, o quarto capítulo apresenta algumas reflexões no intuito de subsumir uma posição discursiva para Machado de Assis em relação às questões raciais – escravidão, racismo, abolicionismo etc. – de seu tempo. Trata-se de fazer aparecer, como posição discursiva, o mais encolhido dos caramujos.

Uma pequena paráfrase – uma apropriação no sentido dialógico – da citação de Durão (2020), que abriu esta introdução, ajuda a estabelecer melhor o que ficou escrito: A literatura machadiana nunca existiu nem existe no vácuo, precisou de um contexto histórico específico que lhe deu as condições de produção e, se sobreviveu a ele e continua a significar na atualidade, não é porque tem algum valor transcendente e atemporal, mas sim porque conseguiu trazer em si aquilo que era decisivo em sua época de origem e que ainda toca o presente, mesmo que seja necessário o trabalho analítico – advindo de uma abordagem discursiva – para que isto emerja.

1 LENDO MACHADO DE ASSIS ATRAVÉS DA CRÍTICA

De modo que ler e interpretar Machado de Assis é de alguma maneira ser lido e interpretado por ele – ter nossas limitações e nossos pontos cegos “denunciados” por seu texto, capaz de acolher interpretações diversas, até mesmo conflitantes. (GUIMARÃES, 2017, p. 277)

Este capítulo busca mostrar e discutir algumas das recepções críticas da obra de Machado de Assis. O intuito é refletir sobre as camadas de compreensão que se depositaram sobre a obra machadiana, mesmo que não se faça aqui um trabalho exaustivo de demonstração e caracterização das camadas existentes. Assim, traça-se um breve panorama das interpretações diversas – e por vezes conflitantes – do texto machadiano, através de estudos selecionados, utilizando-se como fio condutor da reflexão as figuras machadianas exaradas de *Machado de Assis, o escritor que nos lê*, de Hélio de Seixas Guimarães (2017).

Isto porque, conforme explicitam Andréa Wekerma e João Cezar de Castro Rocha (2021), o trabalho de Hélio de Seixas Guimarães (2017) demonstra “o caráter acidentado do reconhecimento do legado de Machado de Assis na literatura brasileira” (WERKEMA: ROCHA, 2021, p. 10), mostrando que há várias camadas de apreciação e de recepção crítica da obra machadiana.

Como o próprio Hélio de Seixas Guimarães (2017) explica, o seu estudo e a sua abordagem da imensa fortuna crítica de Machado de Assis destaca “momentos de inflexão na percepção e no entendimento da construção de quatro figuras do autor, em que os estudos críticos são agentes e sintomas de transformações que muitas vezes extrapolam o âmbito literário” (p. 14). Foca-se, então, “o trabalho de construção coletiva das figuras machadianas, o que Roger Chartier chamou de função-autor” (GUIMARÃES, 2017, p. 15).

A função-autor, como se sabe, é uma noção de Michel Foucault postulada na conferência *Qu'est-ce qu'un auteur?*, proferida em 1969 na Sociedade Francesa de Filosofia, a qual foi retomada por Roger Chartier (2012). Foucault “questionava os mecanismos a partir dos quais um nome próprio é atribuído a alguns textos e não a outros” (CHARTIER, 2012, p. 20) e procurava entender como estes mecanismos, designados como função-autor, eram característicos da maneira como certos discursos existiam, circulavam e funcionavam no interior de uma dada sociedade. As figuras de Guimarães (2017) são, portanto, uma forma de compreender como uma certa recepção crítica produz um certo Machado de Assis.

Nomeadamente, as figuras de Hélio de Seixas Guimarães (2017) para Machado são: 1. O escritor de exceção; 2. O mito nacional; 3. O Shakespeare brasileiro e 4. Em torno do autor realista. Interessam mais de perto a figura do mito nacional e a do autor realista, que serão apresentadas e utilizadas nos dois primeiros itens deste capítulo. Além destas, projeta-se a figura do escritor afrodescendente, no terceiro item deste capítulo, que ensejará uma discussão maior sobre a função-autor e que pretende dar conta de uma certa recepção contemporânea.

Em sua resenha sobre *Machado de Assis, o escritor que nos lê*, Benito Petraglia (2018) escreve que o trabalho de Hélio de Seixas Guimarães, “paradoxalmente”, por suas “imensas qualidades” acaba acusando os “seus próprios limites”, destinando-se “à incompletude”. Assim, “é fatal que outras ‘figuras machadianas’ venham a ser desenhadas ao longo deste século. A diferença agora é que a galeria já está posta e organizada. Será mais um trabalho de acréscimo, de fixar os novos quadros nos espaços devidos” (p. 1115). De certo modo, então, a projeção da figura do autor afrodescendente é um trabalho de acréscimo, uma tentativa de ampliar a galeria com um quadro contemporâneo.

Subsidiariamente à composição das figuras, os dois primeiros itens deste capítulo vão acompanhar e ressaltar os momentos em que a questão da cor da pele de Machado de Assis entra na argumentação da recepção crítica, principalmente a partir da fórmula “mulato de alma grega”. O intuito é mostrar que esta questão sempre esteve presente, em medidas e funções variáveis, e que ela é componente – porque é um aspecto histórico e social – da formação das figuras machadianas. Por óbvio, a questão é central na constituição da figura proposta no terceiro item.

O embranquecimento de Machado de Assis, já bastante compreendido pela história e pela crítica literária, pode ser condensando na conhecida fórmula “mulato de alma grega”. Há muitos fatos e enunciados dispersos que convergiram para a fórmula, a estruturaram e a fizeram circular em diferentes textos e de diversos gêneros.

Um deles, por exemplo, é a exposição pública da certidão de batismo de Machado de Assis, quando das comemorações do seu centenário de nascimento, como mostra Terezinha Vânia Zimbrão da Silva (2014), notando a sua importância no processo de embranquecimento de Machado de Assis. O documento atribui-lhe mãe branca, da ilha de São Miguel, e auxiliará no esforço de minimização do estigma da mestiçagem, empreendido inicialmente pela recepção coetânea da obra machadiana, persistindo ainda nas décadas posteriores, como se verá neste capítulo.

1.1 Machado de Assis: o mito nacional

A figura do mito nacional é apresentada do capítulo 2 de *Machado de Assis, o escritor que nos lê* (GUIMARÃES, 2017) e, como sintetiza Benito Petraglia (2018), “corresponde ao da consagração oficial do escritor. Mas, imitando o seu estilo, ela não ocorreu de modo linear, sem ‘desvios’ ou complicações” (p. 1109), causados, principalmente, pela atuação dos modernistas que compreendiam e colocavam Machado de Assis do lado da tradição, do convencional e do clássico.

Hélio de Seixas Guimarães (2017) postula que a figura construída pela recepção crítica dos coetâneos de Machado de Assis foi a do “escritor de exceção” (p. 21-54) e que a assimilação da excepcionalidade do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi um longo processo, iniciado na década de 1910 e que se acentuou na década de 1930, quando a figura de “mito nacional” se instaurou definitivamente. Neste longo processo, o marco inicial é o livro *Machado de Assis – algumas notas sobre o humour* (1912) de Alcides Maya, que serviu como “baliza importante para o processo de integração de Machado à vida e à literatura nacionais” (GUIMARÃES, 2017, p. 73).

A argumentação de Maya, que contesta uma posição conhecida de Sílvio Romero, passa pela defesa de que o humor não é incompatível com a raça latina, bem como passa pela defesa de que a sua utilização por Machado de Assis não constitui superficialidade ou indiferença frente a realidade e a vida brasileira.

Lembre-se que o crítico sergipano, desconfiando do humor machadiano e a partir de seu escopo crítico de viés racial, escreve que “o temperamento, a psychologia do notável brasileiro não são os mais próprios para produzir o humour, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (ROMERO, 1897, p. 133). Para Romero, a raça latina poderia produzir o cômico, não o *humour*.

O humor machadiano, na visão de Maya transmitida por Hélio de Seixas Guimarães (2017), estava na linha daquele praticado por autores latinos, tais como Rabelais e Cervantes, e “lhe permitiu ir fundo na observação e na crítica da realidade e da vida social, ainda que não fizesse proselitismo nem incitasse o leitor à revolta” (p. 74).

Neste ponto inicial da construção do “mito nacional” já se vê a questão da cor de pele de Machado de Assis. Alcides Maya, apesar de discordar de Sílvio Romero quanto à compatibilidade racial do humor machadiano, posiciona o autor de *Iaiá Garcia* como “um

mulato talentoso que se mostrou capaz de participar de faculdades superiores da cultura e da literatura europeias” (GUIMARÃES, 2017, p. 74). Machado de Assis não poderia vir a ser um mito nacional sem passar pelo branqueamento, cujo ponto de partida discursivo é a sua representação como um mulato talentoso, de raça latina, possuidor de faculdades superiores compatíveis com a literatura e a cultura da Europa: o mulato de alma grega.

A noção de branqueamento que informa este trabalho está em *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, de Thomas E. Skidmore (2012). A fim de ilustrá-la, mesmo que minimamente, recorre-se à síntese da tese do branqueamento estabelecida no capítulo 2 do livro. Skidmore começa sua exposição da “peculiar” tese brasileira do branqueamento assinalando que ela era “aceita pela maior parte da elite nacional no período entre 1889 e 1914” (2012, p. 110). Note-se, então, o período e a penetrabilidade da tese, o que ajuda a compreender o ambiente intelectual que forja o epíteto do “mulato de alma grega” para Machado de Assis.

Na síntese de Skidmore (2012), a tese brasileira do branqueamento “se baseava no pressuposto da superioridade branca” (p. 111), matizada “pelo emprego de eufemismos como raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’” (p. 111) e por deixar em aberto o quanto a inferioridade seria inata. A superioridade branca se mostrava no fato de que “a população negra estava se tornando menos numerosa do que a branca” e no de que “a miscigenação estava produzindo, ‘naturalmente’, uma população mais clara” (SKIDMORE, 2012, p. 111).

A tese não levava em conta os aspectos históricos e sociais, como se nota facilmente. Não se relacionava, por exemplo, a diminuição da população negra com as cruéis condições impostas pelo pós-abolição. Do mesmo modo, fazia-se vista grossa ao fato de que a imigração branca reforçava o quantitativo de brancos. Os pressupostos da tese eram biológicos e raciais: a taxa de natalidade dos negros era menor, os genes brancos eram mais fortes etc.

A conclusão otimista dessa análise racial repousava, obviamente, em outro pressuposto crucial: a miscigenação não gerava, necessariamente, ‘degenerados’, e poderia forjar uma população mestiça saudável que se tornaria cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente. (SKIDMORE, 2012, p. 111)

Repete-se: Machado não poderia se tornar o mito nacional sem passar pelo branqueamento, compreendido como uma tese aceita e difundida na elite brasileira, entre fins do Século XIX e início do XX. O mulato talentoso prova a não degenerescência da miscigenação, as faculdades superiores apontavam para a cultura e a literatura – mesmo que sejam a literatura e a cultura da raça latina – da Europa.

Desta maneira, vê-se que o estudo de Alcides Maya está em linha com a consolidação do epíteto “mulato de alma grega”, em cujo princípio se encontra a tradição clássica projetada como qualificação do escritor, o que é útil para a figura do mito nacional, na mesma linha da imagem de um ateniense que Magalhães de Azeredo começou a construir para Machado de Assis. Linha que passa, na materialidade linguística, por José Veríssimo e o “mulato”, que “foi de fato um grego da melhor época”. Linha que passa por Joaquim Nabuco, por Mário Alencar e por Alfredo Pujol (GUIMARÃES, 2017, p. 78). Surge a estátua imaterial de Machado:

Grego, branco, dotado, nas palavras de Alcides Maya, de “um claro engenho”, participando do time de gênios universais, mas sem deixar de olhar para as questões brasileiras, patrimônio da arte – esses são os traços que se cristalizarão na estátua imaterial de Machado de Assis esculpidas durante as três primeiras décadas do século XX. (GUIMARÃES, 2017, p. 79)

À estátua imaterial do escritor de tipo helênico, branqueado pela imensa cultura, segue-se a estátua material, que se efetivará em 1929 na sede da Academia Brasileira de Letras. Hélio de Seixas Guimarães apresenta o *Apelo à Nação* (1926) de Coelho Neto, que visava angariar adesão e apoio popular para erguer o monumento, em que subsiste a comparação com os gregos, temperada pelo apelo patriótico do vulto nacional, do cultor da língua, cuja obra volta-se para as essências da alma e é indiferente ao meio e à paisagem.

Conforme avalia Guimarães (2017), o discurso de Coelho Neto traz exatamente a imagem projetada sobre Machado de Assis naquela época: “escritor acadêmico, convencional, cultor do ‘lídimo vernáculo’, introvertido, alheio ao externo e mundano, autor de obra geradora de inação e silêncio, incapaz de empolgar multidões” (p. 82). Imagem ambivalente, pois o suprasumo da oficialidade acadêmica é adorado por uns e atacado por outros.

Machado de Assis passará, como escreve Hélio de Seixas Guimarães, por uma “década de silêncio” (2017, p. 82-95) nos anos de 1920. É uma década de afastamento da obra machadiana, causada pelos pressupostos e pela atuação dos escritores modernistas. É possível vislumbrar a trajetória instável do legado machadiano como vinculado aos aspectos nacionais, a partir de posições destacadas de Graça Aranha, de Carlos Drummond de Andrade, de Oswald de Andrade, de Manuel Bandeira e de Mário de Andrade.

Em seu prefácio à publicação da correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco, de 1923, Graça Aranha, modernista menos combativo e radical, “ênfatiza o potencial ‘nacional’ de Machado, vaticinando a transformação desse autor, que ele considera ‘o maior acidente da nossa espiritualidade’, em grande escritor nacional” (GUIMARÃES, 2017, p. 84).

Por seu turno, Carlos Drummond de Andrade se declara à Machado em *Sobre a tradição em literatura*, de 1925, “mas dá a medida do obstáculo que Machado representa para sua geração” (GUIMARÃES, 2017, p. 86): um escritor singular, de dicção desviante da tradição brasileira que se quer implementar, por sua escrita refinada e aristocratizante.

Em *O esforço intelectual do Brasil contemporâneo*, que saiu na *Revista do Brasil* em dezembro de 1923, na seção *Notas do Exterior*, Oswald de Andrade reconhece o valor e a importância de Machado de Assis, atribuindo-lhe um “esforço localista”, porém “ênfatisa a dimensão introspectiva e restrita que lhe era atribuída até então, não identificando na obra um alcance nacional” (GUIMARÃES, 2017, p. 88). A visão de Manuel Bandeira, presente em *Machado de Assis, poeta* (1939), ressalta e concentra-se em aspectos técnicos da escrita poética machadiana, no “estilo nu e seco” e no “pessimismo irônico”, valorizando-o como um “escritor técnico e convencional, associado ao parnasianismo”, o que logo “adentrou o ambiente escolar” (GUIMARÃES, 2017, p. 89-90).

Por fim, a visão de Mário de Andrade. É conhecida a confissão marioandradeana da sua impossibilidade de amar o Bruxo do Cosme Velho: “acontece isso da gente ter às vezes por um grande homem a maior admiração, o maior culto, e não o poder amar” (ANDRADE, 2002, p. 107). Admiração e culto sim, amor não.

Situação derivada de uma espécie de argumento *ad hominem*, exposto no mesmo ensaio *Machado de Assis* (1939). Como sintetiza Hélio de Seixas Guimarães (2017), a crítica de Mário ressalta o domínio técnico de Machado, aponta o seu valor artístico e chama a atenção para o caráter multifacetado de sua obra, mas mira o indivíduo, tido como “um escritor cerebral, calculado, que moldou sua vida de modo a apagar os traços da origem negra, na medida em que tirou de suas histórias e de sua história pessoal a marca do amor ilegítimo, associado à escravaria” (p. 91).

A falta de amor, então, parece o resultado da concepção marioandradeana, expressa em seu ensaio, de que Machado de Assis, embora se imaginasse um desgraçado, embora fosse um pessimista e um ironista, tenha sido um vitorioso, que se sentou no mais alto posto intelectual do Brasil de sua época, a presidência da Academia Brasileira de Letras.

Assim vitorioso na vida, ele ainda o foi mais prodigiosamente no combate que, na obra, travou consigo mesmo. Venceu as próprias origens, venceu na língua, venceu as tendências gerais da nacionalidade, venceu o mestiço. É certo que para tantas vitórias, ele traiu bastante a sua e a nossa realidade. Foi o anti-mulato, no conceito que então se fazia de mulatismo. Foi intelectualmente o anti-proletário, no sentido em que principalmente hoje concebemos o intelectual. Uma ausência de si mesmo, um meticuloso ocultamento de tudo quanto podia ocultar conscientemente. E na vitória contra isso tudo, Machado de Assis se fez o mais perfeito exemplo de

“arianização” e de civilização de nossa gente. Na língua. No estilo. (ANDRADE, 2002, p. 124)

Haveria muito que se comentar de tão complexa passagem. Desde a visão assumidamente anacrônica da função do intelectual que serve de régua para o julgamento da obra machadiana até a questão do conceito de realidade brasileira adotada na crítica marioandradeana, passando pela questão do método biográfico – e algo psicanalítico – de avaliação. Para o escopo deste trabalho, porém, o importante é notar que a década de silêncio dos modernistas não deixou de apontar a questão da cor da pele de Machado de Assis.

Mário de Andrade assume e desloca o discurso do “mulato de alma grega” que estava na raiz da ascensão machadiana. A partir do anti-mulato – e do anti-proletário – a imagem de Machado torna-se exemplo de civilização e de arianização. Ele é visto como “branco, branco, ariano de uma alvura impenitente” que correu o enorme perigo de “soçobrar no ridículo, na macaqueação, no tradicionalismo falso” mas que “alcançou a mais assombrosa vitória”, pois “conseguiu que essa brancura não se tornasse alvar”, ao contrário, pelo seu gênio, o seu arianismo opôs “o desmentido mais viril a quanto se disse e ainda se diz e pensa da podridão das mestiçagens” (ANDRADE, 2002, p. 124-125). Desse deslocamento, surge a posição mais incisiva de Mário de Andrade (2002) para os termos aqui tratados: “Mas assim vitorioso, o Mestre não pode se tornar o ser representativo do *Homo* brasileiro” (p. 125). Falta alma brasileira ao Mestre.

De passagem, e no mesmo sentido de ver que o silêncio modernista sobre Machado de Assis não impedia interpretações de cunho racial sobre ele, é possível ressaltar a posição de Oswald de Andrade (1923) no texto citado anteriormente. Nele, com sua verve habitual, o modernista observa que é o “esforço nacional” de Machado de Assis que começa a fazer da literatura brasileira “uma realidade superior ao mesmo tempo que nacional” (ANDRADE, 1923, p. 384) pois ele “branco de epiderme e cumulado de louvores pelos brancos, obteve equilíbrio, devido ao seu sangue negro” (ANDRADE, 1923, p. 385). Não falta sangue negro ao Mestre.

Após o período da recepção modernista, há uma substituição do paradigma crítico. Durante os anos de 1930 e chegando aos fins da década de 1950, o método biográfico de análise adensa-se e torna-se corrente.

Na década de 1930, muitos estudos, inspirados na psicologia e em disciplinas correlatas, procuraram definir a relação entre o caráter, o temperamento, a organização psíquica de Machado de Assis e sua obra, e vice-versa, não raro propondo explicar a obra a partir da biografia, ou submetendo a variedade da obra a

uma organização psicológica, geralmente marcada por um ou mais traços patológicos. (GUIMARÃES, 2017, p. 95)

Os críticos destacados por Guimarães para esse período são Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer e Astrojildo Pereira. Em conjunto – mas não da mesma maneira – estes críticos, com seus aparatos teóricos próprios, investigam “o que há sob as aparências dos textos e das coisas, dedicam-se a demonstrar que na obra machadiana superfície e fundo não se correspondem, abrindo espaço para a renovação das leituras e dos sentidos da obra” (GUIMARÃES, 2017, p. 96).

Astrojildo Pereira, segundo Guimarães (2017), está imbuído do propósito de denunciar as ideologias e procura refutar a visão mais comum de que a obra machadiana é indiferente à vida local, estabelecendo “paralelos entre o escritor e o homem, o texto literário e a vida social” para construir a refutação e “encarando a obra como reflexo dos costumes e das instituições do Segundo Reinado e do início da República” (p. 97).

Neste trabalho analítico, Astrojildo Pereira avaliou Machado de Assis como um escritor realista, embora de um realismo “na medida em que suas criaturas estampam a psicologia real da sociedade” (GUIMARÃES, 2017, p. 97), em uma classificação pioneira que depois se desdobrará em outra figura, a partir de outras recepções críticas, as quais – figura e recepções – serão tratadas no segundo item deste capítulo.

Por seu turno, conforme explica Guimarães (2017), Lúcia Miguel Pereira parte das novas ideias da psicologia e da psicanálise para propor “que os romances, em seu conjunto, acompanhavam a ascensão social do homem Joaquim Maria Machado de Assis” (p. 98). Mal resumidamente, a primeira fase literária – o ciclo da ambição – ligada à ascensão burguesa de Machado e a segunda fase – crítica social – ligada à estabilidade conseguida por ele.

Ao tratar das heroínas da primeira fase como disfarces para questões biográficas do próprio Machado de Assis, “as questões de ascensão social presentes nos primeiros romances serão lidas à luz das relações sociais peculiares criadas num ambiente social marcado pelo patriarcalismo, pela escravidão e pela adoção de princípios – ou ideias – liberais” (GUIMARÃES, 2017, p. 99). O que mostra que o aparato teórico de origem psicológica de Lúcia Miguel Pereira não era abstracionista ou individualista, mas sim ligado à psicologia social.

Da vida para a obra e da obra para a vida. O método biográfico de Lúcia Miguel Pereira permitiu que ela completasse e/ou explicasse os dados da biografia machadiana, sobretudo os da infância e juventude, os menos conhecidos, com “situações e cenas de sua obra ficcional” (GUIMARÃES, 2017, p. 101) no livro *Machado de Assis: estudo crítico e*

biográfico, de 1949. Um método que, como afirma a própria autora, faz da biografia machadiana “sobretudo uma interpretação” (PEREIRA, 1988, p. 24). Uma interpretação que, entre outras coisas, torna coesa a hipótese de que Machado de Assis teria vivido uma crise existencial e literária por volta dos seus 40 anos, em 1879.

Uma interpretação que faz de Machado de Assis um homem reservado, tímido, frio, embora preocupado com a sua saúde e com sua condição racial. Não se trata mais do mulato de alma grega, embranquecido culturalmente, alvo e altivo. A imagem já fora deslocada pelos modernistas e agora, retrabalhada pela biografia e pela psicologia, aparece a imagem de um mulato torturado, nevropata e arrivista, que um passo mais se tornará o homem subterrâneo de Augusto Meyer.

Reserva, timidez, preocupação que advém de “dramas íntimos”, que obrigaram o autor de *Dom Casmurro* a “criar uma armadura, uma casca de caramujo dentro da qual pudesse se ocultar”, pois ele teve de “lutar contra a inferioridade da educação”, teve de “sopitar impulsos de nevropata”, teve de “desmentir o proverbial espevitamento do mestiço” para “impor-se aos brancos, aos bem-nascidos”, criando um tipo: “o do homem frio, indiferente, impassível” (PEREIRA, 1988, p. 25).

Lúcia Miguel Pereira (1988) agrega a esta representação, além disto, algumas observações sobre a raça e o fenótipo machadiano que visavam positivar a mestiçagem: Machado de Assis era um mulato “sem disfarce, a raça gritando na vasta e rebelde cabeleira que lhe caía sobre as orelhas, nos lábios grossos”, “nas narinas achatadas” (p. 66). Agrega-se, neste mesmo intuito, também observações raciais sobre a índole machadiana: “no fundo, esse racionalista tinha laivos de animista, do animismo do homem primitivo, herança talvez de seus avós africanos” (PEREIRA, 1988, p. 128).

Em *Prosa de ficção*, de 1950, como nota Hélio de Seixas Guimarães (2017), “Lúcia Miguel Pereira retornava a Machado de Assis num capítulo já bastante depurado das explicações biográficas e patologizantes” (p. 106). Neste texto, ela postula que a literatura machadiana reflete o meio social, à época do Império e do início da República, marcando as relações entre a obra e a sociedade brasileira e defendendo a existência de um realismo machadiano.

Assim, do *Estudo crítico e biográfico* para a *Prosa de ficção*, Lúcia Miguel Pereira vai da crítica biográfica e psicopatológica em direção a uma crítica psicossocial, na qual busca a conciliação entre o analista do indivíduo e o analista da sociedade, tornando-se fonte de inspiração comum para vários críticos das gerações posteriores, entre eles Antônio Cândido, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi. (GUIMARÃES, 2017, p. 107)

Augusto Meyer também estava informado pelas novas ideias da psicanálise e da psicologia, conforme explica Hélio de Seixas Guimarães (2017), “muitas vezes fazendo contraponto sutil às leituras de Lúcia Miguel Pereira”, pois enfatizava “o autor em detrimento do homem”, tratando Machado de Assis como “homem universal, deixando de lado tanto sua origem histórico-social como seu perfil psicológico” (p. 107). A utilização de uma “psicologia do criador e da criação” por Meyer deixa “para trás, deliberadamente, o nacionalismo e o biografismo” (GUIMARÃES, 2017, p. 108), vertentes que dominavam os estudos machadianos.

Esta visão literária e comparatista de Augusto Meyer está evidente no famoso ensaio *O homem subterrâneo*, presente no livro *Machado de Assis, 1935-1958*, publicado em 1958. Neste texto, sob o signo do texto de Dostoiévski, Meyer (2009) traça um retrato psicológico em que vê, na obra machadiana, “momentos reveladores” e “um *leitmotiv* pessoal” que “mostram a fisionomia íntima sob a transparência das caretas”, pois mesmo que Machado “ponha nas palavras uma graça incomparável”, ele “não sabe disfarçar o pirronismo niilista que forma a raiz de seu pensamento” (p. 163). Na continuidade do perfil traçado, vê-se “uma cara sombria” que seria a “de um homem perdido em si mesmo e que não sabe rir” (MEYER, 2009, p. 163). O amálgama está quase pronto: o homem perdido em si é o homem do subterrâneo. Um homem que tem ódio de tudo, “um ódio entranhado da vida, uma incapacidade radical de aceitação ou até mesmo de compreensão”, porque “o que ele faz é resolver todas as questões suprimindo-as” (MEYER, 2009, p. 164).

O retrato final é o de um escritor niilista, um “sarcasta”, um “monstro cerebral” que tem “a volúpia da análise pela análise” e que, porém, possui “a consciência da miséria moral a que estava condenado por isso mesmo”, conhecendo “a esterilidade quase desumana com que o puro analista paga o privilégio de tudo criticar e destruir” (MEYER, 2009, p. 166). Para exemplificar a sua argumentação, Meyer (2009) utiliza o capítulo 61 de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, acreditando que, para Machado, “o ‘senão do livro’ também fosse o ‘senão de si mesmo’ e de toda a sua obra da última fase” (p. 167).

Esta interpretação derivada de uma psicologia do criador e da criação, entretanto, não impede Augusto Meyer de pensar um Machado de Assis pela cor da pele e pela biografia. Em *Entusiasta e Místico*, também originalmente de *Machado de Assis, 1935-1958*, ao comentar a presença do autor de *Quincas Borba* nas comemorações da abolição em 1893, Meyer (2009) teoriza que a presença nas manifestações “talvez despertasse dentro dele a consciência da raça amarrada ao tronco e surrada pelos mandões da nossa aristocracia agrária”, o trata como um “mulato aristocratizado pela cultura”, sem “resquício algum de ressentimento ou complexo de

humilhação” e indaga se a participação se deu para encobrir “uma cicatriz antiga” (p. 171). A formulação do “mulato de alma grega” ainda está presente, agora atravessada pela crítica da alienação de raça e por uma mirada psicanalítica.

Em meio a esse adensamento crítico nos estudos machadianos, ocorrido entre meados dos anos 1930 e fins da década de 1950, há as comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, em 1939. Hélio de Seixas Guimarães (2017) mostra a importância da *Exposição Machado de Assis* (1939), cuja preparação congregou vários órgãos governamentais e privados, bem como demandou o levantamento de vasta documentação que “resultou na maior revisão das informações biográficas de Machado de Assis empreendida até então” (p. 110).

O centenário de nascimento torna-se o ponto inicial de muitas outras iniciativas, que aparecerão naquele e em anos posteriores, tais como a *Bibliografia de Machado de Assis* (1955) e as *Fontes para o estudo de Machado de Assis* (1958), ambas de José Galante de Sousa, e a primeira adaptação de um conto machadiano para o cinema, *Um apólogo* (1939), feita sob o patrocínio do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). Há a determinação de que retratos de Machado sejam afixados nas escolas, bem como a emissão de moedas e de selos com a sua efígie, ampliando-se o conhecimento – e construindo-se a versão do mito nacional – da imagem do escritor por novos canais. Promovia-se, como escreve Guimarães (2017), “a monumentalização de Machado de Assis, que se tornava também um escritor oficial a partir do patrocínio do Estado Novo” (p. 112).

As interpretações da vida e da obra do escritor produzidas neste período – e a disputa entre elas – estão fortemente articuladas com o contexto político-cultural do Estado Novo, que se empenhou em construir uma mitologia nacional em torno do homem do povo, de origem humilde, mestiço, imagem à qual Machado de Assis foi de certa maneira conformado por parte da crítica e dos estudos de inspiração biográfica realizados à época. (GUIMARÃES, 2017, p. 112)

Deste modo, houve uma evidente concentração de esforços para consagrar a figura literária de Machado de Assis, a qual envolveu a intelectualidade da época e os órgãos estatais. Neste esforço, é possível observar a ressignificação do mestiço no quadro do Estado Novo, que equivale agora ao homem do povo, ao humilde trabalhador. Trata-se do empenho de construir “um patrimônio nacional” e de alçar Machado à condição de “patrimônio cultural brasileiro” e incorporá-lo aos “manuais escolares” (GUIMARÃES, 2017, p. 113). Um grande esforço que está vinculado também à monumentalização e à inserção do escritor no universo escolar.

Hélio de Seixas Guimarães (2017) explica que este processo de consagração de Machado de Assis em patrimônio nacional é a culminância de um movimento em curso, na década de 1930, no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo que se associava a literatura à noção de patrimônio histórico (p. 114-118), inclusive com uma visão literária sobre os bens materiais a serem preservados.

No intuito de demonstrar a capilaridade e a força do processo de monumentalização machadiano, Hélio de Seixas Guimarães (2017) apresenta o Decreto-lei n. 1085, de 31 de janeiro de 1939, que institui a comemoração do centenário de nascimento de Machado de Assis. Nele, cria-se uma comissão para organizar as comemorações, a qual teria também a atribuição de sugerir outras homenagens para outros grandes vultos da história brasileira. Assim, “o símbolo, o gênio brasileiro trona-se chefe de fila dos ‘vultos da história pátria’, numa operação de construção de uma figura oficial como poucas vezes se viu na história do país” (GUIMARÃES, 2017, p. 121). A óbvia intenção é transformar Machado de Assis na figura principal do panteão de heróis que o Estado Novo busca construir.

Conforme a argumentação de Hélio de Seixas Guimarães (2017, p. 131), tanto Lúcia Miguel Pereira, quanto Augusto Meyer e Astrojildo Pereira, mesmo a contrapelo, colaboraram na construção de Machado como mito nacional. Desta maneira, põe-se à parte a visão crítica sobre a obra machadiana destes estudiosos e toma-se a relação entre a vida e a obra como a principal contribuição destes críticos literários, relação pela qual se mostrava um escritor ambicioso, de origem humilde e popular, que ascendeu socialmente. Machado de Assis deixa de ser o escritor de exceção e passa a ser o homem representativo do povo brasileiro.

A viravolta estava completa. O mulato afetado e esquisito execrado por Sílvio Romero, o retraído de gabinete que Araripe Júnior vira como antípoda dos homens brasileiros que frequentavam a Rua do Ouvidor, o escritor à parte de José Veríssimo, o escritor não representativo de Mário de Andrade e Drummond – todos esses se tornavam agora o gênio da raça, síntese das qualidades diluídas das massas brasileiras, que por sua vez poderiam ser moldadas à imagem e semelhança do seu novo herói. O mulato pernóstico fora transformado em mulato operoso, à imagem e semelhança do homem brasileiro exemplar forjado pelo Estado Novo a partir de valores que, mesmo antes do golpe varguista, tinham ampla circulação numa sociedade que aos trancos e barrancos se modernizava, incorporando os valores burgueses. (GUIMARÃES, 2017, p. 131-132)

Entretanto, o processo de monumentalização e de difusão do mito machadiano não parou com o fim do Estado Novo. Durante o governo militar, na década de 1970, as telenovelas e minisséries foram usadas para que o cânone literário brasileiro fosse difundido e absorvido pelo público de massa, como explica Hélio de Seixas Guimarães (2017), numa

estratégia apoiada na Política Nacional de Cultura, que visava defender a cultura nacional das ameaças culturais estrangeiras e foi implementada em 1975 pelo ministro Ney Braga.

Helena, originalmente de 1876, foi o livro escolhido para inaugurar, em 5 de maio de 1975, a Faixa Nobre da TV Globo, no novo horário das 18 horas. Desta maneira, pela televisão, Machado de Assis ganha um alcance – geográfico e cultural – inédito, no intuito de se reforçar “a imagem do escritor como vulto nacional, promotor de valores que deveriam ser celebrados e difundidos entre todos os segmentos da população e por todo o território nacional” (GUIMARÃES, 2017, p. 138). Desta maneira, Hélio de Seixas Guimarães (2017) mostra que os meios audiovisuais foram utilizados pela primeira vez para difundir e massificar a figura de Machado de Assis, numa estratégia em que “a ditadura militar modernizava e projetava, por todo o território brasileiro, o mito nacional criado pela ditadura do Estado Novo” (p. 139).

Do escritor de exceção, visto assim pelos coetâneos, ao mito nacional, constituído pela recepção crítica calcada na biografia machadiana e pela ação governamental do Estado Novo e da ditadura militar. De mulato pernóstico ao mulato operoso. Dos livros à televisão. Dos gabinetes de leitura às ruas. Um trajeto em que:

O escritor primeiro foi deslocado por seus biógrafos e críticos do lugar de exceção, da torre de marfim e da posição ática a que esteve associado no final da vida, sobretudo pelo papel que cumpriu na Academia, para ser reconduzido ao morro do Livramento de origem, a partir de onde refaria a trajetória ascensional exemplar, de modo a tornar-se bem cultural passível de ser usufruído, ou pelo menos cultuado, por todas as classes. (GUIMARÃES, 2017, p. 154)

Neste processo, a mulatice de Machado de Assis trocou de valor. O valor positivo que passa a vigorar é construído sob as estratégias políticas do Estado Novo, que visa a fixação de novos ícones de nacionalidade, que sirvam de padrão e exemplo para os brasileiros. Apesar da irrupção de algumas palavras e expressões indicativas da dificuldade de lidar com a condição de mestiço de Machado, o termo <mulato> passa a ser usado positivamente quando associado ao autor de *Dom Casmurro*. Ao fim do processo de positivação, explica Guimarães (2017), “a trajetória do escritor torna-se argumento para a refutação das profecias racistas” (p. 154-155).

Recapitula-se: Do escritor singular, admirado pela crítica coetânea e até os anos de 1910, passa-se ao acadêmico convencional do período modernista de silenciamento da década de 1920. Da estátua silenciosa passa-se ao monumento nacional do Estado Novo, erigido nas décadas seguintes e fomentado pelas efemérides do centenário de nascimento e o do cinquentenário de morte de Machado de Assis.

Mito nacional, instrumento de indução do nacionalismo, mas, ao mesmo tempo, é durante o Estado Novo que se dá o início da inserção da obra machadiana no contexto internacional, via comparação com outros autores. Entretanto, como nota Hélio de Seixas Guimarães (2017), as leituras críticas que apontavam para a dimensão internacional permaneceram “em estado de latência até a década de 1960” (p. 158), quando a recepção crítica constituirá uma terceira figura para Machado: o Shakespeare brasileiro (GUIMARÃES, 2017, p. 159-211).

Aqui, a compreensão de Machado de Assis pela figura de mito nacional, em si, não é uma crítica ou um juízo de valor. Para além do conhecimento histórico, o interesse é o de entender como uma certa recepção crítica – em um dado momento e em uma dada sociedade – faz de um indivíduo um tipo de autor, constrói em torno de um nome uma figura literária, atribuí a um sujeito uma função-autor.

1.2 Machado de Assis: o autor realista

É no capítulo 4 de *Machado de Assis, o escritor que nos lê* (GUIMARÃES, 2017) que a figura do autor realista é apresentada. Nele, conforme explicita Benito Petraglia (2018), “desvela-se, num didatismo exemplar, a dimensão que a obra de Machado de Assis assumiu a partir das décadas de 1970 e 1980. A sua complexidade, acolhida e revelada por intelectuais de notável acuidade crítica, a fez ultrapassar o âmbito estritamente literário” (p. 1111).

Duas décadas em que ocorre um aumento de estudos acadêmicos sobre a obra machadiana, havendo também uma ampliação no quadro dos gêneros pesquisados: o romancista e contista passa a ser também dramaturgo, poeta, cronista e crítico literário. Para além destes aspectos quantitativos, há um redirecionamento de foco, o qual se volta para os liames entre a produção textual de Machado de Assis e a realidade brasileira.

Apesar de o realismo machadiano ter sido tematizado pela recepção crítica anteriormente, é neste período que se buscou ver na literatura de Machado as “marcas dos modos de organização da vida social e da história brasileira, formando-se uma espécie de consenso em torno da ênfase realista da obra” e este consenso, sobre as ligações entre a ficção machadiana e a realidade brasileira, tornou-se canônico, “passando até mesmo a integrar os manuais escolares, nos quais Machado começou a ser apresentado sistematicamente como iniciador do realismo no Brasil” (GUIMARÃES, 2017, p. 214).

Os principais intelectuais, que dão corpo à recepção crítica que constrói a figura do autor realista, são Raymundo Faoro, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e John Gledson. Cronologicamente, é a partir de *A pirâmide e o trapézio* de Faoro, de 1974, que se abrirá uma linha que se ramificará nas leituras diferentes de Schwarz, Gledson e Bosi. “Em síntese, o realismo na obra de Machado de Assis é a questão compartilhada por eles; a controvérsia é sobre a natureza desse realismo” (PETRAGLIA, 2018, p. 1112).

Apesar de Lúcia Miguel Pereira e Astrojildo Pereira já terem notado e enfatizado uma dimensão realista na obra machadiana (GUIMARÃES, 2017, p. 218-220), o ponto de inflexão na constituição desta função-autor para Machado de Assis está na obra de Raymundo Faoro, que escrutina a literatura machadiana para demonstrar que nela estão presentes todos os segmentos e tipos sociais brasileiros do século XIX. Conforme explica Guimarães (2017), a partir de sua

(...) observação precisa dos costumes da sociedade, Machado flagraria em sua obra o desaparecimento de um mundo e a emergência de outro, marcado pela ascensão do dinheiro, pela promiscuidade entre capital e poder político, transição que, na visão de Faoro, o escritor reprovaria e não compreenderia muito bem. (p. 215)

Arguto observador dos costumes e práticas sociais da elite brasileira de sua época, Machado de Assis aponta criticamente a sua ficção para o mundo em mutação que o cercava. No caso da visão de Roberto Schwarz, é possível tomar sua argumentação sobre “as ideias fora do lugar” como pedra de toque de sua compreensão do realismo machadiano.

Em seu célebre texto, depois enfeixado em um volume de ensaios escolhidos, Roberto Schwarz (2014) discute a presença da doutrina do liberalismo no Brasil oitocentista, pontuando que, no caso brasileiro, monta-se uma “comédia ideológica, *diferente da europeia*” (p. 48. Grifos do original). Na Europa, o liberalismo foi uma ideologia que servia para esconder a exploração do trabalho, enquanto que, nos trópicos brasileiros, o liberalismo foi uma ideia falsa em sentido diferente, devido ao regime escravocrata.

Assim, o nó górdio está na sociedade escravista do Brasil do século XIX. O liberalismo europeu, mesmo correspondendo às aparências, assentava-se sobre o trabalho livre e a igualdade jurídica. A escravidão brasileira revela a exploração do trabalho e a violência das relações de força sem grandes edulcorações. Para além dos negros e mulatos escravizados, entretanto, há toda uma franja de homens livres – brancos pobres, mestiços e negros, alforriados e fugidos – que vivem por meio de múltiplas relações de favores.

Na argumentação de Schwarz (2014), devido ao monopólio das terras, a colonização do Brasil gerou três classes: a dos latifundiários, a dos escravos e a dos homens livres, que,

“nem proprietários, nem proletários”, são os agregados que acessam a vida social dependendo “materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande” (p. 51. Grifo do original).

O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. (SCHWARZ, 2014, p. 51)

O padrão particular da sociedade brasileira é gerado com a absorção e o deslocamento das ideias liberais pelas relações de favor, tudo sustentado economicamente pelo trabalho escravo. De modo que as ideias e razões europeias são adotadas para justificar objetivamente os momentos de arbítrio próprios do favor (SCHWARZ, 2014, p. 52). Em outros termos, o liberalismo passa a fazer parte das práticas e dos ideais de favor que regulam as ligações entre as duas classes, que não aquela de escravos. O que é importante, pois pertencer a rede de favores, em qualquer de seus pontos, é uma distinção.

Como escreve Schwarz (2014), o liberalismo torna-se “o penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver”, com o que “o favorecido engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo” (p. 53). Duas classes que se imaginam distintas e engrandecidas.

Postulando a instituição do favor como elemento fundamental e distintivo da sociedade oitocentista do Brasil, Roberto Schwarz enxerga, em *Ao vencedor as batatas*, de 1977, um Machado de Assis que, em seus primeiros romances, “expunha os mecanismos de cooptação vigentes numa sociedade em que os valores burgueses eram uma prenda de sala, não valiam de fato na organização da sociedade, baseada, no princípio e no final das contas, no trabalho escravo” (GUIMARÃES, 2017, p. 216).

John Gledson, por seu turno, trilhando o sendeiro aberto por Raymundo Faoro e Roberto Schwarz, “passou a desentranhar da ficção do autor, a partir dos anos 1980, uma interpretação sistemática e consequente da história brasileira, que Machado teria intencionalmente cifrado em sua prosa” (GUIMARÃES, 2017, p. 217). Não à-toa, o conhecido e muito estudado livro de John Gledson (2003) relaciona ficção e história em seu subtítulo.

Também é sintomático – tanto da relação que o trabalho de Gledson faz emergir quanto da diversificação da compreensão da obra machadiana, aludida anteriormente – que a apresentação de *Machado de Assis: ficção e história* seja de Nicolau Sevcenko, professor de História da Cultura. Na apresentação, Sevcenko (2003) avalia o livro de Gledson como “uma contribuição notável para a compreensão das relações entre as criações estéticas e os

contextos sociais”, bem como uma contribuição para “a descoberta, na obra madura de Machado de Assis, de uma visão profunda, articulada, crítica e lúcida da história do Brasil, no seu momento de inserção na modernidade, no terço final do século XIX” (p. 13)

A visão de Alfredo Bosi é algo diferente, pois “sem desconsiderar o contexto histórico-social, e afirmando o realismo de Machado de Assis, ele enfatiza as implicações filosóficas, psicológicas e existenciais da obra” (GUIMARÃES, 2017, p. 217), um pouco na linha dos trabalhos de Alcides Maya e de Augusto Meyer.

O realismo machadiano em Alfredo Bosi, portanto, tem outra configuração. Na *História concisa da literatura brasileira*, originalmente de 1970, Alfredo Bosi inicia sua exposição sobre Machado de Assis – sintomaticamente aninhada na parte do livro que trata do Realismo – com a assertiva: “o ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira acha-se na ficção de Machado de Assis” (2022, p. 184). Desta maneira, está asseverada para a obra machadiana a classificação de prosa realista.

Entretanto, mesmo brevemente e usando as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* como ponto de articulação, Alfredo Bosi (2022) escreve que, neste romance, a “unidade, mascarada pela dispersão dos atos e das palavras, ultrapassa os indivíduos e acaba fixando-se em níveis impessoais: a *sociedade* e as *forças do inconsciente*” (p. 191. Grifos do original), fazendo aparecer um fundo ideológico, filosófico e/ou psicológico para o realismo machadiano.

Além disto, o realismo machadiano não se perde “nos determinismos de raça ou de sangue que presidiriam aos enredos e estofariam as digressões dos naturalistas de estreita observância” (BOSI, 2022, p. 191). O fundo psicológico, filosófico e/ou ideológico, faz a obra machadiana se alçar frente ao Naturalismo.

Note-se um recado final da breve exposição de Alfredo Bosi (2022): apesar da universalidade e profundidade, apesar do equilíbrio formal que a ficção machadiana atingiu, Machado de Assis “não deve ser transformado em ídolo; isso não conviria a um autor que fez da literatura uma recusa assídua de todos os mitos” (p. 193). Recado interessante em dois sentidos, ao menos, um que é o de alertar sobre a incoerência de monumentalizar um autor avesso – por ideologia e por filosofia – aos monumentos literários, outro que é o de destacar a universalidade – por filosófica e por psicológica – do realismo machadiano.

As diferentes visões do realismo machadiano carregam consigo divergentes métodos interpretativos e distintos problemas críticos. Isto mostra que a figura do autor realista carrega em si variações do que se concebe como realismo, demonstrando que a função-autor construída pela recepção crítica emerge da heterogeneidade discursiva, isto é, surge em meio a discursos diferentes e abarca posicionamentos ideológicos variados. Neste sentido, é

interessante continuar a seguir as considerações de Hélio de Seixas Guimarães (2017) que apontam para as variações do realismo em Machado de Assis.

Em Roberto Schwarz, segundo explica Guimarães (2017), “o problema de qualquer romance é constituir um princípio formal, capaz de acolher a empiria. Assim, todo o projeto machadiano é lido a partir do pressuposto de que seu vetor implícito, ou subterrâneo, é o realismo” (p. 221). Neste sentido, a busca de Machado seria a de uma forma para o romance realista à brasileira, um modo profundo de imitar ficcionalmente as especificidades da organização social do país.

Nos primeiros romances machadianos, na interpretação de Schwarz, o foco estaria no “estudo dos comportamentos de heroínas pobres colocadas em ambientes senhoriais”, em que se questionaria “a margem de manobra dessas moças inteligentes e cheias de talentos” em uma sociedade de favores, na qual elas dependem de senhoras e senhores poderosos e na qual “são poucas ou nulas as possibilidades de sobrevivência digna fora dos círculos de proteção” patriarcalista (GUIMARÃES, 2017, p. 222). Neste período, o discurso de Machado de Assis seria reformista, conciliador e acomodatório, em um enquadre sentimentalista.

A forma literária que efetivamente daria conta da realidade social brasileira – e que permitiria que Machado formulasse um discurso crítico e mordaz – veio nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que aparece a volubilidade da elite brasileira, entrevista na “construção de um narrador cujo comportamento volúvel constituía tanto um princípio formal como a estilização do comportamento de um tipo social – o homem da elite brasileira – que mudava de princípios e conduta, dependendo da situação e dos interesses do momento” (GUIMARÃES, 2017, p. 223). De roldão, segundo esta leitura de Schwarz, a crítica e a denúncia machadianas alcançariam o âmbito internacional e o próprio capitalismo, pois os “modos do (mau) funcionamento da sociedade brasileira, revelados por Machado, exporiam as falácias do mundo liberal e burguês, denunciando a dimensão ideológica da suposta universalidade dos valores burgueses” (GUIMARÃES, 2017, p. 224).

O trabalho de John Gledson, por seu turno, ligaria o realismo machadiano a uma crítica social intencional da parte do autor, tratando-se de um “realismo enganoso” – *deceptive realism*, na expressão original – em que “a ficção revelaria encobrendo o funcionamento da sociedade, exigindo que o crítico, entendido como um leitor privilegiado, decifre o ‘método alegórico’ empregado por Machado” (GUIMARÃES, 2017, p. 226. Grifos do original). Assim, na visão de Gledson, o realismo machadiano é resultado do gesto interpretativo e da percepção do leitor abalizado.

O próprio John Gledson (2003) marca a sua nuance de posição frente ao trabalho de Roberto Schwarz, escrevendo que onde o crítico marxista “tende, deliberadamente, a excluir o homem”, o indivíduo Machado de Assis, concentrando-se “em problemas ideológicos e soluções estilísticas com motivações e realidades independentes”, ele mesmo tenta entender o texto machadiano como uma “paciente habilidade para a produção de conjuntos artísticos significativos” (p. 33). Onde Schwarz vê descoberta, Gledson vê criação.

Em estudos posteriores, um pouco como resposta aos trabalhos de Schwarz e de Gledson, conforme explica Hélio de Seixas Guimarães (2017), Alfredo Bosi “defende a noção de um *realismo aberto*, que não decreta *a priori* a exclusão de qualquer aspecto do real” (p. 228. Grifos do original).

Para Bosi, esse realismo aberto acomoda outras dimensões do real que não apenas a organização da sociedade em classes ou uma visão coerente e distanciada por parte do escritor, do processo político e social. O realismo aberto estaria relacionado ao olhar bastante oscilante dos narradores e do próprio autor, que não teria uma visão apriorística a respeito de nada, sendo impossível atribuir a ele uma posição ideológica precisa. Dessa maneira, o social seria apenas uma das dimensões do realismo machadiano. (GUIMARÃES, 2017, p. 229)

Então, na visão de Bosi compreendida em termos de uma abordagem discursiva, o texto machadiano poderia acolher e materializar uma maior variedade de discursos, vindos de variadas formações discursivas, oriundas da heterogeneidade constitutiva da sociedade, e não só aqueles advindos de um posicionamento ideológico fechado. De todo modo, como aponta sucintamente Benedito Petraglia (2018), “a diferença mais significativa é a que separa as opiniões de Schwarz e Bosi: entre um realismo determinado socialmente e um ‘realismo aberto’, respectivamente” (p. 1113).

Outro ponto dissonante – e que mostra bem a diferença entre as concepções de realismo em cada interpretação – é sobre o papel que desempenham as personagens no texto machadiano. Na visão de Schwarz, “o personagem será tanto melhor quanto melhor encarnar o tipo social em toda sua complexidade, imitando e revelando mecanismos de dominação presentes na sociedade”, enquanto na visão de Bosi, “o personagem será tanto melhor quanto mais se aproximar de uma pessoa, no que há nela de singular, inefável e indefinível” (GUIMARÃES, 2017, p. 230).

As leituras do texto machadiano feitas por John Gledson e Roberto Schwarz são tidas como limitadoras por Alfredo Bosi, conforme explica Hélio de Seixas Guimarães (2017), porque elas sobrevalorizariam “a dimensão mimética da obra” ao se concentrarem “nas suas relações com a vida social brasileira do Segundo Reinado e no confronto de formas

associadas ao paternalismo e às ideologias liberais europeias” (p. 231). Neste sentido, a argumentação de Bosi ressalta o tom humorístico de Machado de Assis, vendo nele “também aceitação e compreensão do que é objeto de crítica”, ao contrário dos outros dois críticos, “que identificam um tom predominantemente satírico no romance machadiano” (GUIMARÃES, 2017, p. 231) decorrente de uma intenção de denúncia e acusação da formação social brasileira.

Para além de outras divergências esmiuçadas em seu livro, Hélio de Seixas Guimarães (2017) nota um desacordo de fundo sobre a visão de mundo que a obra machadiana projeta, pois “a denúncia devastadora que Schwarz e também em alguma medida Gledson identificam no texto machadiano parece subsumir uma ideia de superação do estado de coisas”, enquanto Bosi vê em Machado “um cético, que em nada acreditava e nada esperava, não vislumbrando qualquer superação ou redenção” (p. 242). Em uma leitura o realismo de Machado de Assis é uma forma de superar o estado de coisas, na outra leitura ele é um modo de perceber a imutabilidade deste estado de coisas.

Talvez as diferenças entre os três críticos possam ser melhor resumidas neste excerto, longo mas elucidativo:

Na crítica de Roberto Schwarz, postula-se um Machado de Assis politicamente esclarecido e crítico do processo sócio-histórico brasileiro, para lastrear a interpretação que enfatiza as contradições ideológicas na formação social brasileira, capazes de expor e denunciar os falseamentos produzidos pelo mundo burguês e pelo capitalismo. John Gledson constrói, por meio da leitura das crônicas, um Machado de Assis compenetrado da história brasileira e dos rumos políticos do país, a partir do qual deriva sua interpretação da obra machadiana como alegoria do processo histórico brasileiro, tratado desde a minúcia até a constituição de um painel completo, que compreende todo o Segundo Reinado. Alfredo Bosi, por sua vez, delinea um Machado de Assis compreensivo e compassivo, observador agudo de seu entorno, ao qual dá representação sem nenhum tipo de julgamento peremptório, o que confere à obra do escritor uma rara capacidade de apreensão da realidade em seus mais diferentes aspectos e dimensões, sem *parti pris* político ou ideológico definível. (GUIMARÃES, 2017, p. 242-243)

Percebe-se que, a partir de posições críticas diferentes, o que entra em cena são diferentes concepções do sentido e da função da literatura, de um lado, vista como uma representação da realidade histórica e social vivida, de outro, vista como uma tentativa de compreensão da realidade humana, ao fim e ao cabo, inapreensível.

Note-se, entretanto, que Machado de Assis, tomado na figura de autor realista, não é mais o exótico mulato de alma grega e nem o nacionalizado mulato operoso. Ao prescindir de leituras que partem de métodos biográficos, lato senso, a recepção crítica acadêmica das

décadas de 1970 e de 1980, mais especializada, parece relegar a questão da cor de pele a um segundo plano. Ou, talvez, tratá-la sub-repticiamente, como parte do realismo machadiano.

De todo modo, estabelecer para Machado de Assis as figuras de “mito nacional” e de “autor realista” deixa patente a compreensão de que a obra machadiana “é capaz de suscitar, responder e acolher interpretações diversas e até opostas, indicando que, diante de um texto complexo, a adoção de pressupostos variados implica resultados críticos diferentes” (GUIMARÃES, 2017, p. 243).

1.3 Machado de Assis: o escritor afrodescendente

No exercício de retomada dos postulados foucaultianos sobre a função-autor, Roger Chartier (2012) relembra que o objeto em comum entre os dois momentos analíticos é a construção da função-autor, ou seja, “a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (FOUCAULT, 2001, p. 267). Partilhando desta premissa, Chartier (2012) comenta o trecho de Foucault e escreve que ele o leva a “considerar o autor como uma função variável e complexa do discurso, e não a partir da evidência imediata de sua existência individual ou social” (p. 27).

O mito nacional e o autor realista, as categorias de Guimarães (2017) vistas anteriormente, são, neste sentido, uma função – variável e complexa, lembre-se – de dois discursos sobre Machado de Assis construídos pela recepção crítica. Não se trata, aqui, de identificar integralmente estes discursos, mas eles podem ser associados, amplamente, ao nacionalismo brasileiro e ao realismo crítico.

Roger Chartier (2012) agrega a sua argumentação uma constatação fundamental do postulado foucaultiano: “a função autor é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2001, p. 274). Neste sentido é que, por um lado, a figura do mito nacional de Machado de Assis é constituída dentro de uma visão de nacionalismo brasileiro e, por outro lado, a figura do autor realista é estabelecida dentro de uma perspectiva do realismo crítico, como bem demonstrou Hélio de Seixas Guimarães (2017).

A função-autor, como a estabelece Chartier (2012), “é pensada à distância da evidência empírica, segundo a qual todo o texto foi escrito por alguém ou por várias pessoas” (p. 27-28). Pensar à distância não significa desconhecer totalmente a evidência empírica,

significa um método de abstração para estabelecer uma compreensão ou uma análise. Na linha de Foucault e Chartier, esta compreensão se liga aos processos de seleção e de exclusão que levam ao autor como uma função discursiva.

Desta maneira, a função-autor é resultado “de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito” (CHARTIER, 2012, p. 28). Obviamente, no caso de Machado de Assis, são múltiplos os discursos e múltiplas as figuras que se ligam a um só sujeito, como se viu no trabalho de Hélio de Seixas Guimarães (2017). Além disto, como também se viu, a função-autor está ligada a um dado momento histórico e a uma dada sociedade, o que permite que novas figuras se apresentem a partir de alterações sociais e históricas. Isto permite projetar uma nova figura para Machado de Assis: o escritor afrodescendente.

O pilar da argumentação em defesa da constituição desta figura é a seminal obra *Machado de Assis afrodescendente* de Eduardo de Assis Duarte (2020). Em uma breve resenha para a primeira edição do livro, saída em 2007, Marisa Lajolo (2007) escreve que, nele, a afrodescendência de Machado “se textualiza e um novo Machado insinua-se ao leitor” (p. 94). Nem um mito nacional, nem um escritor realista, é uma nova figura se apresenta a partir de uma nova recepção crítica.

A nova perspectiva marcada no livro de Duarte decorre, grosso modo, do trabalho de coleta e de organização em coletânea de textos machadianos – crônicas, poemas, contos e fragmentos de romance – que trazem na superfície textual personagens negras e negros, além de cenários e temas que se ligam à escravidão e ao regime escravocrata. Os textos, movimentados e rearranjados de uma nova forma, permitem uma nova configuração do caleidoscópio machadiano.

Na *Nota à terceira edição*, Eduardo de Assis Duarte (2020) apresenta seu trabalho como “fruto da releitura da obra de Machado de Assis, com vistas à pesquisa das manifestações de afrodescendência, expressas, sobretudo, nos posicionamentos textuais a respeito da escravização e das relações inter-raciais existentes no Brasil do século XIX” (p. 9). Como o próprio autor escreve, na sequência, a estranheza e novidade de seu trabalho se dá porque ele trata de “indagar a respeito da porção afrodescendente de uma figura como Machado de Assis” (DUARTE, 2020, p. 9).

Neste sentido, ainda em sua *Nota à terceira edição*, Duarte (2020) brevemente refere as discussões em torno da vida e do embranquecimento identitário de Machado de Assis, relata o debate acerca de seu aburguesamento e constata a falta de um herói negro em seus

romances, bem como refuta a tese do absentéismo machadiano, a qual propala que o autor de *Helena* não teria tratado da escravidão ou das relações interétnicas de seu tempo.

Como escreve Terezinha Zimbrão da Silva (2014), “Duarte sublinha que a questão étnica e crítica ao escravismo estão presentes, sim, na obra machadiana, mas se manifestam de forma dissimulada, através da estratégia de ‘caramujo’” (p. 231). A falta de compreensão desta estratégia geraria a falsa impressão de Machado de Assis foi um absentéista acerca destas questões.

É neste movimento de refutação, que Duarte (2020) destaca “que o perfil de indiferente ou de omisso perante os problemas de seu tempo é, antes de tudo, uma *leitura* e, como tal, uma *construção*, fruto do processo de recepção literária e sujeita a contestações inúmeras” (p. 10. Grifos do original). No que se vê a percepção de que as leituras das diferentes recepções críticas – que variam no tempo e ao sabor de novos estudos e métodos – construíram perfis diferentes para Machado de Assis.

Portanto, Eduardo de Assis Duarte capta, em outro quadro teórico e com outros objetivos, o mesmo processo social e histórico que constituiu um Machado de Assis múltiplo, do qual é possível ressaltar diferentes figuras identificáveis – o escritor de exceção, o mito nacional, o Shakespeare brasileiro e o autor realista, para lembrar os termos de Guimarães (2017) – a partir de diferentes funções-autor informadas pelos discursos que as sustentam.

Na parte intitulada *A poética da dissimulação*, em que Eduardo de Assis Duarte (2020) apresenta um conjunto de textos críticos sobre as questões que levanta com a coletânea, no artigo *Raça, estigma, literatura* fica registrado que é no texto machadiano que se deve buscar “o espaço privilegiado para a perquirição da etnicidade e dos posicionamentos autorais a propósito das relações interétnicas na sociedade em que vivia” (p. 266) Machado de Assis, inclusive porque não se tem notícia de declaração ou documento em que o autor de *Casa Velha* tenha se afirmado branco, mulato ou negro (DUARTE, 2020, p. 265).

Neste mesmo artigo, Duarte (2020) assinala que sua premissa é a de que “existe, sim, o pertencimento étnico traduzido em literatura, inscrito na abordagem do tema e, sobretudo, no lugar discursivo em que se coloca o autor” (p. 268). No que a argumentação se aproxima bastante da concepção – que está presente nesta tese – de que os textos materializam discursos, isto é, mais especificadamente, que o texto literário é também lugar de dispersão dos discursos existentes em uma dada sociedade.

Deste modo, Duarte (2020) procura adensar a reflexão – e a recepção crítica – rumo a uma outra faceta – e a outra figura – de Machado de Assis: “a do escritor cuja perspectiva, emoldurada embora por toda uma *poética da dissimulação*, pertence ao sujeito afro-brasileiro

que nele existe, apesar de todos os recalques” (p. 271. Grifos do original). Vai-se constituindo a figura do escritor afrodescendente.

Como Marisa Lajolo (2007) resume ao final de sua resenha, o livro de Eduardo de Assis Duarte “sugere que Machado é, sim, um escritor universal e também um escritor brasileiro. Mas é só a partir deste estudo que se começa a dizer que Machado é um escritor brasileiro negro” (p. 94), o que faz do trabalho analítico e crítico de Duarte o batismo desta nova figura machadiana.

A partir da antologia e da análise de Eduardo de Assis Duarte, espraia-se uma recepção crítica que verá Machado de Assis como um afrodescendente. É a partir desta concepção que Terezinha Zimbrão da Silva (2014) vai discutir o tema do “mulato de alma grega” e interpretar *Esau e Jacó* como uma “crítica dissimulada e sutil” ao “preconceito étnico do período” (p. 229), por exemplo.

É importante notar, ainda, que o trabalho de recolha e seleção de textos que embasa a antologia de Duarte permite a formação de um *corpus*, o que contribui fortemente com o espraiamento desta recepção crítica. Exemplifica este argumento artigos como o de Renata Lopes da Silva e Francine Fernandes Weiss Ricieri (2021), pesquisadoras que registram a importância da antologia para a seleção dos contos que vão analisar: *O caso da vara e Pai contra mãe*.

A figura de escritor afrodescendente também vai se espalhar pela mídia, por exemplo, no jornalismo. Ainda que o intuito não seja o de acompanhar toda a dispersão deste discurso crítico sobre Machado de Assis, é possível notar o surgimento de enunciados como “Conheça o verdadeiro Machado de Assis: negro e crítico da escravidão”¹, manchete do suplemento *Pensar do Estado de Minas* de 26/06/2020, ou “Ele não era branco. Negro, pobre, gago e epilético e o maior escritor do Brasil”², título de uma coluna de 27/02/2023 no *Jornal Jurid*. Estes são enunciados que participam da mesma formação discursiva originada – se assim se pode dizer – no livro de Duarte. Também a *Campanha Machado de Assis Real*, lançada em 2019 e iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares, visando o enegrecimento da iconografia de Machado, é ilustrativa desta formação discursiva.

Dentro desta concepção teórica, é possível notar a existência de outros processos de constituição de função-autor para Machado de Assis. Um destes processos, por exemplo, parte

1 Versão online disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/06/26/interna_pensar,1159969/conheca-o-verdadeiro-machado-de-assis-negro-e-critico-da-escravidao.shtml. Acesso em 10/01/2023.

2 Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/ele-nao-era-branco-negro-pobre-gago-e-epiletico-e-o-maior-escritor-do-brasil>. Acesso em 02/03/2023.

do discurso jurídico, propõe certas relações entre o direito e a literatura, e erige a figura do Doutor Machado, a partir de *corpora* que recortam os textos machadianos buscando personagens, cenários, temas jurídicos etc. Ilustram esta seara o *Doutor Machado* de Cássio Schubsky e Miguel Matos (2008) e o *Código de Machado de Assis* de Miguel Matos (2021).

Vê-se que, como aponta Chartier (2012), “essa ‘função autor’ marcada pelo nome próprio é, de início, uma função de classificação dos discursos que permite as exclusões ou as inclusões em um *corpus*, atribuível a uma identidade única” (p. 29). A autoria, vista como uma função discursiva, é quem funda a própria noção de obra – uma obra nacional, uma obra realista ou uma obra afrodescendente – e que “caracteriza certo modo de existência em comum de alguns discursos que são atribuídos a um único lugar de expressão” (CHARTIER, 2012, p. 29).

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS MACHADIANOS

Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. (GINZBURG, 1976, p. 27)

Este capítulo busca, em linhas gerais, mostrar as condições históricas de produção dos textos de Machado de Assis. Isto leva a pensar os fatos históricos propriamente ditos e como eles impactaram a obra machadiana, mas também o ambiente intelectual em que Machado se movia e, depois, leva a refletir sobre a não aderência do texto machadiano ao discurso abolicionista que foi hegemônico em dado momento. Assim, passa-se das condicionantes históricas às condições de produção dos discursos, passa-se das formações ideológicas às formações discursivas. Ao final, isto tudo leva a projetar um posicionamento discursivo e ideológico – o que será diretamente explorado no quarto capítulo – para Machado: enviesado, oblíquo, encaramujado.

Uma abordagem discursiva do texto literário necessita observar as condições de produção dos enunciados que analisa. Como nota Dominique Maingueneau (1998), esta noção foi reelaborada por Michel Pêcheux, dentro da perspectiva da Análise do Discurso, buscando ir além do meio material e institucional de emergência dos discursos – o que seria apenas o contexto situacional – mas sem o denegar, integrando à análise “as representações imaginárias que os interactantes fazem de sua própria identidade”, bem como as representações feitas “do referente de seus discursos” (p. 30). Neste sentido, afasta-se a transposição mecânica do arcabouço das condições históricas para o escopo da produção de um discurso.

Se os enunciados estão submetidos à história – bem como estão submetidos às regras linguísticas, aos padrões textuais e aos gêneros discursivos – eles estão submetidos também às representações imaginárias do sujeito que enuncia, as quais se constituem através de pré-construídos, de já-ditos, do interdiscurso, da memória. Neste sentido, como as representações imaginárias são informadas pela estrutura ideológica, é possível observar-se, pelos enunciados, as formações ideológicas do sujeito-discursivo. Como explica Cleudemar Alves Fernandes (2008), “o lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e *intervêm a título de* condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico” (p. 19. Grifos do original).

O imaginário socioideológico, o interdiscurso, a memória discursiva, tomados em conjunto como próprios ao enunciador, ajudam a compreender porque discursos hegemônicos – como foi um certo discurso abolicionista na circulação intelectual de sua época – não são sempre assumidos por todos os sujeitos discursivos. Os sujeitos não são assujeitados – uma tese já muito debatida e ultrapassada na Análise do Discurso – embora não sejam livres, pois são condicionados por regras variadas. Talvez se pudesse dizer que os sujeitos e os seus enunciados são convocados pelas formações discursivas.

Ou melhor: “trata-se fundamentalmente de aceitar que o sujeito é *segundo* em relação a seu entorno – social, linguageiro, ideológico, cultural, até mesmo biológico” (POSSENTI, 2009, p. 82. Grifo do original), trata-se de conceber o sujeito como um efeito de sentido – da sociedade, da história, da cultura, da linguagem etc. – e não como a origem dos sentidos. A cultura e a língua tidas como jaulas flexíveis e invisíveis onde o indivíduo exercita a sua liberdade condicionada, como metaforiza Carlo Ginzburg na citação que abre o capítulo.

Enfim, as chamadas condições de produção do discurso, como escreve Eni Orlandi (2012), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (p. 30). Sendo que estas condições de produção podem ser vistas estritamente como “as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato” bem como podem ser consideradas amplamente como incluindo “o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2012, p. 30).

Para tratar das condições de produção do texto machadiano, em sentido estrito e amplo, este capítulo se utiliza do processo histórico da abolição da escravidão no Brasil como eixo articulador das reflexões. Como estabelece Boris Fausto (2012), “a extinção da escravatura foi encaminhada por etapas até o final, em 1888” (p. 121). Assim, é possível observar algumas das principais etapas desse processo – a Guerra do Paraguai, a Lei do Ventre Livre, a Abolição da Escravatura – em relação à obra machadiana, buscando no texto mesmo os laços históricos.

Em seguida, trata-se do ambiente intelectual em que Machado de Assis se moveu. Embora não se apresente um quadro bem definido ou detalhado da época, a reflexão pretende enxergar o Bruxo do Cosme Velho através de alguns traços fortes: a constituição de um campo literário no Brasil; a relação entre a literatura e o jornalismo; a existência de uma rede de sociabilidade intelectual; a possibilidade de ascensão social por meio do letramento e de uma certa inserção nas práticas sociais de leitura e escrita de seu tempo; a função do escritor-jornalista como um intelectual de sua época.

Por fim, trata-se do discurso abolicionista, visto como uma ordenação discursiva, a partir da reflexão de Michel Foucault (2014). O trabalho analítico é o de caracterizar, mesmo sumariamente, a heterogeneidade constitutiva do discurso abolicionista, isto é, mostrar que o abolicionismo, como ideal, como visão de mundo, não se construiu como um bloco sólido de ideias. Havia divergências e discrepâncias, havia disputa retórica e conceitual, havia disputa política, entre os enunciados que postulavam a emancipação dos negros escravizados. No entanto, uma certa visão abolicionista se tornou hegemônica, passou a ordenar o discurso sobre a abolição. Posto isto, resta indicar brevemente como Machado de Assis se posicionou em relação ao tema.

2.1 O Brasil entre o Império e a República: implicações no texto machadiano

No Brasil do Segundo Reinado, como explica sucintamente Boris Fausto (2012), desde os anos de 1870 aparecem um conjunto de sintomas da crise que gerará a proclamação da República, tais como o surgimento e o fortalecimento do movimento republicano, os atritos políticos entre o governo imperial e outras duas importantes instituições, o Exército e a Igreja, bem como o desgaste progressivo nas relações entre o Estado e as suas bases de apoio por conta do encaminhamento do problema da escravidão.

Tomados como fatores que levaram à derrocada do Império e à instauração da República no Brasil, o início do republicanismo, os atritos institucionais e a incapacidade de abolir o regime escravocrata não possuem igual peso no processo, no qual ainda entram “as transformações socioeconômicas, que deram origem a novos grupos sociais, e a receptividade às ideias de reforma” (FAUSTO, 2012, p. 121).

No quesito das transformações – socioeconômicas e de mentalidade social – um dos eventos históricos que marcam profundamente o Segundo Reinado é a Guerra do Paraguai. Ela ocorreu entre novembro de 1864 e março de 1870, contando, portanto, com mais de cinco anos de hostilidades, mortes e repercussão na sociedade brasileira. Como descreve Boris Fausto (2012, p. 115-116), o conflito deve ser situado na esteira da fragmentação do Vice-Reinado do Rio da Prata, após o fim do domínio espanhol, no início do século XIX. Argentina, Paraguai e Uruguai foram moldando-se como nações independentes em convívio e em tensão geopolítica, umas com as outras e em relação ao Brasil.

Nos primeiros anos do século XIX, como explica Fausto (2012), o Brasil tinha como maior preocupação geopolítica a Argentina, que se tornara república, poderia se fortalecer e atrair a instável província do Rio Grande do Sul. O Uruguai era visto como uma zona estável de influência brasileira, principalmente por seu passado de Província Cisplatina. A relação com o Paraguai dependia das tensões entre Brasil e Argentina: se a rivalidade aumentava, o governo imperial aproximava-se dos paraguaios, se ela arrefecia, surgiam as divergências entre Brasil e Paraguai, tais como questões de fronteira e de navegação fluvial.

Este equilíbrio diplomático é quebrado com a ascensão de Bartolomé Mitre na Argentina, o qual agrada aos liberais brasileiros, subidos ao poder em 1862, e que apoiava os colorados no Uruguai. Do lado paraguaio, o presidente Solano López se alia aos adversários de Mitre e aos *blancos* uruguaios. É López que toma a iniciativa do conflito armado contra o Brasil, após o governo brasileiro invadir o Uruguai, em setembro de 1864, para tentar instalar os colorados no poder. Em 11 de novembro de 1864 o navio brasileiro Marquês de Olinda é aprisionado no rio Paraguai, as relações diplomáticas entre os dois países são cortadas e, em 23 de dezembro, lança-se uma ofensiva contra Mato Grosso.

Solano López buscava transformar o Paraguai em uma força política na América do Sul, mesmo sob o risco da união de seus adversários. Boris Fausto (2012) especula que ele esperava bloquear o Brasil – forçando-o a um acordo – com uma vitória militar no desguarnecido Mato Grosso, bem como esperava neutralizar a Argentina, com o apoio das províncias adversárias de Mitre, e anular o Uruguai com a ajuda dos *blancos*. Nada disso ocorreu. Em 1º de maio de 1865, depois do Paraguai declarar guerra à Argentina em março, surge a Tríplice Aliança, que detinha muito mais poderio econômico e demográfico, porém menos preparo militar, gerando uma guerra mais dura e longa do que o esperado inicialmente. “No correr dos anos, as forças da Tríplice Aliança cresceram, com predomínio dos brasileiros, que representavam pelo menos dois terços do total” (FAUSTO, 2012, p. 119).

Percebe-se a força que o Brasil colocava nesta campanha pelo tamanho de contingente mobilizado, entre 135 e 200 mil combatentes, de uma população masculina estimada em 4,9 milhões em 1865, conforme informa Bóris Fausto (2012, p. 119). O conjunto de tropas brasileiras incluía o exército regular, batalhões da Guarda Nacional, recrutados à força nos moldes coloniais e – o que mais interessa aqui – soldados negros, especialmente libertos para que atuassem na Guerra do Paraguai.

Em uma sociedade escravocrata que postergou o quanto pode a abolição, também demonstra o esforço de guerra a formulação de uma lei, em 1866, que “concedeu liberdade aos ‘escravos da Nação’ que servissem ao exército”, referindo-se especialmente aos

“africanos entrados ilegalmente no país após a extinção do tráfico que haviam sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial” (FAUSTO, 2012, p. 119). Os senhores de escravos, por diversos motivos, também libertaram alguns de seus escravos para lutarem.

O exército brasileiro fortaleceu-se durante a guerra, afirmando-se uma instituição com molde e objetivos próprios, tomando corpo frente ao governo imperial, tornando-se orgulhosa de si mesma por ter sustentado a frente de batalha enquanto “as elites civis – os ‘casacas’ como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e em certos casos enriquecido com os negócios de fornecimentos para a tropa” (FAUSTO, 2012, p. 121).

A guerra terminou com o Paraguai devastado: territorialmente porque perdeu parte de suas terras; economicamente porque interrompeu a sua industrialização; populacionalmente porque perdeu quase a metade de seus habitantes, restando uma maioria de mulheres, crianças e idosos como sobreviventes. O vitorioso Brasil endividou-se ainda mais com a Inglaterra, enquanto o governo imperial perdeu prestígio frente ao Exército que, menos de vinte anos depois do fim da guerra, atuará centralmente para a proclamação da República.

Ao investigar o amplo e complexo processo da abolição, Emília Viotti da Costa (2010) trata especificamente do lugar e da participação do escravo no conflito e explica que “durante a Guerra do Paraguai, o problema da emancipação dos escravos se coloca mais claramente do que até aquela data” (p. 47). Por conta da guerra, o governo imperial concedeu liberdade aos chamados escravos da nação que serviram o exército e estendeu-a às suas mulheres. Neste período, muitos senhores enviaram seus escravos para o campo de batalha, em busca de comendas e títulos honoríficos, ou mesmo para fugir ao serviço militar. Além disto, muitos escravos fugidos se alistaram e foram considerados livres após o término do conflito.

Em conjunto, por quaisquer motivos eles tenham sido enviados a guerra, o retorno dos soldados negros gerou “um movimento de apoio e simpatia” para com “os escravos que haviam combatido em defesa da nação” e “o tom era sempre o mesmo: um voluntário da pátria não pode ser escravo” (COSTA, 2010, p. 48). Na prática, a opinião pública passou a condenar – e as autoridades policiais e jurídicas passaram a enfrentar – os senhores que procuraram reaver seus escravos que retornaram da frente de batalha.

O impacto social da Guerra do Paraguai foi grande. Conforme estipula Emília Viotti da Costa (2010), “a participação de escravos na guerra forneceu novos temas aos que lutavam pela sua emancipação”, havendo um recrudescimento da campanha de emancipação dos escravos e organizando-se, nas principais cidades brasileiras, “grêmios, clubes, jornais,

associações abolicionistas ou emancipatórias” (p. 49), cujas iniciativas passaram a receber apoio das lojas maçônicas.

A Guerra do Paraguai aparecerá em *Iaiá Garcia*, originalmente de 1878. Há menções ao conflito por toda a narrativa, tal como a cena em que Valéria fala com Luís Garcia para que ele interceda junto a Jorge e convença-o a ir para a Guerra. Logo no início da conversa, Valéria dá mostras do quanto o tema circula na sociedade brasileira. Ela comenta que “esta guerra do Paraguai é longa, e ninguém sabe quando acabará”, pergunta se Luís tem notícias atuais do conflito e diz que as novidades de ontem não a animaram, pois não crê “na paz que o López veio propor” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 495).

Nesta conversa já aparece a verve histórica e ferina de Machado de Assis, que coloca na voz de Valéria a voz da elite de senhores de escravos: Jorge deve ir à guerra – embora o leitor astuto já saiba o real motivo... – porque ela crê “que é chegado o momento de fazerem todas as mães um grande esforço e darem exemplos de valor, que não serão perdidos” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 495). Abnegação materna e patriotismo. Com algo mais, pois Valéria diz trabalhar para Jorge “alistar-se como voluntário”, podendo “arranjar-lhe um posto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 495). Vê-se que o arbítrio de classe e a perspectiva social também estão presentes.

Há cenas de Jorge no teatro de operações, cenas descritivas de sua vida militar e apresentadoras de seu caráter. Por exemplo, o texto relata o momento em que “o exército, acampado em Tuiuti, não iniciava operações novas” e, em “não havendo nenhuma ação grande, em que pudesse provar as forças e amestrar-se, Jorge buscava as ocasiões de algum perigo, as comissões arriscadas” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 495-496), pelas quais o filho de Valéria podia se arriscar, mostrar seu “espírito atrevido, sagacidade e paciência” e, ao mesmo tempo, captar “a simpatia de seus chefes imediatos” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 496). Um herói romântico, diria o leitor de época.

É a participação na Guerra do Paraguai que dará a Jorge, depois de voltar da frente de batalha, ocasião para reflexões e para desejar uma nova vida. Como descreve o texto, “o espetáculo da guerra, que não raro engendra o orgulho, produziu em Jorge uma ação contrária, porque ele viu, ao lado da justa glória de seu país, o irremediável conflito das coisas humanas” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 525). Talvez, como tantos outros depois da participação dos negros como soldados, Jorge agora considere que aquele que foi um voluntário da pátria não pode ser mais um escravo da nação.

O aparecimento de Procópio Dias na trama também está ligado à atuação de Jorge na guerra. Eles se conheceram no Paraguai, onde o capitalista “fora negociar e triplicar os

capitais, o que lhe permitiu colocar-se acima das viravoltas da fortuna. Travaram relações, não íntimas, mas frequentes e agradáveis, e até certo ponto úteis a Procópio Dias, que obteve de Jorge mais de uma recomendação” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 529). Relações úteis e um esforço de Procópio para conquistar a amizade de Jorge que “cessou com a guerra, desde que com a guerra cessara também o interesse mercantil” (ASSIS, 2015, v. 1, p. 529). Aqui também a narrativa serve para mostrar o caráter da personagem.

É sobejamente conhecida a análise do romance feita por John Gledson (2003). Para o analista inglês “a guerra é muito pouco integrada à trama, em termos causais: não parece mais que um interlúdio” (GLEDSON, 2003, p. 78). Entretanto, este interlúdio cliva o romance e permite que Machado de Assis descreva duas situações sociais distintas e opostas: uma, a tradicional, que envolve Jorge e Estela; outra, a atual, que envolve Jorge e Iaiá.

Esta clivagem permite a Gledson (2003) avaliar que a sociedade mudou drasticamente por causa da Guerra do Paraguai, pois “as barreiras de classe, que eram absolutas, agora começaram a ser deslocadas” e porque um capitalista “assume importância não apenas como comentário isolado sobre a guerra, mas na própria trama” (p. 80).

No fim, *Iaiá Garcia* é uma tentativa falha de dar forma à mudança histórica. No cerne disto, fica a divisão do romance em duas partes: o sistema patriarcal está substituído por outro, mais fluido, no qual Jorge, que não pôde casar com Estela, pode casar com Iaiá. Mas, principalmente, não se retrata um *processo*, uma mudança, salvo na medida em que Procópio Dias representa uma coisa simples demais – dinheiro, corrupção – para dar conta dela. [...] Sem poder dar corpo à mudança histórica, Machado recorre a um simbolismo meio didático, e sobretudo *estático*, nas duas cenas contrapostas. (GLEDSON, 2003, p. 311, grifos do original).

As duas cenas de que fala John Gledson, que ocorrem ambas numa casa em escombros da família na Tijuca, são a do assédio de Jorge à Estela, em que ela solta dois pombos que têm em mãos e que causa extrema vergonha ao filho de Valéria, fazendo-o aceitar ir lutar no Paraguai, e a do encontro com Procópio Dias, o qual dá calafrios em Jorge pois relembra-o algo do passado na guerra.

Ainda que não dê conta de apresentar a mudança histórica, a representação simbólica e didática de Machado faz efeito. De certo modo, é o que nota Eduardo de Assis Duarte (2020) quando – ao discutir as relações entre o patriarcado e a escravidão na obra machadiana – advoga uma mudança de “tom” em *Iaiá Garcia*, ao se observar os textos machadianos em ordem cronológica, pois este romance apresenta “uma relação branco/negro isenta de subordinação e distante do poder coercitivo explicitado em outras narrativas” (p. 318). Note-se que a relação entre brancos e negros não mudou somente na ficção, mas também na sociedade brasileira após a Guerra do Paraguai, como atestam os historiadores.

A relação de companheirismo entre Luís Garcia e Raimundo, construída desde a infância dos dois, faz com que o escravo, depois de alforriado, passe a agregado da família. Obviamente, a situação não é de todo original, no sentido de única, pois a passagem do alforriado a agregado era comum na sociedade brasileira. Além disto, como sabe o leitor machadiano, Raimundo é peça-chave da estrutura romanesca e interfere no desfecho da trama, evitando o mau casamento de Iaiá com Procópio, no que se pode ver um dado incomum. Em conjunto, conforme avalia Duarte (2020), as ações de Raimundo fazem com que o negro – aqui o termo vale pela etnia – possua no romance “um estatuto de positividade que o dignifica perante o leitor” e demonstra “a convivência pacífica entre brancos e negros no contexto de formação da classe média urbana” (p. 318).

Após a Guerra do Paraguai e a partir dos desdobramentos da participação dos escravos no conflito, explica Emília Viotti da Costa (2010), na década de 1870 estabelece-se “um clima de apreensão por parte dos proprietários de escravos e renovado entusiasmo dos que lutavam pela emancipação dos escravos” (p. 49). Entretanto, conforme aponta Thomas E. Skidmore (2012), apesar do governo imperial ter se voltado para a questão da escravidão, finda a guerra, “paradoxalmente, ainda não havia um movimento abolicionista no Brasil” (p. 51).

De todo modo, o Segundo Reinado está defronte de uma severa crise – econômica, política, moral – que ganhará contornos mais nítidos em breve, pois “os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional” (COSTA, 2010, p. 49). Uma questão nacional e uma acirrada controvérsia legislativa.

A abolição da escravidão no Brasil foi um penoso processo histórico, em etapas algo descontínuas, e “a maior controvérsia quanto à medidas legais não ocorreu em 1888, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871” (FAUSTO, 2012, p. 121). Como se sabe, o projeto tornava de condição livre os filhos e as filhas de escravas que nascessem após a promulgação da lei, sendo que, até os oito anos de idade, eles e elas permaneceriam sob o controle dos senhores de suas mães. Depois dessa idade, a critério dos senhores, era possível receber uma indenização estatal ou continuar usando os serviços do liberto ou da liberta até os 21 anos.

Conforme explica Boris Fausto (2012), uma parte da polêmica política é o fato de que “o projeto partiu de um gabinete conservador, presidido pelo visconde do Rio Branco, arrebatando desse modo a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais” (p. 121). Para este historiador, o mais razoável a se pensar sobre isto era que a proposta emanou do próprio Imperador D. Pedro II, visando neutralizar a possibilidade de ocorrência de insurreições após

a Guerra do Paraguai, pois os “círculos dirigentes” acreditavam “que o Brasil sofria de uma fraqueza básica em sua frente interna porque não podia contar com a lealdade de uma grande parcela da população” (FAUSTO, 2012, p. 122).

Neste cálculo do governo imperial, o encaminhamento da chamada questão servil, embora desagradasse interesses econômicos e sociais relevantes, custaria menos politicamente que o risco de revoltas entre a população escravizada. Entretanto, a elite dominante enxergava na proposta de lei uma ameaça grave de subversão da ordem. Conforme avalia Boris Fausto (2012), na mentalidade desta classe dominante, “libertar escravos, por um ato de generosidade do senhor, levava os beneficiados ao reconhecimento e à obediência. Abrir caminho à liberdade por força de lei gerava nos escravos a ideia de um direito, conduzindo o país à guerra entre as raças” (p. 122).

Raciocínio típico da “comédia ideológica” brasileira de que trata Roberto Schwarz (2014), fruto da decalagem “entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu” (p. 48). Um raciocínio que é uma ideia fora do lugar: liberdade por generosidade, não por direito.

Há uma carta de Machado de Assis ao visconde do Rio Branco, datada de 30 de setembro de 1876, em que o escritor trata a promulgação da Lei do Ventre Livre como uma “data gloriosa” para o político e “para a nossa pátria”, além de considerá-la um “patrimônio comum” e “um serviço tão assinalado” feito ao Brasil por um “alto espírito” (ASSIS, 2009, p. 144). Além de expressar o desejo de solução para a questão da escravidão, a carta pode ser vista dentro da rede de sociabilidade intelectual de que Machado de Assis participava, a qual será explorada no próximo item do capítulo.

Nesta direção, avaliando a correspondência de Machado de Assis dentro do quadro da *ars dictaminis*, Otoniel Machado da Silva (2009) escreve, em síntese, que “as cartas machadianas expõem o ‘quanto é bom ter amigos influentes’ para alcançar certos benefícios, seja na esfera pública, seja no âmbito das Letras” (p. 133). A carta de 30 de setembro de 1876, endereçada ao visconde de Rio Branco, embora não faça parte do *corpus* de Otoniel Machado da Silva – que analisa outras missivas de Machado endereçadas à Rio Branco – é também exemplar da construção da *persona epistolar* de Machado de Assis.

Na mesma época desta carta, a Lei do Ventre Livre ganha comentário em uma crônica de Machado de Assis, datada de 1º de outubro de 1876 e publicada na *Ilustração Brasileira*, sob o pseudônimo de Manassés, a qual fez parte da série *Histórias de Quinze Dias*. No item VIII da crônica, lê-se:

De interesse geral é o fundo da emancipação, pelo qual se acham libertados em alguns municípios 230 escravos. Só em alguns municípios!

Esperemos que o número será grande quando a libertação estiver feita em todo o império.

A lei de 28 de setembro fez agora cinco anos. Deus lhe dê vida e saúde! Esta lei foi um grande passo na nossa vida. Se tivesse vindo uns trinta anos antes estávamos em outras condições.

Mas há 30 anos, não veio a lei, mas vinham ainda escravos, por contrabando, e vendiam-se às escancaras no Valongo. Além da venda, havia o calabouço. Um homem do meu conhecimento suspira pelo azorrague.

— Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: "Anda diabo, não estás assim pelo que eu fiz!" — Hoje...

E o homem solta um suspiro, tão de dentro, tão do coração... que faz cortar o dito.

Le pauvre homme!

(ASSIS, 2015, vol. 4, p. 299)

O texto é todo ele voltado à questão da escravidão, como se percebe. E de tom ferino. Em primeiro lugar, o cronista nota a ação do fundo de emancipação e projeta números maiores quando a abolição atingir todo o território nacional. Deste primeiro comentário, passa-se a comemoração de cinco anos de existência da Lei do Ventre Livre, lamentando-se que ela não tenha vindo 30 anos antes, o que permite ao cronista narrar o descabro do contrabando e do calabouço. Ao mesmo tempo, isto permite ao leitor compreender a ineficácia da legislação brasileira, levando-se em conta o não-dito de que em 7 de novembro de 1831 – portanto não 30, mas quase exatos 40 anos antes... – a Lei Feijó decretou a proibição do tráfico negreiro definitivamente. Por fim, já em chave anedótica, o cronista dispara sarcasmo ao atribuir o epíteto de “pobre homem” ao senhor de escravos, que lamenta a diminuição do arbítrio e da violência contra os escravizados.

Mesmo de passagem, é preciso registrar que “a *Ilustração Brasileira* era um periódico científico-literário”, que a revista “trazia em seu corpo textos diversificados”, buscando “realizar dois movimentos distintos e paralelos: o de divertir através de sua face literária” e o “de instruir – por intermédio de textos sobre expedições científicas, sobre avanços técnicos” (GOSKES, 2008, p. 129) etc. Esta compreensão é importante pois auxilia a pensar como era o suporte desta série de crônicas machadianas, bem como o seu público leitor.

Em outro gênero, no romance *Quincas Borba*, originalmente de 1891, a personagem Cristiano Palha, travando conhecimento com Rubião e puxando conversa, “maldisse o governo, que introduzira na fala do trono uma palavra relativa à propriedade servil” (ASSIS, 2015, vol. 1, p. 751). A menção aponta para o discurso de Dom Pedro II durante a abertura da sessão legislativa de 1867, em que “o imperador introduziu a questão da emancipação”, ainda que “cautelosamente, de molde a não despertar oposição” (COSTA, 2010, p. 43).

Esta *Fala do Trono* é considerada o início dos movimentos políticos que culminarão na Lei do Ventre Livre. Nela, Dom Pedro II “apenas chamava a atenção dos parlamentares para a necessidade de oportunamente, isto é, quando lhes parecesse conveniente, considerar a questão” e, concomitantemente, “deixava claro que era de seu intuito evitar qualquer abalo na agricultura e respeitar os direitos dos proprietários” (COSTA, 2010, p. 43).

Na trama narrativa, a menção serve para mostrar o caráter de Rubião, “que não acudiu à indignação” de Palha, pois seu plano era “vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem” (ASSIS, 2015, vol. 1, p. 751), que alforriaria. Rubião também lera a *Fala do Trono* e registra o fato de que ela “mandava respeitar a propriedade atual”, assim, para ele “que lhe importavam escravos futuros, se não os compraria?” (ASSIS, 2015, vol. 1, p. 751).

Ao final do romance, a lei dos ingênuos é mencionada no Capítulo CXCVII, ligada a passagem do tempo narrativo e no bojo do desligamento de Rubião da alta sociedade que ele frequentou, encaminhando o fim de *Quincas Borba*, em que há a fuga para Barbacena e a morte em demência do protagonista. O texto diz que Teófilo – político gaúcho e marido de D. Fernanda, personagem que se condói da situação de Rubião na fase final do livro – “merecera do novo gabinete a mesma confiança do antigo” e tivera “parte copiosa nos debates da sessão parlamentar” (ASSIS, 2015, vol. 1, p. 899) que aprovou a Lei do Ventre Livre. Novo gabinete, mesma política.

Logo após narrar a atuação de Teófilo no parlamento, Machado de Assis materializa, em uma breve linha, a voz corrente da elite – econômica e intelectual – que verbaliza o pensamento dos escravistas à época: a Lei do Ventre Livre elimina gradualmente a chamada questão servil, sem afetar o direito de propriedade existente e apaga a nódoa da escravidão no Brasil. A breve linha: “Camacho declarou pela sua folha que a lei dos ingênuos absolvía a esterilidade e os crimes da situação” (ASSIS, 2015, vol. 1, p. 899). Não à-toa, Camacho é bacharel e jornalista.

Sabe-se que, “na prática, a lei de 1871 produziu escassos efeitos. Poucos meninos foram entregues ao poder público e os donos de escravos continuaram a usar seus serviços” (FAUSTO, 2012, p. 122). Conforme relata Emília Viotti da Costa (2010) “os ingênuos continuaram a viver como escravos, a ser vendidos com suas mães, a ser castigados como qualquer outro escravo, perfazendo as mesmas tarefas a que teriam sido obrigados se não tivessem sido libertos” (p. 59). Nas palavras de André Rebouças – já em 1874 – relatadas por Mailde Jerônimo Trípoli (2006, p. 32) a Lei do Ventre Livre é “falha e manca”, é “triste” e é “arrastadamente executada”, não valendo nada em matéria de emancipação.

Assim, constatando-se a ineficácia e as constantes transgressões à lei dos ingênuos, a luta abolicionista chega “a uma nova e definitiva etapa. Não se pretende mais a emancipação lenta e gradual, busca-se o fim definitivo da escravidão” (TRÍPOLI, 2006, p. 32). Emília Viotti da Costa (2010) explica que os abolicionistas logo passaram a “denunciar a ineficácia da lei e a revelar as burlas e as fraudes que prejudicavam sua execução”, passando “a pleitear medidas mais drásticas” visando “um paradeiro definitivo à escravidão”, enquanto os escravistas “apegaram-se à lei a que tanto tinham se oposto. Para eles, a Lei do Ventre Livre encerrara a questão” (p. 59).

Para Thomas E. Skidmore (2012), a Lei do Ventre Livre, um “primeiro passo legal”, chegou “bem antes da formação do movimento abolicionista como tal” (p. 52). O brasileiro aponta o ano de 1883 como aquele em que “os abolicionistas haviam fundido seus esforços numa campanha nacional”, trabalhando para “a liquidação da base legal da escravidão” e mobilizando “doações para manumissões voluntárias” (SKIDMORE, 2012, p. 53).

Pouco antes de 1883, a Revolta dos Vinténs, em janeiro de 1880, uma reação popular contra o aumento de taxa no transporte urbano, que deixou pessoas mortas e feridas, assim como bondes destruídos no Rio de Janeiro, marca o início da participação de novos agentes – vindos das camadas mais humildes – nos debates públicos e possibilita uma nova cultura política, em que as ruas se manifestam, mesmo sob normas legais excludentes. Humberto Fernandes Machado (2014) liga a importância da Revolta dos Vinténs “à ação dos militantes antiescravistas do Rio de Janeiro”, gerando “um engajamento maior da sociedade nas passeatas, palestras, conferências e comícios contra o cativo” (p. 28). O abolicionismo une-se à insatisfação popular frente ao Império, aumentando-se a pressão nas elites políticas.

Na década de 1880, conforme escreve Boris Fausto (2012), o movimento abolicionista “ganhou força, com a aparição de associações, jornais e o avanço da propaganda em geral. Gente de condição social e percepções diversas participou das campanhas políticas” (p. 122). Nesta década, já a partir dos esforços abolicionistas – e depois das províncias do Ceará e do Amazonas terem concedido liberdade aos escravizados de seus territórios, em 1884 – surge a Lei dos Sexagenários, em 1885, declarando livres todos os escravos com mais de 65 anos. Logo depois, em 1887, como relata Skidmore (2012), “a escravidão estava sendo questionada por todos os lados. Os escravos fugiam de seus senhores, o Exército se recusava a caçá-los e os juízes passaram a fazer vista grossa às reclamações dos proprietários” (p. 53).

É importante lembrar que o final do século XIX é um período de transformações econômicas e sociais de grande monta. A expansão do sistema capitalista na Europa teve um grande impacto – teórico e prático – no Brasil e influenciou no andamento da então denominada

questão servil. Pode-se elencar brevemente, com base em um quadro traçado por Humberto Fernandes Machado (2014, p. 108-113): a movimentação da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, significando um descompasso entre duas formas de produção e gerando um aumento da resistência da população escrava; a inovação nas técnicas de produção e nos meios de transporte, que asseguraram a transferência da cafeeira mas também abriram novas frentes urbanas seguindo as linhas dos bondes, diminuindo distâncias na capital e aumentando o núcleo citadino; a emergência e estabilização de novas camadas sociais na cidade, ligadas ao trabalho livre, às atividades comerciais e manufatureiras, gerando grupos populares e descontentes; a cosmopolização do Rio de Janeiro, também resultado da introdução do telégrafo e da interligação – via cabo submarino em 1874 – com a Europa, que favoreceu e dinamizou a circulação de informações e de notícias, bem como a de ideais liberais europeus; a consolidação e a atuação da imprensa na Corte, apesar do elevado grau de analfabetismo brasileiro.

Na luta abolicionista, são notórias as figuras de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças e Luiz Gama, que, vistos em conjunto, mostram a mistura da elite e das camadas populares, mostram a mistura da política, do jornalismo e do direito. “Entre 1885 e 1888”, conforme escreve Boris Fausto (2012), “a campanha abolicionista ganhou ímpeto” (p. 123), principalmente pela desorganização do trabalho escravo nas fazendas do Oeste paulista, fruto da ação do grupo de ativistas liderados por Antônio Bento, outro abolicionista notório. Em 1888, somente apegavam-se ao regime escravocrata “os representantes das velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, cujas fortunas em declínio se concentravam nos escravos” (FAUSTO, 2012, p. 123).

É neste quadro que vai emergir, como apresenta Thomas E. Skidmore (2012), “o terceiro e último projeto de lei abolicionista, que concedeu emancipação imediata e total aos escravos em 13 de maio de 1888” (p. 53). A Lei Áurea é fruto de um ministério conservador, cujos pilares são os fazendeiros paulistas, que antes advogavam a manutenção da escravatura e passaram a acreditar na troca dos escravos por trabalhadores livres, pois estes últimos seriam mais baratos e mais produtivos. “Além disso, conduzir o passo final para a abolição manteria o governo sob o controle da elite agrária, impedindo assim a ascensão ao poder de abolicionistas de longa data que talvez viessem com ideias radicais, como reforma agrária” (SKIDMORE, 2012, p. 53).

O projeto de Antônio Prado, senador paulista ligado à zona cafeeira do Oeste, é o que desencadeia a abolição na forma em que se deu. O projeto abolicionista do senador, nos estertores do regime escravocrata, foi uma última tentativa de contemporização: “previa a

imediate libertação dos escravos, sujeita a indenização e prestação de serviços por três meses, de modo a assegurar a próxima colheita” (FAUSTO, 2012, p. 124). Os liberais se opuseram ao projeto do senador Antônio Prado, o que levou o conservador João Alfredo, presidente do Conselho, a propor uma abolição irrestrita. A maioria parlamentar aprovou a nova iniciativa e a lei foi sancionada pela regente do trono, a princesa Isabel, como bem se sabe, em 13 de maio de 1888,

O Barão de Cotegipe, o senador Antônio Prado, o presidente João Alfredo e a princesa Isabel aparecem – em uma chave paródica de tom bíblico – na crônica da série *Bons Dias!*, publicada em 20-21 de maio de 1888 na Imprensa Fluminense, “jornal criado para comemorar a abolição da escravatura” (TRÍPOLI, 2006, p. 121). O texto apresenta “o evangelho” lido na “grande missa campal do dia 17” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 758), na comemoração da abolição, e se inicia mordazmente, trazendo uma brilhante síntese da aglutinação do poder, além de usar a numeração típica dos versículos bíblicos: “1. No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a regente, e Cotegipe era a regente. 2. Nele estava a vida, com ele viviam a Câmara e o Senado” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 759).

Aparece então Antônio Prado, que diz não ser Rio Branco e nem profeta, mas sim “a voz que clama no deserto” e que endireitará “o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 759). Este só virá meses passados, depois que “o espírito da regente veio pairar sobre a cabeça de João Alfredo”, abandonando o Barão de Cotegipe, e “o poder executivo passou a João Alfredo” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 759). O evangelho paródico da crônica narra depois a reunião de políticos – Antônio Prado, Ferreira Viana, Vieira e Silva, Rodrigo Silva, Tomás Coelho e Costa Pereira – como discípulos, para registrar: “16. Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que essa ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 759).

Dispostos todos a continuar, um deles diz “por parábola que, no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 760). Mais uma vez Machado de Assis (2015, vol. 4) materializa com maestria – e no tom de galhofa – a mentalidade da elite escravocrata do período, o que se aprofundará com a reflexão de João Alfredo sobre “certo unguento” para aplicar na úlcera que os “sacerdotes e levitas” tentarão compor (p. 760). Este unguento – na crônica reverberando uma prescrição do Deuteronômio – seria “um alforje de comida e bebida” que o escravo que “tiver servido seis anos” e for liberto no sétimo recebe para não ir embora de “mãos abanando”

(ASSIS, 2015, vol. 4, p. 760). No caso brasileiro, seria este o “unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 760).

O evangelho machadiano de *Bons Dias!* narra ainda a benção da regente a João e seus discípulos, os quais foram às câmaras apresentar, defender e aprovar o projeto de lei, “aprovado no meio de flores e aclamações”, e espalhando-se “a palavra da regente, de João Alfredo e seus discípulos”, ela “levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos a ouviram com obediência” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 760).

Finalmente os escravos estavam emancipados. A população foi às ruas celebrar o que significava uma vitória e “as celebrações de 13 de maio fizeram que as cenas de violência que precederam a abolição fossem esquecidas” (COSTA, 2010, p. 127). A euforia pós Lei Áurea, que versejou por muitos setores da sociedade brasileira que se mantiveram avessos à abolição imediata, pode ser ilustrada pelo exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), conforme aponta Humberto Fernandes Machado (2014), o qual “praticamente ignorou a escravidão durante o seu período de existência” (p. 37) e, depois da assinatura da lei, quis conceder uma medalha comemorativa à José do Patrocínio, que a recusou.

A 13 de maio, a abolição aparecia como uma vitória dos abolicionistas, uma dádiva da princesa Isabel, um ato generoso do Parlamento, uma conquista do povo, mas, acima de tudo, como *um preito de homenagem prestado à civilização do século*. As contradições que tinham empurrado o processo ocultavam-se por trás de uma conclusão bem-sucedida. (COSTA, 2010, p. 127. Grifos do original)

Uma conclusão só aparentemente bem-sucedida, como a atualidade tornou obvio. Esta miopia coetânea sobre o acontecimento histórico logo será diagnosticada. Ou, de outro modo, a conclusão bem-sucedida será ironizada. Um exemplo é a crônica da série *Bons Dias!* de 19 de maio de 1988, saída na *Gazeta de Notícias*, o texto tematiza a concessão de alforria, a emancipação que torna o escravo um agregado, a partir da personagem Pancrácio, um molecote de 18 anos alforriado pelo narrador, dias antes do 13 de maio. Mais uma vez aparece materializada a mentalidade escravocrata: “alforriá-lo era nada; entendi que perdido por mil, perdido por mil e quinhentos” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 757).

Alforriado, Pancrácio é convidado a ficar. Diz-lhe o narrador: “tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 758). O molecote nem espera o antigo senhor terminar e aceita o arranjo, com um ordenado menor do que o narrador esperava pagar inicialmente. Tal como inúmeros libertos pela Lei Áurea, ele não tem outra opção melhor. Entretanto, a violência física contra o molecote alforriado não cessa: “Pancrácio aceitou tudo;

aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por não me escovar bem as botas” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 758).

Pancrácio tomará também pontapés, um ou outro puxão de orelhas e injúrias verbais – besta e filho do Diabo – “coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 758). Vão-se os anéis, ficam-se os dedos. E os hábitos de mando e de racismo.

Para tomar outro exemplo, neste mesmo sentido, leia-se a crônica de 15 de maio de 1892, saída na *Gazeta de Notícias*, na coluna *A semana*. Passados cinco anos da Lei Áurea, o texto, depois de laudar “a festa de treze de maio” como comemoração de “uma página da história, uma grande, nobre e pacífica revolução”, informa, ácido, que os festejos têm “este pingo de ser descoberta uma preta Ana ainda escrava, em uma casa de São Paulo. Após quatro anos de liberdade, é de se lhe tirar o chapéu” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 827). Mais que tudo, afirma a crônica, o caso traz o “simples x do problema”, que o narrador coloca na voz de um “distinto e antigo parlamentar”: “a Nação ainda não disse o que queria” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 827). Reverberando, ao fundo, a falta de um projeto republicano para aqueles que foram emancipados no 13 de maio de 1888, ainda no Império.

2.2 O ambiente intelectual: breves traços do fim de século

O ambiente literário no Rio de Janeiro do final do século XIX é considerado, via de regra, como rico, pois é intenso de produção e representa uma vida literária, quase nos moldes europeus, em que há escritores se dedicando ao jornalismo, há as crônicas e as polêmicas públicas, há romances que saem em folhetins, há uma atividade tradutória consistente dos principais expoentes da literatura europeia etc.

Tal apreensão do ambiente intelectual como pleno e dinâmico, como uma mudança do cenário brasileiro, está espalhada na historiografia literária, em livros específicos da área e em manuais didáticos. Assim, por exemplo, Antônio Candido e José Aderaldo Castello (2008) registram inicialmente como características do período:

Entre 1875 e 1922, mais ou menos, estende-se um período rico e diversificado, o primeiro, em nossa literatura, que apresenta um panorama completo da vida literária, com todos os gêneros modernos florescendo, com as instituições culturais se multiplicando, com periódicos numerosos e relativamente lidos. Ele corresponde, historicamente, à maturação da nacionalidade, tendo visto a realização de muitas das

grandes tarefas iniciadas depois da Independência, como a modernização das cidades, a codificação racional das leis, o equipamento técnico, o ensino superior, a penetração nas zonas internas, a demarcação legal das fronteiras com os países limítrofes. (p. 281)

Vê-se a complexidade e a progressividade da instalação da vida literária entre fins de século XIX e inícios do XX. Trata-se da emergência do campo literário em plagas brasileiras. Ocorre, então, como escrevem Candido e Castello (2008), a “aceitação da cultura em geral, da literatura em particular, pelos setores instruídos das classes dominantes e das camadas médias” (p. 281). O escritor torna-se um integrante da vida social, um elemento da sociedade, ganha prestígio.

A literatura – mesclada ao jornalismo – ganha prestígio também. Embora, como salientem Candido e Castello (2008), este ganho de prestígio tenha dois lados, pois junto ao aumento de respeitabilidade social caminhou o cunho oficial, o academismo em sentido pejorativo. Interessa notar, por fim de comentário, que justamente Machado de Assis é visto como “figura tutelar”, um “modelo” para “a consciência literária do tempo” (CANDIDO; CASTELLO, 2008, p. 282) e que se date, como momento áureo desta instalação de campo literário, o período entre a publicação das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880) e a morte do Bruxo do Cosme Velho (1908).

De outra perspectiva, a das ideias, Alfredo Bosi (2022) também assevera o período rico e inovador do último quarto do século XIX. O novo ideário que vai se compondo no Brasil tem, em seu conjunto, teses liberais, republicanas e abolicionistas, sendo que, “de 1870 a 1890 serão essas as teses esposadas pela inteligência nacional, cada vez mais permeável ao pensamento europeu que na época se constelava em torno da filosofia positivista e do evolucionismo” (BOSI, 2022, p. 173).

O que é parte de um falso paradoxo, segundo estipula Alfredo Bosi (2022), pois este “clima de ideias liberais” coexistiu com “uma arte existencialmente negativa”, refletindo “a posição incômoda do intelectual em face da sociedade tal como esta se veio configurando a partir da revolução industrial” (p. 179). A abertura de um campo literário e seu aumento de prestígio voltam a ser percebidos em sua complexidade. Os escritores estão imprensados entre a rebeldia e o desencanto, entre o protesto e o conformismo. O Brasil estava debatendo como sair do regime escravocrata.

No caso do debate sobre a então chamada questão servil, conforme aponta o estudo de Humberto Fernandes Machado (2014), “a rejeição a uma posição radical estava de acordo com as contradições e ambiguidades” (p. 74) da intelectualidade brasileira do período,

incluindo José do Patrocínio, o feroz abolicionista das folhas da época, alcunhado inclusive de “Tigre da abolição”.

Embora eivada de diversidade de opiniões, de maneira geral, a autonomia das camadas ilustradas era limitada. Além disto, o verniz político das elites intelectuais era dado pelo Direito e pelo jornalismo, partindo do princípio da necessidade de tutela do povo, da impossibilidade de que a grande massa de escravos e de bancos pobres pudesse efetivamente participar da cena política. Aplicando-se os devidos descontos, somando-se os acréscimos possíveis, trata-se da tropicalização do <intelectual universal> de que fala Michel Foucault (1979), que “funcionou no século XIX e no começo do século XX”, derivando “de uma figura histórica bem particular: o homem da justiça, o homem da lei, aquele que opõe a universalidade da justiça e a equidade de uma lei ideal ao poder, ao despotismo, ao abuso, à arrogância da riqueza” (p. 10).

Um intelectual que luta, politicamente, do lado da lei, do direito, da constituição, que luta por aquilo “que é justo por razão e por natureza”, por aquilo “que pode e deve valer universalmente” (FOUCAULT, 1979, p. 10). Acrescenta o filósofo francês: “o intelectual ‘universal’ deriva do jurista-notável e tem sua expressão mais completa no escritor, portador de significações e de valores em que todos podem se reconhecer” (FOUCAULT, 1979, p. 11). O escritor genial, o modelo moral que ilumina e ilustra a sociedade, que a guia e a tutela por meio da propagação de suas ideias – daquilo que são os justos ideais – nos jornais.

Em *Escritos de liberdade*, Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) trata de Machado de Assis, juntamente a Ferreira de Meneses, Luiz Gama, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, como “pensadores e literatos negros” que “construíram seus entendimentos sobre o país do qual se consideravam parte e participantes – mesmo que, não raras vezes, tivessem esse pertencimento atacado em virtude de sua origem racial” (p. 23). O período em que estes literatos negros atuaram recobre o fim do século XIX, bem como está atrelado ao ambiente intelectual que este item tematiza.

Estes intelectuais negros são vistos como “homens livres de cor”, que, de diversas maneiras e em variadas dimensões, visaram “conquistar e manter seus espaços no debate público sobre os rumos do país” (PINTO, 2018, p. 23). Enxergar Machado de Assis como um literato negro e um homem livre de cor é fundamental para compreender seu posicionamento no ambiente intelectual de sua época, bem como entender o seu posicionamento discursivo sobre as questões raciais em geral e o abolicionismo em específico.

Em uma sociedade constituída sobre as relações de favores, cheia de apadrinhamentos, Machado de Assis não escapou ao contexto de seu tempo, tendo sido afillhado de batismo de

D. Maria José de Mendonça Barroso Pereira, viúva do senador e ministro Bento Barroso Pereira (PINTO, 2018, p. 152).

Machado foi também protegido de Paula Brito, “seu padrinho negro, que não apenas o empregou como revisor de provas na Tipografia Dois de Dezembro, como foi também o primeiro a publicar seus textos” (PINTO, 2018, p. 153). Destas bases, Machado de Assis expandirá sua rede de contatos (PINTO, 2018, p. 154) e passará ao papel de padrinho intelectual – às vezes de amigo – de outras importantes figuras das Letras brasileiras do século XIX, tais como Ferreira de Menezes (PINTO, 2018, p. 155), Gonçalves Crespo (PINTO, 2018, p. 157) e Castro Alves (PINTO, 2018, p. 161).

Desta maneira, o reverso da sociedade de favores brasileira, talvez possa ser visto no surgimento de uma rede de sociabilidade intelectual entre os literatos negros, já que havia, “no início dos anos 1880, um grupo relativamente coeso de abolicionistas negros a travar combate de ideias em nome da liberdade e da cidadania” (PINTO, 2018, p. 206).

Obviamente, eles enfrentavam um ambiente hostil, abertamente racista, em que “a autoridade desses homens negros que se lançaram ao desafio de levar adiante suas convicções era posta em xeque por gente dos mais variados grupos sociais” (PINTO, 2018, p. 207). Machado de Assis transitava e participava desta rede de sociabilidade, intelectual mas também afetiva, tendo em vista que ele, por exemplo, compareceu à missa de sétimo dia tanto de Ferreira de Menezes quanto na de Júlia de Menezes (PINTO, 2018, p. 211).

Rede de favores pessoais e rede de sociabilidade intelectual que também arrastou José do Patrocínio, compreendido como pensador e literato negro, nos termos já mencionados de Ana Flávia Magalhães Pinto (2018). Em *Palavras e Brados*, Humberto Fernandes Machado (2014) traça uma biografia do ilustre abolicionista, articulando-a com o papel da imprensa abolicionista no Rio de Janeiro do último quarto de século XIX, e escreve que “com o auxílio de ‘amigos protetores’ Patrocínio tentou ingressar sem êxito no curso de Medicina”, acabou diplomado em Farmácia e “sobrevivendo como professor de ‘primeiras letras’ a alunos particulares”, o que “lhe proporcionava, além de recursos para a sobrevivência, contato com pessoas influentes da Corte que lhe abriram as portas para ingressar na ‘Cidade das Letras”” (p. 25). Não somente mais um exemplo, o relato sobre José do Patrocínio ajuda a pensar o escopo da intelectualidade negra brasileira de época.

Em outra perspectiva, o pertencimento a uma rede de sociabilidade intelectual, a participação na Cidade das Letras, a atuação no jornalismo, o exercício do papel de literato, de crítico, romancista, poeta, cronista etc. são facetas diversas do processo de letramento em que Machado de Assis esteve envolvido. Há um processo de aprendizagem do mundo das

letras pela imprensa, um entendimento do alcance dos gêneros literários de sua época, uma compreensão da importância do estudo, entre outros fatores, que fizeram de Machado de Assis o intelectual que ele foi.

Letramento é um termo anacrônico – no sentido de que é opaco ao pensamento da época – e parte do aparato crítico desta análise. Em termos técnicos, o letramento “é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever”, implicando “a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la” (SOARES, 2014, p. 17). Neste sentido, dizer que Machado estava envolvido em um processo de letramento, que permitiu que ele ingressasse no campo literário – e reverberando ainda Magda Soares (2014) – significa dizer que depois de alfabetizado, depois de ter adquirido a tecnologia para ler e escrever, ele envolveu-se nas práticas sociais de leitura e escrita, as quais têm consequências sobre o indivíduo, alterando seu estado ou condição.

Entretanto, como salienta Brian Street (2014), é preciso rejeitar uma visão autônoma do letramento, que o caracteriza como “uma habilidade ‘neutra’, técnica” e conceituá-lo “como uma prática ideológica, envolvida em relações de poder e incrustada em significados e práticas culturais específicas” (p. 17). Nesta perspectiva ideológica de letramento, concebe-se que ele “varia com o contexto social”, sendo “difícil fixar um único critério objetivo para uma habilidade amplamente representada como a chave para o progresso individual e social” (STREET, 2014, p. 40). Assim, e isto é especialmente importante no caso de Machado de Assis, “o letramento em si mesmo não promove o avanço cognitivo, a mobilidade social ou o progresso: práticas letradas são específicas ao contexto político e ideológico e suas consequências variam conforme a situação” (STREET, 2014, p. 41).

Desta maneira, o ofício de tipógrafo e de revisor de textos, o contato com o mundo gráfico, a leitura sistemática e crítica, os textos de generalidades em jornais diversos são importantes na construção do escritor Machado, conforme aponta Maria Aparecida Salgueiro (2006, p. 286). O que se dá não só pelo aspecto técnico, isto é, não só porque ele desenvolveu estas habilidades, mas também pelo manejo das práticas de leitura e escrita que abriram o ingresso ao campo literário, muito dependente do jornalismo no século XIX. Sem esquecer que a posição social de Machado é a de um literato negro e a de um homem livre de cor (PINTO, 2018). Um processo de larga feitura.

O trabalho com a tradução é também parte deste letramento. Maria Aparecida Salgueiro (2006) assinala que “Machado’s relation with translation was long and fruitful and

had enormous impact upon both his formation and the building of his work³” (p. 287). Neste sentido, o fato dele ter traduzido Poe, Dickens, Victor Hugo e Dante mostra seu conhecimento de diversas línguas, bem como o seu conhecimento da cultura humanística e artística.

Parte deste letramento vê-se na relação de Machado de Assis com a História. Relação que é importante também para entender aquilo que está disposto no primeiro item deste capítulo, ou seja, uma prática de leitura e escrita configurada pela epistemologia da história pode ter vínculos com – e ajudar a explicar – a presença de fatos históricos que balizam ou emergem nos textos machadianos.

Deste modo, enfatizar a importância da História, como disciplina de seu tempo, na formação intelectual de Machado de Assis é também pensar que o gênero discursivo informa o próprio do texto historiográfico, que o interdiscurso desta disciplina – que uma certa visão de mundo advinda da própria perspectiva histórica – estão presentes no texto machadiano. Em outras palavras, há algo na percepção machadiana da realidade que é tributária de um conhecimento da História de sua época e que se materializa na sua obra. Assim, na superfície textual, a obra machadiana se utiliza de citações, paródias, menções, descrições da história – da antiguidade, dos antigos, do passado etc. – para pensar, refletir e criticar o presente, no que o seu conhecimento histórico dava acesso ao distanciamento necessário para lidar com os acontecimentos contemporâneos.

Refletindo especificamente sobre a leitura neste processo de letramento, é possível pensar sobre a relação de Machado de Assis com os livros de história. Conforme mostra Glória Vianna (2008, p. 124), pesquisadora que atualizou o catálogo da Biblioteca de Machado de Assis, pode-se classificar, quanto ao assunto, 18% do acervo machadiano como sendo de História Geral. Esse número fica abaixo – e bem pouco – apenas dos livros de Literatura Francesa, que perfazem 19% do acervo. Se o recorte for mais geral, “as literaturas ocupam aproximadamente 50% da biblioteca de Machado, já os livros e revistas de história e geografia abarcam cerca de 25% do acervo” (VIANNA, 2008, p. 124).

Em um trecho, no qual está justamente advogando a sutura entre ficção e história em Machado de Assis, John Gledson (2003) nota que o autor “tinha muitos livros de história na sua biblioteca”, postulando que “o assunto era de grande interesse para ele” (p. 298). E o crítico inglês faz uma divisão classificatória das fontes – do acervo e de citações – em cinco tipos: 1). Os historiadores clássicos, gregos e romanos, tais como Xenofonte, Heródoto, Tucídides, Plutarco, Lívio, Tácito e Suetônio; 2). Os historiadores românticos europeus, tais

3 Em tradução livre: “A relação de Machado com a tradução foi longa e frutuosa, e teve impacto enorme sobre a sua formação e a construção de seu trabalho”.

como Taine, Thiers, Renan, Buckle, Macaulay e Alexandre Herculano; 3). Historiadores evolucionistas, de tendência sociológica ou antropológica, tais como John Lubbock e Edward Tylor; 4). Arthur Schopenhauer; 5). Os historiadores do Brasil, tais como Robert Southey e Joaquim Norberto Sousa e Silva e a coleção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Quanto aos historiadores clássicos, Gledson (2003) avalia que eles foram muito importantes para Machado, que “gosta muito de anedotas que jogam uma luz irônica sobre os acontecimentos, e frequentemente cita estes autores neste sentido” (p. 298). No caso dos historiadores do romantismo, o crítico escreve que faltam nomes importantes, tais como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt, e também que a lista é de um “estranho conservadorismo”, tendo em vista que o pensamento machadiano, “em muitos sentidos, era avançado em relação ao seu tempo” (GLEDSON, 2003, p. 300).

Para John Gledson (2003), Machado não ignorava o evolucionismo, embora odiasse “certos aspectos do darwinismo social” (p. 302) e os historiadores desta linha são importantes pois inspiravam um pensamento sociológico para a época. Quanto à Arthur Schopenhauer, embora ele não tenha sido historiador e tivesse “uma opinião negativa da história como disciplina” (GLEDSON, 2003, p. 303), o filósofo ganha uma categoria própria por sua influência fundamental no pensamento histórico machadiano.

Por fim, no caso dos historiadores do Brasil, John Gledson (2003) aponta que os autores da lista são de “menos relevância, porque tratam dos tempos coloniais” (p. 304), período que não era focado por Machado, faltando figuras como Varnhagen e Capistrano de Abreu, os quais devem ter sido lidos de outro modo. Em resumo, o analista inglês pensa que “a relação de Machado com a história brasileira era, pela sua própria natureza, mais fragmentária e jornalística nas suas fontes” (GLEDSON, 2003, p. 305).

Fica evidenciado o interesse do autor de *Esau e Jacó* pela área. No entanto, o interesse pela História e pela leitura, que o leva ao letramento, podem ser pensados para além do acervo mesmo. E eles começam cedo. Glória Vianna (2008) relata as primeiras idas, em 1855, do jovem leitor Joaquim Maria Machado de Assis à Biblioteca Nacional, e informa que ele, na data de 17 de novembro, “consulta o livro de José Ignácio de Abreu e Lima, *Sinopse ou dedução dos fatos mais notáveis da História do Brasil* e os dois volumes do Padre Ayres do Casal, *Corographia Brasílica*” (p. 110).

Os enlaces de Machado de Assis com a história e com o letramento deságuam na atuação como jornalista. Nesta direção, interessa notar o que diz Lúcia Granja (2021) sobre o contexto do último quarto de século XIX, em que se relacionavam literatura e jornalismo, e no

qual “grande parte dos homens de letras de maior destaque àquela época deve ser associada à figura do escritor-jornalista” (p. 159), os quais estavam envolvidos no desenvolvimento de uma escrita jornalística e literária dentro do formato do jornal, que vai se tornando, paulatinamente, um universo textual de poética própria.

Desta perspectiva, é possível realçar dois aspectos: o fato de que Machado de Assis “aproveitou a matriz jornalística em sua composição literária, o que conferiu modernidade a sua obra” (GRANJA, 2021, p. 160), ou seja, de que ele se aproveitou das formas existentes do jornal como um gênero discursivo, absorvendo-as ao romance; o espraiamento da sua visão de mundo, da sua ideologia – de sua posição discursiva – entre os diferentes tipos de texto que ele praticava, permitindo unir a sua prática de jornalista, de crítico literário à de romancista, de contista, de poeta.

Apresentando a relação de Machado de Assis com as folhas oitocentistas, Valdiney Valente Lobato de Castro (2020) traça um quadro que se aproxima das linhas desenvolvidas até aqui, caracterizadoras de certo ambiente intelectual de fins de século no Rio de Janeiro: a emergência do campo literário brasileiro imbricadamente ao jornalismo; a rede de sociabilidade intelectual em que Machado se encontrava; a posição complexa do escritor-jornalista visto como intelectual de seu tempo; o letramento do Bruxo do Cosme Velho e a sua inserção nas práticas sociais de leitura e escrita da época.

No quadro citado, que cronologicamente se inicia com a abertura dos portos e a liberdade de imprensa advinda da chegada da corte portuguesa ao Brasil, ganham destaque os “ares requintados” do Rio de Janeiro do último quarto do século XIX, com a importação e a circulação de jornais em diferentes idiomas “graças aos navios a vapor e à chegada de imigrantes”, expandindo-se os tipos de folhas públicas pois “circulam jornais, anais, revistas, almanaques e boletins”, despertando-se “o interesse de um público variado, homens afortunados, negros escravizados, damas casamenteiras” pois “tudo sai nos jornais” (CASTRO, 2020, p. 299).

Machado de Assis é um elemento vital neste quadro, pois conforme assinala Valdiney Valente Lobato de Castro (2020):

Desde a década de 1850 até seus últimos dias, em setembro de 1908, seu nome espalhou-se pelas folhas não apenas dos jornais do Rio de Janeiro como de todo o país. Assim como os jornais se ocuparam com Machado, também ele se dedicou a esse suporte: era assíduo colaborador nas folhas e, além de suas obras de poesia e prosa, assinou notas sobre costumes, publicou críticas, muitas vezes a pedido, sobre obras e ainda participou, nos passatempos comuns nas folhas periódicas, propondo problemas de xadrez ou respondendo a eles. (p. 300)

Neste amplo quadro de atuação, interessa pontuar, como faz Eduardo de Assis Duarte (2020) no artigo *O jornalismo como tribuna*, que aqueles que acusam Machado de Assis de absenteísta, ou seja, de não ter discutido e participado da questão da escravidão no Brasil, “pouco atentam para o implacável crítico do regime escravista que se fazia presente onde a palavra do homem de letras melhor atingia o público: a crônica jornalística” (p. 275).

Resta fazer uma reflexão – ainda que não na densidade máxima possível – sobre a relação do jornalismo com o abolicionismo. Isto permite relacionar o ambiente intelectual ilustrado neste item ao complexo movimento de caracterização do discurso abolicionista, tema do próximo item.

Os historiadores têm revelado a complexa atuação da imprensa abolicionista no Brasil em fins do século XIX. Como escreve Humberto Fernandes Machado (2014) em *Palavras e brados*, a imprensa não poderia omitir a intensificação do abolicionismo ocorrida na década de 1880, pois “quando o tema sensibiliza a opinião pública, o periódico se vê compelido a dar-lhe maior divulgação, mesmo quando contrário à sua orientação política ou ideológica” (p. 115-116). Afinal, os jornais precisam ser vendidos e a chamada questão servil passou a ser um debate público e notório.

Isto leva a um alerta metodológico para o historiador: “a imprensa não está isenta em relação aos acontecimentos” (MACHADO, 2014, p. 118). A imprensa é um agente político, atuando na esfera pública, gerando mobilização e estabelecendo novas realidades, interferindo na opinião pública a partir de seu poder de persuasão, de debate crítico e de propagação de ideias e de ideais.

A investigação de Humberto Fernandes Machado (2014), primeiramente uma tese de doutorado datada de 1991, insere e situa o pensamento de José do Patrocínio no abolicionismo que circulou no Rio de Janeiro, entre 1880 e 1888, utilizando-se de seus textos jornalísticos e examinando também o comportamento da imprensa da corte, bem como o papel da intelectualidade envolvida com a luta antiescravista. Como se tenta estabelecer nesse capítulo, no último quarto do século XIX, na capital brasileira, “com o aumento do processo de urbanização e das redes de sociabilidade, através do contato de intelectuais com setores populares nas próprias ruas, as ideias começaram a possuir um alcance maior” (MACHADO, 2014, p. 118).

O conjunto de jornais abolicionistas estudado por Humberto Fernandes Machado (2014) inclui: a *Gazeta de Notícias*, um dos pioneiros, fundada em 1876 e que “abrigava a corrente abolicionista moderada” (p. 131), até a entrada e atuação de José do Patrocínio, que tornou as críticas do periódico mais contundentes; *O Abolicionista*, criado pela Sociedade

Brasileira contra a Escravidão em 1880, presidida por Joaquim Nabuco, cuja “preocupação primordial relacionava-se com a imagem do Brasil no exterior devido ao cativo” (p. 132); *O Carbonário*, de menor penetração, que, “apesar do nome e de uma retórica agressiva” era voltado a “uma solução que evitasse confrontos com os senhores” (p. 132); *O Combate*, pequeno jornal dirigido por Lopes Trovão, “que criticava as violências contra os escravos” ao mesmo tempo em que “defendia uma solução razoável e proveitosa para a ‘questão servil’” (p. 133) que evitasse derramamento de sangue e perdas econômicas; a *Gazeta da Tarde*, sob a direção de José do Patrocínio, abrigou “os abolicionistas atuantes na imprensa e na esfera política”, denunciava a violência contra a população escravizada e “não aceitava anúncios sobre venda ou aluguel de cativos” (p. 134); o *Cidade do Rio*, jornal de Patrocínio fundado em 1887, que também não publicizava anúncios de aluguel e venda de cativos e que “liderou a luta no período final do escravismo” (p. 136).

Além destes, o estudo passa pela avaliação dos jornais republicanos, *A República*, de 1870, e *O Paíz*, de 1884, os quais “tinham como plataforma fundamental atacar a instituição monárquica” e “responsabilizavam sempre o governo imperial pela manutenção do cativo” (MACHADO, 2014, p. 136), porém defendendo posições conciliatórias, tais como prazo para a abolição e indenização aos senhores, ligadas aos interesses da classe dominante.

A avaliação final do papel da imprensa no período é o de que “apesar das inúmeras dificuldades”, advindas das restrições legais, de questões econômicas e da falta de um público leitor numa sociedade predominantemente analfabeta, “os jornais conseguiram abalar a estrutura de poder, disseminando ideias, com destaque na campanha abolicionista” tanto pela sua leitura quanto “pelas manifestações públicas que atraíam pessoas que não tinham acesso às suas matérias, incluindo-se, neste caso, os analfabetos” (MACHADO, 2014, p. 139).

Entretanto, apesar dos textos agressivos, dos arroubos inflamados e da militância, Humberto Fernandes Machado (2014) nota que “não havia necessidade de censura”, apesar das prerrogativas legais do governo imperial, “pois a própria imprensa, com raras exceções, buscava preservar a ordem estabelecida”, baseada numa lógica reformista que apregoava que “a desordem poderia causar uma ruptura violenta do sistema, rompendo o dique da escravidão e levando a todos de roldão” (p. 187). Uma imprensa ordeira e legalista, moldada e assentada na mentalidade dos <intelectuais universais> da época.

Por isso, escreve Humberto Fernandes Machado (2014) que, já próximo à Abolição, “a retórica da imprensa abolicionista da Corte oscilava entre os ataques ferinos e a manha dos felinos” (p. 259). O quadro mais amplo, era o de que o abolicionismo dos jornais procurava manter o movimento dentro da ordem, advogando a reforma e não a ruptura, em um

movimento em que muitos propagandistas aderem às esferas de poder apesar de uma retórica revolucionária. É este quadro que leva o autor a fechar o livro com uma síntese formulaica de sua investigação: “as ‘palavras’ dos abolicionistas (...) buscaram controlar os ‘brados’ dos escravos” (MACHADO, 2014, p. 276).

2.3 O discurso abolicionista

Depois de observar, nos itens anteriores, algo do modo como Machado de Assis incorporou em seus textos as questões históricas que envolveram o longo processo de abolição, bem como alguma coisa do ambiente intelectual do último quarto do século XIX, este item foca na questão do abolicionismo em si, visto como um discurso que emerge na heterogeneidade de posições políticas e ideológicas existentes na época. A reflexão busca entender como o abolicionismo se tornou uma ordem do discurso.

Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault (2014) apresenta inicialmente uma inquietação quanto ao discurso, frente a sua realidade material, seus poderes e perigos, frente a sua duração incalculável e a sua dispersão. Neste sentido, o filósofo e historiador francês reflete – em um trecho assaz célebre – sobre o discurso nas sociedades, afirmando que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

A partir desta reflexão, Michel Foucault (2014) trata da regulação e da apropriação do uso dos enunciados, feitas em conformidade com as leis e normas regularizadas por relações de poder, isto é, ele explicita como se estabelece uma ordem do discurso. Ele apresenta três conjuntos de procedimentos de rarefação e controle do discurso: os externos, os internos e os de sujeição. O núcleo da argumentação, então, é o de que um discurso, quando se institui, forma uma ordenação regulada, regularizada, que confere legitimidade a certos enunciados e que afasta, exclui ou expurga outros.

Observar o discurso abolicionista como uma ordenação discursiva permite pensar, por um lado, como ele se estabelece em relação aos outros discursos com que polemiza, como o discurso escravocrata, por exemplo. Por outro lado, permite pensar a heterogeneidade em que ele emerge e o que precisa deixar para trás para se ordenar.

Na compreensão mais completa do abolicionismo, é importante notar que “as atividades abolicionistas empreendidas só tiveram sucesso justamente porque mobilizaram amplos setores da sociedade, incluindo homens e mulheres escravizados, além de libertos e livres” (PINTO, 2018, p. 240). Em termos da ordenação discursiva, isto significa que foi preciso que os enunciados abolicionistas adquirissem capilaridade, que se repetissem e se dispersassem, que se retomassem e que excluíssem outros enunciados concorrentes, até que se tornassem hegemônicos. O que ocorreu de forma paulatina.

Porque também foi paulatino o processo político e ideológico que levou à supressão do regime escravocrata. Conforme os dados expostos nos itens anteriores deste capítulo, é preciso levar em conta que “a oposição à escravidão demorou muito para se tornar uma força política importante no Brasil” (SKIDMORE, 2012, p. 49).

Em *A abolição*, Emília Viotti da Costa (2010) periodiza os anos entre 1850 e 1871 como os da primeira fase do abolicionismo. Antes disto, os enunciados abolicionistas, que verbalizavam críticas ao escravismo ou propunham a emancipação, fosse qual fosse o gênero, estavam quase totalmente bloqueados pelo discurso escravocrata.

Até meados do século XIX não se pode falar em movimento abolicionista. As críticas à escravidão continuavam a encontrar pouca sustentação e as propostas em favor da emancipação dos escravos despertavam pouco entusiasmo. Aqui e lá um espírito mais independente publicava um ensaio sobre as vantagens do trabalho livre. Um parlamentar apresentava um projeto visando a melhorar a situação dos escravos, um poeta lamentava os sofrimentos dos escravos. O ensaio era ignorado; o projeto, engavetado; e o poeta esquecido. (COSTA, 2010, p. 39).

Emília Viotti da Costa (2010, p. 39-49) dá notícia das ações – dos enunciados – que marcam a primeira fase do abolicionismo: a proposição de liberdade para os nascituros e da proibição da separação de escravos que fossem cônjuges, feita por Silva Guimarães, em 1851, na Câmara dos Deputados; os diversos projetos de Silveira da Mota, apresentados ano a ano, entre 1857 e 1865, que buscavam melhorias para a população escravizada; a emergência da escravidão como tema literário, citando *A escrava* de Gonçalves Dias, de 1846, *O demônio familiar* de José de Alencar, de 1856, *As vítimas algozes* de Manuel Joaquim de Macedo, de 1869, e a poesia de Castro Alves; a *Fala do Trono* de 1867; o manifesto da ala radical do Partido Liberal, de 1869, que exigia a abolição da escravidão; os documentos de senhores que alforriavam escravos para lutar na Guerra do Paraguai.

A segunda fase do abolicionismo, na periodização de Emília Viotti da Costa (2010), inicia-se com os trâmites parlamentares acerca da Lei do Ventre Livre. “Tanto do lado dos liberais quanto do lado dos conservadores havia deputados a favor e contra o projeto. Os

debates prolongaram-se por vários meses” (COSTA, 2010, p. 51). A presença do tema no parlamento faz surgir enunciados que materializam a polêmica discursiva. “A imprensa deu cobertura aos debates, que eram acompanhados com grande interesse pela população” (COSTA, 2010, p. 51). A imprensa faz os enunciados circularem e se dispersarem. Pelo lado dos emancipadores, panfletos são escritos em favor do projeto. Pelo lado dos escravistas, petições são feitas condenando o projeto. Os dois lados produzem artigos, livros e falas – públicas e privadas – com suas argumentações.

A posição dos emancipadores é defendida com argumentos morais e econômicos. Assim, os enunciados desta formação discursiva afirmam que “o trabalho livre era mais produtivo que o escravo”, que a “escravidão era uma barreira à imigração, pois que os imigrantes recusavam-se a vir para um país de escravos” e que “o direito de propriedade aplicava-se apenas a coisas, não a homens” (COSTA, 2010, p. 52).

Os escravistas fazem circular enunciados em que argumentam “que o projeto ameaçava o direito de propriedade garantido pela Constituição” (COSTA, 2010, p. 52) e “que a situação do escravo era preferível à do trabalhador livre”, pois aos escravos “não faltavam alimento e vestuário” enquanto “os trabalhadores livres eram abandonados à sua própria sorte” (COSTA, 2010, p. 53).

Em um quadro de análise literária, Mailde Jerônimo Trípoli (2006) também percebe e tematiza os diferentes discursos sobre a escravidão, estabelecendo o discurso escravocrata como aquele que apresentava o africano escravizado como beneficiário “da ‘civilização’ à qual fora trazido, livrando-se da escravidão cruel em sua própria terra e tendo sua alma salva, ao tomar conhecimento do Deus verdadeiro” (p. 16). Percebe-se uma formação discursiva baseada em uma perspectiva ideológica que valoriza a legalidade constitucionalista, o processo civilizatório e o humanismo piedoso.

Para Mailde Jerônimo Trípoli (2006), “o discurso abolicionista ocorria em duas vertentes: a humanitária”, que vê “o escravo como um sujeito explorado, sofrido, maltratado, digno e merecedor de reabilitação da condição humana e jurídica” e a “positivista, evolucionista, que vê na escravidão, conforme as ideias correntes de modernidade, o atraso e a impossibilidade de desenvolvimento do país” (p. 16). Vê-se que algumas linhas de força ideológicas do discurso escravocrata ressignificam-se nos discursos abolicionistas, com o humanismo jurídico e o progresso nacionalista.

Por ser constitutiva dos enunciados, a heterogeneidade discursiva dificulta a classificação mecânica daquilo que se analisa. Deste modo, Mailde Jerônimo Trípoli (2006) destaca que a sua classificação “não é estanque”, pois os textos em si “trazem em seu interior

pequenos deslizes do autor, que denunciavam um posicionamento diferente do anunciado ou proposto” (p. 16). Por exemplo, a lógica senhorial está presente e entranhada no Brasil do século XIX e “a realidade brasileira exigia dos abolicionistas um discurso que privilegiasse o senhor em detrimento do escravo” (TRÍPOLI, 2006, p. 17).

A materialização dos discursos não é uniforme, coerente e concisa de ponta a ponta. O sujeito discursivo não é a origem do sentido, não consegue controlar e confirmar na materialidade dos textos a sua formação discursiva, sua ideologia ou sua visão de mundo. O sujeito é segundo em relação a seu entorno, lembre-se.

Para ilustrar o que chama de deslizes dos autores – a heterogeneidade discursiva dos enunciados – Mailde Jerônimo Trípoli (2006) trata primeiro de *Uma história de quilombolas*, de Bernardo Guimarães, publicado em 1871, em que os personagens principais são negros ou mulatos, embora construídos a partir de estereótipos, e em que a perspectiva parece ser a senhorial, de início, revelando-se, ao final, uma narrativa que “não enfatiza a desigualdade estabelecida pelo regime escravocrata” (p. 51) e “não descreve a sociedade escravista idealizada, mas faz do cenário de personagens menores o seu palco” (p. 52).

Em seguida, a pesquisadora trata de *As vítimas algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869, tido como um romance de tese – em que pese se constituir de três novelas relativamente autônomas – no qual se defende o fim da escravidão pela via da emancipação gradual dos escravos, com a devida contrapartida indenizatória aos senhores. A obra analisada é vista como um romance antiescravista, eivado de estereótipos – o mulato ressentido, o feiticeiro maldoso, a mucama imoral – e que materializa um abolicionismo que “visa ao interesse da classe dominante”, bem como a “defesa da garantia do direito de propriedade”, constituindo “um libelo contra a atitude reacionária dos senhores”, apontando-lhes a situação de época, em que “chegou a hora de buscar novas alternativas econômicas” já que “a escravidão não se sustentará por muito tempo” (TRÍPOLI, 2006, p. 61). Assim, *As vítimas algozes* é definida como uma obra abolicionista que espelha a ideologia do dominador, inclusive reproduzindo “as ideias racistas vigentes e propagadas pelos escravistas” (TRÍPOLI, 2006, p. 65).

Os próximos exemplos dados por ela, brevemente, são as peças de José de Alencar, *O demônio familiar* e *Mãe*, de 1857 e de 1860, respectivamente. Mailde Jerônimo Trípoli (2006) vê nelas um viés abolicionista, ainda que os textos de Alencar não condenem a escravidão explicitamente, vendo nelas “o mérito de ter influenciado positivamente o público em relação à causa dos escravos”, sendo que “o autor dá voz e espaço às personagens negras, além de construí-las com caracteres não muito habituais no período” (p. 66).

Por fim, Mailde Jerônimo Trípoli (2006) examina três romances de José do Patrocínio, *Pedro Espanhol*, de 1884, *Os retirantes* e *Mota Coqueiro*, ambos de 1887. Neste caso, a avaliação da pesquisadora é a de que se tem um escritor abolicionista, mas romances nem tanto. O primeiro é tido como “um dramalhão folhetinesco, com conotação anticlerical e homenagem a Pombal” (TRÍPOLI, 2006, p. 69-70). O segundo é classificado como “um misto de romantismo e realismo com nuances naturalistas” (TRÍPOLI, 2006, p. 70). O terceiro é um romance de tese, “um libelo contra a condenação máxima” (TRÍPOLI, 2006, p. 71), contra a pena de morte. A avaliação termina aproximando a visão de José do Patrocínio da visão de Joaquim Manuel de Macedo:

Ambos têm o mesmo discurso ideológico. Retratam a bondade, inocência e coragem do senhor de escravos em oposição ao ódio, ignorância e covardia dos negros e mulatos. Ambos apregoam o potencial danoso da escravidão, que de homens faz feras, e procuram demonstrar quanto o escravo ameaça a segurança e a tranquilidade dos senhores. (TRÍPOLI, 2006, p. 73)

Em conjunto, os exemplos mostram como é difícil identificar e caracterizar o discurso abolicionista. Nos romances como na imprensa. O item anterior deste capítulo tratou da intelectualidade e da imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, buscando mostrar a complexidade de posições – políticas, ideológicas, discursivas – dos intelectuais, negros e brancos, neste quesito.

As alforrias podem ser um caso ilustrativo. Humberto Fernandes Machado (2014) escreve que as alforrias, no Brasil, tiveram um papel destacado em relação às outras sociedades escravistas do continente, servindo “de válvula de escape, pois o senhor conquistava de uma maneira mais fácil a lealdade do cativo em virtude da expectativa de uma eventual libertação” (p. 217). Desta maneira, as manumissões eram utilizadas no intrincado jogo simbólico de domínio escravocrata, primeiro como expectativa e depois como liame de gratidão entre o antigo proprietário e o escravo liberto.

Todavia, “as alforrias estavam de acordo com a estratégia paternalista dos militantes antiescravistas” e a promoção ou a propaganda delas ocupou um espaço importante “na imprensa abolicionista, sendo apresentada muitas vezes como solução gradual para a questão servil, inclusive aquelas com cláusulas de prestação de serviços” (MACHADO, 2014, p. 217). Por isso, as folhas cariocas estampavam com destaque as manumissões, no intuito de propagá-las pela sociedade e crendo que elas contribuíssem para o fim da escravidão. Um abolicionismo eivado de humanismo jurídico.

Na *Gazeta da Tarde*, conforme escreve Humberto Fernandes Machado (2014), havia uma seção chamada *Crônicas do Bem* em que as alforrias eram noticiadas como “exaltação à bondade do senhor” pelo gesto magnânimo, “como um ato de generosidade dos proprietários” nos estertores da vida, em um enquadre sentimentalista pelo qual “o direito do escravo transformava-se em um ‘ato humanitário’” (p. 218). Fortes traços de humanismo piedoso, registre-se. Além destas crônicas, a imprensa abolicionista noticiava os eventos filantrópicos, as peças teatrais e a atuação das Caixas Emancipadoras que buscavam angariar fundos para as manumissões.

Na *Gazeta de Notícias*, na crônica de 18 de setembro de 1884 da série *Balas de Estalo*, era outra a visão sobre o fundo de emancipação e as atitudes vinculadas a ele. Lélío trata da “promessa especial” do sr. dr. Cunha Sales, candidato à Câmara, de “aplicação do seu subsídio ao fundo de emancipação” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 497). O nobre candidato pretende doar dinheiro seu para a liberdade dos escravos. A crônica narra a recepção da promessa: “os amigos foram, em bondes especiais, e em grande número, precedidos de uma banda de música: houve discursos e copo-d’água” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 497), mostrando a popularidade da ação. Logo após, Lélío desvela a crítica: “compreendo que haja intenções santas, e esta é santíssima”, porém “Câmara não é lugar de recreio; fazer leis não é descansar de outras fadigas; discutir não é jogar gamão” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 497).

Na análise de Mailde Jerônimo Trípoli (2006), esta crônica mostra o abolicionismo “como tema retórico e campo de promessas”, já que Lélío sugere “a falta de seriedade de políticos que não se constroem em tomar como própria qualquer ideia, desde que isso possa propiciar-lhes votos” (p. 123). Agregue-se à análise: Lélío também sugere que o nobre candidato prefere a via gradual para a resolução da questão servil, propondo doar dinheiro para o fundo emancipatório, quando, eleito para a Câmara, poderia propor a própria abolição da escravatura.

Ana Flávia Cernic Ramos (2016) explica o contexto histórico do ano de 1884, em que haveria eleições para a nova Câmara dos Deputados em 1º de dezembro. A eleição se tornou “um dos temas principais dos jornais cariocas e também das ‘Balas de Estalo’ da *Gazeta de Notícias* nos últimos meses daquele ano”, pois havia uma “grande expectativa” de que o “novo pleito seria um indicador da ‘opinião nacional’ sobre o projeto de emancipação dos escravos sexagenários, proposto pelo gabinete ministerial de Manoel Dantas” (RAMOS, 2016, p. 274). Segundo a historiadora, 12 das 37 crônicas assinadas sob o pseudônimo Lélío tratavam do tema “eleições”, indicando o quanto a questão – que envolvia a resolução da questão servil – era cara à Machado de Assis.

Conforme Ana Flávia Cernic Ramos (2016), o foco de Lélío nas eleições “serviram, na visão deste narrador, para deflagrar imposturas e ficções compartilhadas daquilo que era considerado a ‘base da vida pública’” (p. 274). Tal como se viu na crônica acima sobre a promessa especial do sr. dr. Cunha Sales. Entretanto, a visão crítica de Machado de Assis, sua posição discursiva, não se resumiu aos textos das crônicas, como nota a historiadora, pois ele levou “para as crônicas reflexões sobre o processo eleitoral feitas anteriormente em contos da coletânea *Papéis avulsos*”, ilustrando a tese de uma “trincheira literária” (RAMOS, 2016, p. 274-275) que unia os gêneros de que Machado se utilizava.

A fase final – ou terceira fase – do abolicionismo, estipulada por Emília Viotti da Costa (2010), decorre do enorme desencanto e da grande frustração com a aplicação ineficaz e fraudulenta da Lei do Ventre Livre. Ao longo dos anos da década de 1880, a organização dos grupos abolicionistas e a atuação da imprensa sedimentam novas formas de sociabilidade, integrando as camadas sociais da população urbana. Os enunciados agora repetem, retomam e dispersam os argumentos a favor da emancipação imediata dos escravos, no parlamento, nos jornais, nas associações, nas ruas. O discurso abolicionista venceu o discurso escravocrata, estabeleceu-se uma ordem discursiva:

O abolicionismo era, além do mais, uma causa generosa e cristã e falava aos sentimentos filantrópicos que a sociedade cultivava. Ser a favor da emancipação dos escravos era ser a favor do *progresso* e da *civilização*, pois a escravidão fora condenada em nome do *progresso* e da *civilização* nos países mais desenvolvidos. Nada atraía mais os jovens profissionais, a quem a Europa fascinava, do que aquelas palavras mágicas. A abolição passara a ser uma causa nobre; a defesa da escravidão, odiosa. Alistar-se nas fileiras do abolicionismo era também combater as oligarquias que se apegavam à escravidão. Para uns, a abolição era uma convicção; para outros, um expediente (ou talvez ambos) e, cada vez mais, as fileiras do abolicionismo recebiam novos recrutas. (COSTA, 2010, p. 77-78. Grifos do original)

Neste período final do processo de abolição, da perspectiva da população escravizada, “o abolicionismo forneceu aos escravos uma ideologia que, ao mesmo tempo que justificava a revolta deles, condenava a repressão” (COSTA, 2010, p. 114-115). O discurso abolicionista, mesmo em sua heterogeneidade constitutiva, permitiu que as revoltas dos escravos ganhassem novos sentidos, o da dignidade e o de gesto político. A ordenação discursiva trouxe consigo uma opinião pública favorável ao pleito da emancipação e deu aos escravos uma nova percepção de si mesmos, como anota Emília Viotti da Costa (2010, p. 114).

É preciso lembrar que “o processo abolicionista satisfaz também os interesses dos proprietários que se aproveitaram da inexistência de reformas mais amplas que garantissem melhores condições de vida para os ex-escravos” (MACHADO, 2014, p. 268).

O discurso abolicionista venceu o discurso escravocrata. Entretanto, a abolição não resolveu os graves problemas da longa duração do regime escravocrata. Os libertos não foram inseridos em um projeto maior de transformação do Brasil, o que, por exemplo, chegou a ser pleiteado com a Democracia Rural de André Rebouças, que pensava “reduzir as desigualdades sociais provenientes de séculos de escravismo eliminando-se o latifúndio, seu principal sustentáculo, através de reformas que envolviam a distribuição de terras e o ensino básico para os libertos” (MACHADO, 2014, p. 270).

Como sintetiza Emília Viotti da Costa (2010), “depois da abolição os libertos foram esquecidos” (p. 137). “A maioria tinha estado mais preocupada em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos de cidadania” (COSTA, 2010, p. 137). Os enunciados que asseveravam que a tarefa dos abolicionistas estava incompleta, os que argumentavam em favor de projetos de inclusão social dos libertos, estes não encontraram ressonância, não circularam, não se repetiram e se retomaram, enfim, não formaram uma nova ordem discursiva.

Enfim, a ordenação discursiva do abolicionismo, tal como foi instituída, atingiu sua meta. Um discurso ligado a um certo período histórico e a uma certa intelectualidade, a qual viu seu objetivo principal ser alcançado. Nas palavras de Humberto Fernandes Machado (2014), “a brisa do progresso e da civilização sopraram sobre o país, eliminando o trabalho escravo de acordo com as diretrizes traçadas” (p. 270). Para o pensamento da época, o Brasil entrava no rol das nações civilizadas. “O reformismo e o paternalismo foram os esteios utilizados para que a pátria livre eliminasse a pátria escrava” (MACHADO, 2014, p. 271).

O preço do reformismo e do paternalismo pago pela nação brasileira no seu processo de entrada no mundo civilizado é muito bem contado por Machado de Assis em seu célebre *Pai contra mãe*, recolhido em *Relíquias de Casa Velha*, originalmente de 1906. Leia-se o magistral início da narrativa:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras. (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 621)

Em breves linhas, o texto sintetiza os horrores a que a população escravizada estava submetida, na violência de seus aparelhos de opressão: o ferro ao pescoço, o ferro ao pé, a máscara de folha-de-flandres. Resume ainda a mentalidade economicista – e falsamente moralista – dos senhores de escravos: a máscara combateria o vício da embriaguez e o do furto. E, por fim, desvela o penoso processo civilizatório da humanidade: atingir a ordem social inclui algo de cruel e grotesco.

Ao lembrar os ofícios e aparelhos do tempo da escravidão, ao lembrar as práticas e a mentalidade do regime escravocrata, utilizando um tom – anedótico, cotidiano, cronístico – que distancia o que esteve tão próximo, o texto machadiano ironiza e “transgride o implícito comportamento de silêncio, no processo de esquecimento a que foi submetida a história da escravidão” (TRÍPOLI, 2006, p. 129). Tudo isto em um conto publicado poucos anos após a abolição e por um escritor consagrado.

Machado de Assis não pode ser colocado no rol de abolicionistas do fim do século XIX. Não é um Joaquim Nabuco, não é um José do Patrocínio, apesar de ter tanto atuando nas folhas de seu tempo, publicando folhetins, contos, críticas e crônicas. Não publicou artigos inflamados na imprensa abolicionista de sua época. Não aderiu ao discurso abolicionista, nem o da vertente humanitária, nem o da vertente positivista.

Ao não aderir ao discurso abolicionista de sua época, Machado de Assis escapa ao molde do <intelectual universal> tropicalizado, não se encaixa na figura do escritor que se considera um gênio, nem no modelo moral que ilumina e ilustra toda a sociedade, não pode ser visto como um guia intelectual que se apresenta para tutelar a população, que propaga pelos jornais suas ideias e seus ideais sempre justos.

Literato negro, sempre crítico, leitor atento da história e dos historiadores, tradutor de clássicos da literatura mundial, escritor de talento reconhecido, observador atento dos costumes da elite, conhecedor da realidade brasileira mais comezinha, Machado de Assis ocupou outra posição discursiva acerca da abolição, a qual se materializa em seus enunciados enviesados, oblíquos, encaramujados.

3 PERSONAGENS NEGRAS IMPORTAM

Em Machado de Assis não podemos nos fiar em nenhuma representação da esperança — que não se desenha, como sabemos, no horizonte desses textos —, nem recitar com ele uma complacente litania de corrosão niilista, que se pretendesse cáustica. O que conta aqui é a potência da pontuação infinitamente nuançada do real complexo, cifrada em enigma, onde o poder criativo é crítico, e vice-versa. (WISNIK, 2004, p. 72)

Este capítulo apresenta análises de alguns textos machadianos selecionados, com foco nas personagens, visando demonstrar como uma certa visão de Machado de Assis sobre as questões raciais de seu tempo, sobre o real complexo que se materializou na sua obra, criativa e crítica. Aqui, Machado de Assis é pensado, em linhas gerais, através da função-autor, advinda de uma certa recepção crítica, como disposto no primeiro capítulo. Além disto, leva-se em conta a questão das condições de produção do texto machadiano, o que foi debatido no segundo capítulo.

É preciso notar, ainda, que o texto machadiano é a unidade de análise, mas almeja-se chegar a unidade teórica do discurso. O texto é a contrapartida do discurso, como explica Eni Orlandi (2012), este último sendo “definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa” (p. 69). Por isso, o que interessa a uma certa abordagem discursiva da literatura, “não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo” (ORLANDI, 2012, p. 69). Para isto, as análises apresentadas aqui se valem de diferentes escopos teóricos, de matiz ou de fundo discursivo, mobilizados para argumentar em favor da importância das personagens negras na obra de Machado de Assis.

Com o intuito de síntese de quem escreve sobre o Brasil para um público — originalmente pensado — como não brasileiro, Thomas Skidmore (2012) escreve sobre a representação do negro durante o romantismo: “o negro em geral figurava na literatura romântica como o ‘escravo heróico’, o ‘escravo sofredor’ ou a ‘bela mulata’. O homem negro livre, que existia em todos os níveis da sociedade brasileira, era ostensivamente ignorado pelos escritores românticos” (p. 42).

Entre os estudos e investigações literárias que ajudam a refletir sobre a importância das personagens negras está *Raça & cor na literatura brasileira* de David Brookshaw (1983). O problema enfocado é justamente a apresentação de uma visão estereotipada dos negros, tais como o escravo nobre, o negro vítima e o negro infantilizado. Conforme postula Brookshaw

(1983), as personagens transformadas em esteriótipos “congelam a personalidade, apagam a individualidade”, permitindo que a recepção veja as “características que se adaptam ao ponto de vista à priori do percebedor” (p. 10), relativamente à classe social, étnica, ou à categoria sexual. Assim, “a equivalência de negritude com beleza, inocência ou pureza moral era inimaginável pela sociedade branca do século XIX” (BROOKSHAW, 1983, p. 23).

Em uma sociedade escravocrata, eivada de preconceito racial e que busca o branqueamento étnico como solução, os negros que apareciam em obras literárias eram, de imediato, ligados às ações, condutas e sentimentos negativos. Como se sabe, a partir do Positivismo e do Darwinismo social, as soluções baseadas no branqueamento populacional ganharam importância no Brasil, desde a década de 1870, já que uma parte da intelectualidade brasileira incorporou a ideologia de que o desenvolvimento do país, em larga medida, dependeria do fator étnico.

Como aponta David Brookshaw (1983), muitos dos intelectuais e literatos acreditavam que “os Estados Unidos eram industrialmente poderosos porque eram racialmente superiores, enquanto o Brasil com a sua vasta população negra e mista estava destinado ao subdesenvolvimento, a menos que pudesse purificar-se em termos étnicos” (p. 51). Neste quadro, emergem e proliferam o racismo, as teorias racistas e o racismo científico, os quais balizaram a produção literária da época.

Mailde Jerônimo Trípoli (2006) também alveja a visão estereotipada que campeou na literatura brasileira. Para ela, “as teorias raciais e crenças etnocêntricas apregoavam uma hierarquia etnográfica na qual o negro ocupava o último grau da escala social”, tornando-o um elemento integrante mas marginalizado da civilização brasileira, que não foi omitido da literatura, porém cujas “voz e ação, muitas vezes, quando não apagadas, foram tolhidas, distorcidas ou mascaradas. Sua presença, em geral, se dá por tipos. O indivíduo representa o coletivo” (TRÍPOLI, 2006, p. 15).

Por seu turno, Eduardo de Assis Duarte (2013) estabelece que, “enquanto personagem, o negro ocupa um lugar menor na literatura brasileira” (p. 147), ocupando, nas narrativas brasileiras, lugares inexpressivos, “quase sempre de coadjuvante ou, mais acentuadamente no caso dos homens, de vilão” (p. 147). Para exemplificar seu argumento, o autor cita dois “tipos românticos produzidos pelo patriarca José de Alencar: a mãe, da peça de mesmo nome, e o anti-herói de outra peça, à qual batizou com o título nada sutil de *O demônio familiar*”, nos quais se veria “o negro sob o jugo estreito do estereótipo: virtude vitimizada de um lado, falsidade e vilania, de outro” (DUARTE, 2013, p. 147). Ainda que a ínfima presença de protagonistas negros na literatura brasileira do século XIX seja lamentável, é possível que os

trabalhos atuais de pesquisa e de análise ressaltem outras personagens negras e mostrem a importância delas. No caso desta tese, na obra machadiana.

Para isto, cada item do capítulo apresentará e discutirá os conceitos teóricos mobilizados na análise efetuada. No primeiro, a atenção se volta para o conto *Virginus. Narrativa de um advogado* (ASSIS, 2015, vol. 2) a partir da noção de poética da emulação (ROCHA, 2013), buscando compreender como Machado de Assis se utiliza de um enredo clássico para tratar de uma questão contemporânea, perfazendo uma crítica ao sistema escravista por emulação e colocando como personagens centrais uma filha e um pai negros. A abertura para uma compreensão de ordem discursiva deste conto machadiano se dá com as noções de intertextualidade e de interdiscurso.

O segundo item traz uma análise do conto *O espelho* (ASSIS, 2015, vol. 2). Depois de apresentar alguns dados sobre a publicação originária do texto e de estabelecer alguns pressupostos sobre o seu gênero textual e sobre a escola literária atribuída ao autor, a pretensão é mostrar, comparativamente a outras metodologias de crítica literária, que a análise de Alfredo Bosi (2014) permite uma compreensão que vai além dos componentes textuais, estrito senso, sem desprezá-los. Ao final, avança-se uma hipótese de leitura que leva em conta a questão racial como um <não-dito>, postulando que mesmo não enunciada, a questão da escravidão no Brasil está presente no conto.

Um homem célebre (ASSIS, 2015, vol. 2) é o texto analisado no terceiro item. A partir do trabalho de José Miguel Wisnik (2004), que demonstra que as polcas do compositor Pestana – o protagonista que sonha fazer música erudita e só consegue o sucesso popular – são, em verdade, maxixes, busca-se construir uma leitura que ressalte certos aspectos da cultura afro-brasileira do Século XIX presentes no conto machadiano, vendo-se o maxixe como resultante das experiências de vida de época. Esta leitura pretende fazer ver em Machado de Assis a materialização de uma posição ideológica que resiste às linhas abissais – noção tomada de empréstimo à Boaventura de Sousa Santos (2007) – traçadas entre o Norte e o Sul.

3.1 A tragédia brasileira de Elisa

Qualquer breve incursão na fortuna crítica de *Virginus. Narrativa de um advogado* (ASSIS, 2015, vol. 2) mostra a existência de diferentes métodos e abordagens do conto,

resultando em uma grande diversidade de interpretações. Entretanto, mesmo que o conjunto seja heterogêneo, é possível pontuar e ressaltar a importância da relação entre o enredo machadiano e uma narrativa da tradição clássica, a da tragédia de Virgínia – marcadamente a feita por Tito Lívio em sua *História de Roma* – para uma compreensão mais completa deste texto.

Para abordar a relação deste conto com a tradição clássica de uma forma produtiva, busca-se trabalhar com a noção de <poética da emulação>, desenvolvida por João Cezar de Castro Rocha (2013). Além disto, intenta-se uma abertura da análise para o viés discursivo, a partir das noções de intertextualidade e de interdiscurso. As definições dicionarizadas destas noções talvez auxiliem em uma compreensão inicial, a qual será depois desenvolvida na análise.

Desta maneira, a intertextualidade é definida tanto como “uma propriedade constitutiva de todo texto”, quanto como o “conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto mantém com outros textos” (MAINGUENEAU, 1998, p. 87. Grifos do original). O termo, tomado em sua primeira acepção, se confunde com a interdiscursividade, a propriedade do interdiscurso, tratando-se de explicitar a impossibilidade de um texto emergir no vazio, em outras palavras, trata-se de mostrar a necessária relação dialógica de um discurso e de um texto com outros discursos e com outros textos.

Dominique Maingueneau (1998) lembra que o termo intertextualidade é o mais utilizado, na Análise do Discurso, para tratar da literatura ou para referir a “textos no sentido forte, a obras” (p. 87. Grifo do original). A preocupação analítica é fazer ver as relações intertextuais e interdiscursivas que ligam um texto a um outro texto ou a um conjunto de outros textos.

O interdiscurso, também um termo polissêmico e usado em diferentes abordagens críticas de matiz discursivo, define-se prioritariamente como “um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, de épocas diferentes)” e, subsidiariamente, como “o conjunto das unidades discursivas” com que “um discurso particular” entra em relação (MAINGUENEAU, 1998, p. 86. Grifos do original). Recortar e identificar estes conjuntos faz parte do trabalho do analista, que com isto explica o fundo discursivo presente no texto em análise.

Em *Machado de Assis: por uma poética da emulação*, João Cezar de Castro Rocha reflete sobre a viravolta machadiana, o salto qualitativo – frequentemente notado e aceito pela crítica literária brasileira – dado a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880). O ponto central da leitura densa e cruzada de Castro Rocha pode ser encontrado no impacto d’O

primo Basílio (1878) sobre a literatura brasileira e sobre Machado de Assis, pois o romance de Eça de Queirós é tido como “um elemento catalisador de potências textuais que Machado já exercitava aqui e ali, embora de forma isolada e às vezes tímida” (ROCHA, 2013, p. 13). Trata-se do que Castro Rocha chamou de um “evento-ponte” (2013, p. 55), não sendo uma causa determinante, um único fator, nem um traço psicológico de rivalidade, mas sim um “elemento catalisador que evidenciou a insatisfação de Machado com seus próprios procedimentos” (ROCHA, 2013, p. 94).

Virginius é anterior ao período de viravolta de Machado de Assis, investigado por Castro Rocha. O conto foi publicado originalmente no *Jornal das Famílias*, em julho e agosto de 1864. Entretanto, se o episódio com Eça foi um “evento-ponte”, um “elemento catalisador” para procedimentos já existentes e que estavam dispersos nos textos machadianos, seria possível encontrar traços e mecanismos textuais compreensíveis pela poética da emulação nessas outras narrativas machadianas.

Eduardo Luz (2021), por exemplo, utiliza a poética da emulação como inspiração para a sua proposta de um modelo machadiano de leitura de *Helena* (1876), mesmo este sendo um romance da chamada primeira fase do autor. É um movimento algo análogo o que se faz aqui, lembrando que Castro Rocha (2013) escreve que “o jovem Machado considera a possibilidade de a imitação do modelo resultar artisticamente superior, mas ainda não havia compreendido a dimensão técnica da *aemulatio*” (p. 241).

Em linhas gerais, a poética da emulação “equivale ao resgate moderno de práticas retóricas progressivamente abandonadas depois do advento do romantismo” (ROCHA, 2013, p. 11), não sendo, ponto por ponto, a conhecida *aemulatio*, a técnica do sistema artístico clássico. Em sua resenha sobre o livro de Castro Rocha, Antônio Marcos Vieira Sanseverino (2013) resume: “o procedimento, próprio da poética clássica, é anacronicamente posto em ação, coloca a centralidade da incorporação do modelo, a leitura das obras anteriores e a produção de uma novidade pelo desvio” (p. 168). A emulação, neste sentido, desloca a originalidade romântica – tida como um valor em si – e permite um tratamento paródico da tradição literária e cultural, passando a ser um procedimento básico da escrita machadiana.

O resenhista nota que “a emulação traz mais um ponto de vista para desenhar o retrato machadiano”, uma linha de interpretação que auxilia na “compreensão de alguns procedimentos compositivos de Machado de Assis” que, porém, “ganha maior consistência quando o leitor cruza os achados de Castro Rocha com outros fatores, como o esforço de representação da realidade brasileira” (SANSEVERINO, 2013, p. 174). No caso desta análise, almeja-se agregar algumas considerações que possibilitem entender como o autor de *Virginius*

usou a intertextualidade e o interdiscurso para tecer uma crítica ao sistema escravocrata presente na realidade brasileira de sua época.

A emulação, vista por uma compreensão discursiva, faz emergir o intertexto e a intertextualidade. Como explica Dominique Maingueneau (1998), “assim como *interdiscurso*, o termo *intertexto* é frequentemente empregado para designar um conjunto de textos ligados por relações *intertextuais*” (p. 88. Grifos do original), o que permite que o autor francês exemplifique a noção com a relação entre a literatura da Plêiade e a literatura antiga. Mais especificadamente, entende-se que

o *intertexto* é o conjunto dos fragmentos citados em determinado corpus, enquanto que a *intertextualidade* é o sistema de regras implícitas que subentendem esse intertexto, o modo de citação que é julgado legítimo na formação discursiva da qual depende este corpus. (MAINGUENEAU, 1998, p. 88. Grifos do original)

O intertexto, portanto, dependerá da intertextualidade. Além disto, compreende-se que a intertextualidade muda de época para época e de gênero para gênero. Em dado momento histórico há condições específicas que legitimam a citação e a recuperação do que foi dito e escrito por outros. Por outro lado, cada gênero textual organiza os modos e os parâmetros para que se encaixe a voz e o texto dos outros.

O modo de citar um outro autor no texto científico é muito diferente do modo de citar um outro autor no texto literário, pois esses são discursos diferentes que se organizam em gêneros diversos. Por seu turno, na dimensão temporal, no século XIX, o modo de emular uma autoridade literária é diverso da emulação do sistema clássico.

Um aparte sobre a concepção de Machado de Assis como um autor-matriz, noção que designa “aquele cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de leituras críticas, pois elementos diversos de seu texto estimulam abordagens teóricas diferentes” (ROCHA, 2013, p. 25). Na concepção de Castro Rocha (2013), é justamente por sua leitura sistemática da tradição que Machado de Assis se tornou o “autor-matriz por excelência da literatura brasileira” (p. 26). Leitura sistemática e uso estratégico da intertextualidade, agrega-se, apresentando em várias de suas obras um intertexto complexo e plurissêmico.

Conforme explica Castro Rocha (2013), “o conceito não se confunde com o de autor canônico, pois o que define o autor-matriz é a pluralidade semântica de seu texto, em lugar de sua posição relativa na história literária” (p. 26). Os conceitos não se confundem mas também não se repelem. O autor-matriz também pode ser um autor canônico ou um mito nacional, a figura de Hélio de Seixas Guimarães (2017) tratada no primeiro capítulo desta tese.

Dito de outra maneira, um escritor com um texto plurissêmico pode ocupar também o mais alto posto relativo em uma história literária. Um outro caminho que leva ao paradoxo descrito por Castro Rocha (2013): “quanto mais instigante for o autor-matriz, tanto menos legível sua obra se torna” (p. 26). Troca-se a leitura efetiva do texto pelas noções e debates críticos que circundam a obra e o autor, derivadas da ampla fortuna crítica existente.

Interessa mais a este trabalho, entretanto, voltar à noção mesma da poética da emulação e os desdobramentos de sua utilização em análises do texto machadiano. Pela poética da emulação, Machado de Assis estabelece uma técnica artística que o levou a abandonar os padrões mais usuais de composição em seus romances da fase inicial, apostando na leitura da tradição literária, “não para copiá-la mecanicamente, nem para reverenciá-la, mas para reescrevê-la em diálogo com o modelo” (SANSEVERINO, 2013, p. 172). Uma estratégia para lidar com a intertextualidade de seu tempo e apresentar um intertexto único, complexo e significativo.

Um outro elemento é fundamental nesta compreensão da poética da emulação. No contexto de um sistema literário não hegemônico como é o lusófono, ganham amplitude as questões: “Como tornar produtiva, no plano formal, a precedência da *leitura* sobre a *escrita*, a precedência da *tradução* sobre a obra *original*? Como transformar a secundidade em princípio de invenção?” (ROCHA, 2013, p. 103-104, grifos do original). A tradição, em um sistema literário periférico, é também aquilo que vem pela tradução, já de antemão obnubilando as questões da cópia, da primazia, do respeito ao original, de autoria etc.

Por isso, segundo Castro Rocha (2013), “o resgate deliberadamente anacrônico da técnica da *imitatio* e da *aemulatio* transforma a secundidade da condição periférica em fator *potencialmente* produtivo” (p. 107. Grifos do original). A poética da emulação é também vista como uma política cultural, uma estratégia de inserção na tradição, um modo de refletir politicamente sobre as regras subjacentes da intertextualidade.

Nota-se, ainda, a importância da *auctoritas* para o sistema de emulação e para a literatura latina, advinda de uma prática de tradução, de um “imperativo da tradução” (ROCHA, 2013, p. 179), já que a cultura romana relaciona-se por tradução à cultura grega. O paralelo é o de que Machado de Assis e o sistema literário lusófono oitocentista se relacionavam em relação assimétrica com a Europa, notadamente com os sistemas literários da França e da Inglaterra. A poética da emulação equivale a uma forma de ultrapassar a imposição periférica, de apresentar um intertexto equivalente ao que se vê no sistema literário hegemônico. Não à-toa, Machado de Assis pôde ser visto como um mestre na periferia do capitalismo.

As relações assimétricas externas não afetam necessariamente as relações do sistema interno de emulação. Castro Rocha (2013) lembra que a *aemulatio* clássica não era sinal de inferioridade e sim um princípio de invenção, embora uma certa assimetria interna “sempre estará presente, uma vez que a *aemulatio* supõe a presença de autores cuja *auctoritas* deve ser reconhecida tanto pelos coetâneos quanto pelos pósteros, nem que seja um reconhecimento paródico” (p. 184). A imitação e a emulação estão dispostas dentro de um sistema internamente hierárquico, ou melhor, o intertexto e a intertextualidade – discursivamente falando – se valem justamente do sistema hierárquico, da posição ocupada pela autoridade, para dizer o que se diz.

Há ainda um ponto importante a ser considerado: o leitor. Para que todo o sistema funcione, é preciso que o leitor reconheça o modelo imitado. Dito de outro modo, o leitor só apreciará corretamente – e completamente – o desvio, a paródia, a ironia, se ele conhecer a referência literária que gerou a imitação e a emulação. O sentido pleno da emulação necessita do potencial de atualização do leitor.

Em termos de uma abordagem discursiva, pode-se remeter ao postulado de que a Análise do Discurso “explica a ‘recuperação’ do sentido dos implícitos pelo discurso transversal – o que se recupera já foi dito alhures; está no arquivo” (POSSENTI, 2009, p. 54). Assim, recorre-se ao que já foi dito em outro lugar, por outro, em outro tempo para construir o sentido de fenômenos linguísticos tais como os implícitos, as ironias, as indiretas, as inferências entre outros. O leitor – o ouvinte, o interlocutor etc. – recorre ao que está no arquivo, no interdiscurso, na formação discursiva para formular um sentido apreensível para si.

Castro Rocha (2013) dispõe que, em princípio, “no universo da *aemulatio*, o outro é sempre o ponto de partida na constituição de um saber coletivo, em princípio acessível a todos os participantes da cultura letrada” (p. 159). A cultura letrada, aqui, reveste a noção de arquivo, de um interdiscurso, compreendido como o conjunto dos “diferentes discursos entrecruzados constitutivos de uma formação discursiva dada” (FERNANDES, 2008, p. 49), sendo esta formação a dos intelectuais letrados, dos críticos literários etc. Tomar o outro, conceitualmente, como um ponto de partida faz com que emergja o deslocamento da autoria para a leitura, faz com que a atenção se volte para a necessidade da atuação produtiva do leitor na poética da emulação. Assim:

Machado não somente se configura como leitor irreverente da tradição, como também convoca o público a participar da construção ficcional, através do

desenvolvimento de uma técnica de leitura que possui na colagem o procedimento definidor. Trata-se da leitura-colagem. (ROCHA, 2013, p. 269)

No que são muito importantes os narradores machadianos, que trazem para dentro da obra o leitor, tido como um interlocutor, um par do autor. Ao analisar e demonstrar os procedimentos narrativos de Machado de Assis que dão forma à emulação, Castro Rocha (2013) constata que o texto machadiano, mesclando leitura pré e pós-romântica, dissemina pistas que comprometem a estabilidade semântica do enunciado, o que força o leitor a atuar por montagem, recuperando as diversas instâncias textuais e (re)construindo os sentidos (p. 292).

Em termos discursivos, e seguindo as reflexões de Eni Orlandi (2008), Machado de Assis faz “funcionar a inscrição do sujeito nas redes de significantes” (p. 61). Isto porque “na própria produção discursiva, há a inscrição do outro”, ou seja, no campo da leitura “a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor. E isto está constituído na materialidade do texto” (ORLANDI, 2008, p. 61). O efeito-leitor é a antecipação que projeta no texto, na materialidade textual, um lugar para o outro. Um lugar que o autor – a função-autor, o sujeito discursivo – projeta para “um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo” (ORLANDI, 2008, p. 61).

Desta maneira, a partir da atuação dos narradores, da leitura-colagem, da cópia criativa, da tradução da tradição, do efeito-leitor, Machado de Assis acessa os modelos literários lidos – o interdiscurso – e os traz para a sua escrita – configurando um intertexto – emulando-os em diversos graus, pedindo aos leitores que reconheçam a imitação, isto é, o ponto de partida, bem como a emulação, isto é, o desvio.

A expectativa é a de que o leitor, como foi feito pelo narrador, seja capaz de emendar – corrigir, retificar, ressignificar etc. – o que lê. Na emenda, no anacronismo deliberado da poética da emulação, está o “poder de restaurar o passado, corrigindo, na medida do possível, assimetrias políticas e culturais, cujo controle escapa ao autor” (ROCHA, 2013, p. 305).

O que leva a obra machadiana a um resultado que se vê nesta formulação de Castro Rocha (2013, p. 330): “Periférico, provinciano, não hegemônico: diferentes nomes para dizer o que Machado realmente é: leitor inventivo, copista original”. Antônio Marcos Vieira Sanseverino (2013) aponta para esta formação paradoxal: copista original, a qual “traz o modo dessacralizador como Machado atualiza a tradição, devolvendo as obras consagradas ao uso comum de seus leitores” (p. 173). A dessacralização acontece porque o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* conhece a fundo aquilo que foi sacralizado, porque ele consegue acessar confortavelmente o interdiscurso da tradição literária hegemônica e porque

ele opera magistralmente com a intertextualidade. Ademais, a dessacralização da tradição é um componente da aposta machadiana de que o leitor é o fim último do texto literário.

As leituras críticas examinadas aqui, como amostras da fortuna crítica de *Virginius* (OLIVO, 2011; VITAL, 2012; BERGAMINI JÚNIOR, 2013; ZILBERMAN, 2021), embora interpretem o texto machadiano a partir de diferentes quadros teóricos, demonstram que este conto se liga à questão escravocrata e que o texto aposta na conscientização do público leitor sobre a iniquidade da escravidão, sustentando-se de alguma forma no intertexto e na intertextualidade, e levando em conta a referência à tradição clássica.

Selma Vital (2012) nota que “o título do conto, *Virginius*, remete diretamente à tragédia romana que teria precipitado a queda dos decênviros” (p. 66). E aponta para o principal traço de semelhança – que é dado como um traço trágico – o pai mata a filha como último recurso para salvar a honra dela. A análise de Selma Vital foca em Elisa e trabalha a concepção da dignidade da personagem como um aspecto especial deste conto machadiano, mas inicia a interpretação pelo intertexto, pelo laço intertextual, que dá força ao texto e grandiosidade às personagens.

O que se nota, textualmente, na descrição de Julião que contrapõe a fraqueza física à força moral. Ele é descrito como um “homem trigueiro, de mediana estatura, magro, débil de forças, mas com uma cabeça e um olhar indicativos de muita energia moral e alentado ânimo” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 738). Mais que isto, se a reflexão alcançar as noções de intertextualidade e de intertexto: Julião é um preso glorificado, que afronta a justiça humana confiando na justiça divina, algo como um cristão da Roma antiga, algo como um *Iulius* abasileirado pelo sufixo aumentativo do português. Um personagem moralmente grandioso, sem dúvidas.

Virginius, como se sabe e está marcado no subtítulo, é narrado por um advogado, cujo nome é desconhecido. No início do conto, às vésperas de um São de João de um ano não indicado, mas situado na década de 1850, o advogado-narrador recebe um bilhete anônimo com um convite profissional para acompanhar um processo penal, em uma vila distante do interior fluminense. Levado pela curiosidade e pela promessa de um romance por detrás do mistério, ele se desloca para a localidade.

Nesta vila interiorana, vive um amigo dos tempos de academia que o hospeda e que dá ao advogado-narrador – e ao leitor do conto – as primeiras informações sobre o caso, centradas na personagem Pio, conhecido também como Pai de Todos, o rico fazendeiro patriarca do local. Entretanto, é somente na entrevista do advogado com o réu – portanto, apresentado como uma surpresa – que o leitor conhece o enredo do crime: a causa a ser

defendida é a de Julião, negro, provavelmente alforriado e possuidor de suas próprias terras, agregado de Pio, que assassinou sua filha, Elisa, em defesa da honra dela, que estava ameaçada por Carlos, o filho bacharel e folgazão de Pai de Todos.

Preso e julgado, o pai assassino teve a pena abrandada pela atuação do advogado-narrador. Ao final do conto, toma-se conhecimento de que a narrativa foi escrita mais de dez anos depois do ocorrido, uma vez que Julião já cumpriu sua pena – de dez anos – e agora vive na fazenda de Pio, “ligados intimamente pelos laços do infortúnio” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 744).

Tratando da relação de Elisa com Carlos, que foram criados “naquela comunhão de infância que não conhece desigualdades nem condições” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 738), mas que se altera com a volta do filho de Pio, adulto e bacharel, já “homem” que “conhecia as condições da vida social, e desde os primeiros gestos mostrou que abismo que separava o filho do protetor da filha do protegido” (ASSIS, 2015, vol. 2 p. 738), Selma Vital (2012) traça o contexto patriarcal e racista:

O fato é que Elisa, além de ser negra e socialmente inferior, é mulher. No contexto patriarcal do romance, o “ser homem” significa atuar como membro de sua classe social e raça em relação à antiga companheira de infância. Isso significa servir-se sexualmente dela como extensão de suas prerrogativas de herdeiro da fazenda e de detentor do poder que mantém Elisa e sua família como dependentes. (p. 67)

No caso de Julião, Selma Vital (2012) nota que o destaque dado a ele como figura paterna “é em si uma afirmação não usual na literatura oitocentista, na qual o pai negro ou mulato é virtualmente inexistente” (p. 68). A analista lembra, ainda, que a questão dos “vínculos familiares entre escravos” está ausente não só da literatura de ficção, bem como é uma ausência “constante na historiografia sobre o período” (VITAL, 2012, p. 68).

Desta maneira, se uma certa tradição de crítica literária não vê Julião e Elisa como personagens principais do conto, é preciso demarcar que o assassinato de uma filha pelo pai é o ponto forte que faz a história ser narrada. Mais que isso, é na morte de Elisa que se articula a emulação que abre um desvio de compreensão, ou seja, é na morte de Elisa-Virgínia que surge o intertexto e a intertextualidade que abrem a possibilidade de uma análise discursiva, a qual faz com que *Virginus* seja visto, por outro ângulo, como crítico ao sistema escravista.

No quadro de uma interpretação da obra machadiana em relação ao discurso jurídico, Luis Carlos Cancellier de Olivo (2011) assevera que em *Virginus*, “Machado demonstra o domínio completo da linguagem jurídica” (p. 40), porque narra em minúcias as diferentes etapas do processo jurídico de Julião, pai de Elisa. Para explicitar a interpretação da

aproximação entre duas histórias como modo de transferir o escopo trágico da narrativa romana para a narrativa do interior fluminense, Olivo (2011) recorre ao enredo e sua ligação intertextual explícita, lembrando que o advogado-narrador “no transcurso do processo”, relembra a história de Virginius “e informa ao leitor que foi essa tragédia a precursora da queda dos decênviros” (p. 41).

Note-se que, no trecho que assinala o paralelismo entre o atual e o passado, o advogado-narrador também desestabiliza a compreensão do ocorrido a partir da desestabilização do gênero em que se enquadra a sua narrativa:

Saí da cadeia alvoroçado. Não era romance, era tragédia o que eu acabava de ouvir. No caminho as idéias se me clarearam. Meu espírito voltou-se vinte e três séculos atrás, e pude ver, no seio da sociedade romana, um caso idêntico ao que se dava na vila de ***. (ASSIS, 2015, p. 742)

Onde se esperaria romance, há tragédia. Porém uma tragédia emulada, uma leitura-colagem, uma cópia criativa, um efeito-leitor. Em outro enquadre analítico, Regina Zilberman (2021, p. 233) aponta também a importância do deslocamento de gênero literário presente no conto, pois o narrador passa a avaliar e a narrar os acontecimentos desde a perspectiva da tragédia, de uma concepção moral clássica, e não mais a partir da moral romântica.

O que ocorre a partir da própria voz do narrador, numa estratégia que busca integrar o leitor, que busca que este compreenda que a narrativa machadiana ganha novos contornos. Logo a seguir, o narrador faz referência direta às narrativas de Tito Lívio, Diodoro de Sicília e outros antigos que elaboraram e reelaboraram o enredo do assassinato de Virgínia:

Todos conhecem a lúgubre tragédia de Virginius. Tito Lívio, Diodoro de Sicília e outros antigos falam dela circunstanciadamente. Foi essa tragédia a precursora da queda dos decênviros. Um destes, Ápio Cláudio, apaixonou-se por Virgínia, filha de Virginius. Como fosse impossível de tomá-la por simples simpatia, determinou o decênviro empregar um meio violento. O meio foi escravizá-la. Peitou um sicofanta, que apresentou-se aos tribunais reclamando a entrega de Virgínia, sua escrava. O desventurado pai, não conseguindo comover nem por seus rogos, nem por suas ameaças, travou de uma faca de açougue e cravou-a no peito de Virgínia. Pouco depois caíam os decênviros e restabelecia-se o consulado. (ASSIS, 2015, p. 742)

Aparece, textualmente, a estratégia do advogado-narrador para estabelecer o princípio do qual se partirá para a emulação: todos os leitores conhecem a tragédia clássica de Virgínia. O gatilho, para além da menção direta aos autores clássicos e ao gênero, é o “todos conhecem”, que explicita o efeito-leitor, isto é, qual é o leitor virtual projetado na materialidade textual: aquele participante de certa cultura letrada.

Apesar do advogado-narrador citar especificamente como fontes da tragédia os nomes de Tito Lívio e Diodoro de Sicília, Atílio Bergamini Júnior (2013, p. 148) nota que há um número grande de outras versões literárias deste enredo, algumas das quais Machado de Assis poderia conhecer. Em seu trabalho analítico, Bergamini Júnior (2013) explora a intertextualidade do conto machadiano, tratando das relações intertextuais dele com a obra de Tito Lívio, com *Emilia Galotti* de Gotthold Ephraim Lessing e com *Virginius* de James Sheridan Knowles.

A lista mostra, mesmo de passagem, que a emulação é um mecanismo bastante ativo e disseminado, ilustrando a necessidade de entender a inserção na tradição também como inserção na tradução e nas estratégias disponíveis de política cultural, como propões Castro Rocha (2013). Entretanto, o interesse mais imediato é o de ver o fundo trágico romano como o interdiscurso que provê a intertextualidade, no sentido de Maingueneau (1998).

De volta à análise literária, a compreensão de viés discursivo do conto machadiano leva a refletir sobre a narrativa clássica e a pensar sobre o intertexto apresentado. A cópia-colagem machadiana se mostra: Ápio Cláudio não se “apaixonou” por Virgínia, filha de Lúcio Virginius e já noiva de Lúcio Icílio, a impossibilidade de tomá-la a si não se resume a uma simples falta de “simpatia”, bem como Marco Cláudio não era exatamente um “sicofanta” e a faca utilizada não era especificamente a de “açougue”. Machado trata de dessacralizar o enredo trágico, trazendo-o para um registro mais atual por meio de termos mais banais, chamando o leitor a atuar na constituição dos sentidos. É o efeito-leitor em ação, inscrevendo o sujeito nas redes de significações dispostas pelo intertexto.

Ao indicar o deslocamento de gênero literário, de romance para tragédia, ao criar um paralelo entre o passado e o presente – entre Elisa e Virgínia, entre Julião e Lúcio Virginius, entre Carlos e Ápio Cláudio – o advogado-narrador atrai a atenção para o contorno social que envolve o assassino que foi defender. Abre-se um novo paralelo a ser preenchido: se o assassinato de Virgínia causa a queda do decenvirato e o reestabelecimento do consulado, o assassinato de Elisa causa o quê? O ambiente social de arbitrariedade e desmando dos poderosos, que gera a escravidão ilícita e aviltante de Virgínia, remete, no presente do conto machadiano, a quê?

Elisa, Julião, Carlos e o advogado-narrador não estão na Roma imperial, estão no Brasil imperial. Estão imersos no regime escravocrata, pilar econômico da sociedade de favor descrita por Roberto Schwarz (2014) e ilustrada pela relação de Pio com Julião. Nesta sociedade, neste regime, o assassinato de Elisa não causa convulsões políticas e sociais. Por

fim, aparece o principal desvio operado pelo mecanismo de emulação machadiana, para o que interessa aqui:

No caso de Julião não haviam decênviros para abater nem cônsules para levantar; mas havia a moral ultrajada e a malvadez triunfante. Infelizmente estão ainda longe, esta da geral repulsão, aquela do respeito universal. (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 742)

Desvio que Atílio Bergamini Júnior (2013) percebe e trata dentro de seu quadro de estudos: se no texto de Tito Lívio “a morte de Virgínia coloca em questão o destino da comunidade romana, a ascensão de uma classe e a decadência de outra”, no conto machadiano o problema passa a ser moral e familiar, “a malvadez triunfante, mas jamais os movimentos das classes sociais em choque” (p. 104), já que, como salienta o advogado-narrador, no caso do cruel assassinato de Elisa não é possível abater os decênviros, nem levantar novos cônsules.

Na materialidade do texto, o advérbio de enunciação garante o vislumbre da concepção ideológica do advogado narrador: infelizmente, no regime escravocrata brasileiro do período imperial, a malvadez triunfante está longe de sofrer uma repulsão geral, assim como a moral ultrajada está longe de receber o respeito universal.

Como explica Castro Rocha (2013), “a técnica da emulação supõe partir da imitação consciente de um modelo prévio, com o objetivo de acrescentar-lhe dados novos” (p. 107). A partir da leitura-colagem da narrativa clássica de Tito Lívio, da cópia criativa, do efeito-leitor, da imitação e da emulação, Machado de Assis traz o modelo para dentro de sua escrita e pede que o leitor, via narrador, reconheça o ponto de partida e também o desvio proposto no texto. E mais: o ponto de articulação é uma personagem negra, Elisa.

Onde se esperava um romance, parece haver uma tragédia de corte clássico e românico, mas, na verdade, há um sonho. É o que o advogado-narrador diz ao amigo de longa data que o hospeda na interiorana vila fluminense, ao voltar das entrevistas com Julião e Pio, antes da conclusão do processo criminal: “Que história, meu amigo!... Parece um sonho” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 744).

Desvio sobre desvio. A superação do regime escravocrata não se dará mediante um ato trágico, como o que derrubou os decênviros e restabeleceu o consulado na Roma antiga. Isto é um sonho. A nossa realidade é a da acomodação, a da sociedade do favor, do liberalismo calcado sobre a escravidão, realidade que, ao final, irmana os pais Julião e Pio, este visto como um homem de “virtude romana”, que dá a Carlos o “castigo honroso” (ASSIS, 2015, vol. 2, 743) de trocar o bacharelismo pela vida de armas, indo servir como soldado no Sul do Brasil. A nossa realidade é a que vê na fazenda de Pai de Todos um regime idílico de

escravidão, em que os homens escravizados são tratados branda e cordialmente, em que há “uma espécie de concurso que permite a um certo número libertar-se todos os anos”, em que “Pio não tem escravos, tem amigos” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 736). É a tragédia brasileira de Elisa. Uma realidade que a posição discursiva enviesada de Machado de Assis faz aparecer.

3.2 Jacobina através do espelho

A análise crítica de Alfredo Bosi em *O duplo espelho em um conto de Machado de Assis* (2014) – depois replicada em *Três Leituras: Machado, Drummond, Carpeaux* (2017) – prescinde da explicação do conto feita pelos aspectos biográficos, tão usuais em certas análises tradicionais e escolares, bem como dispensa a meta de encontrar um substrato verdadeiro, algo como o tão esperado ‘segredo íntimo’ do texto. Assim, a abordagem de Bosi é uma leitura que nos leva através d’*O Espelho* de Machado de Assis (2015, vol. 2), mostrando-nos uma possibilidade de compreensão que necessita que passemos por ele – o texto – para encontrar o universo – o discurso – que o possibilitou.

Originariamente, *O Espelho* foi publicado na *Gazeta de Notícias*, em 8 de setembro de 1882. Depois, ele foi agrupado na antologia de contos *Papéis Avulsos*, publicada no mesmo ano, o terceiro livro de contos de Machado de Assis, onde há outros importantes textos, tais como *O Alienista* e *A Teoria do Medalhão*. Machado já havia publicado as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881, em folhetim; 1882, em livro), ponto de inflexão de sua obra, mas ainda estava longe de publicar *Quincas Borba* (1891) ou *Dom Casmurro* (1899).

Na *Advertência* de *Papéis Avulsos*, Machado de Assis deixa registrado que há uma certa coerência entre os contos do livro:

Este título de Papéis Avulsos parece negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder. A verdade é essa, sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa. (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 230)

Assim, guiando-se pelas próprias palavras de Machado, é possível postular que *O Espelho* compartilha seus temas-chaves com outros textos da antologia onde se encontra, tais como: a oposição entre ‘ser’ e ‘parecer’, a contradição entre a ‘vida pública’ e a ‘vida privada’, a tensão entre a ‘irrealidade’ e a ‘realidade’. São temas importantes para a compreensão do

conto, de seu aspecto especulativo, e são relativos à duplicidade, à dificuldade de se manter inteiro, uno, subjetivamente falando.

De início, talvez seja importante salientar o subtítulo do conto: *Esboço de uma nova teoria da alma humana*. Machado de Assis não esconde o que será o objeto de reflexão principal em sua trama ficcional: a alma humana. Entretanto, ler o conto apenas em uma dimensão metafísica ou transcendental – como se a alma fosse autônoma, independente do corpo e da sociedade que rege este corpo – seria abandonar outras possibilidades de leitura assaz produtivas.

Mais que isto, a chave metafísica, tomada como verdadeira, anula a chave paródica, anulando o trabalho de exposição humorística do cientificismo da época em que o conto foi escrito, realizado por Machado tanto em *O espelho* como em outras tantas ficções suas, como explica Ivo Barbieri (2008):

A ideia fixa de Brás Cubas, o humanismo de Quincas Borba-Rubião, as hipóteses psiquiátricas do alienista da Casa Verde, a teoria das duas almas, a interior e a exterior, do Alferes Jacobina reduzem ambições pretensamente científicas à caricatura de proclamações dogmáticas e extravagantes. Em franca oposição ao que pregava a retórica otimista da época, a mordacidade crítica do narrador machadiano desmonta o aparato de verdades científicas que as mascaravam e abala no leitor os fundamentos de certezas em que se assentavam o valor gnoseológico e a eficácia positiva que elas prometiam. (p. 338)

Não à-toa, o casmurro Jacobina, ao explicar a sua teoria das duas almas e afirmar que o alferes eliminou o homem, devolve aos quatro ou cinco cavalheiros da reunião que parecem não o compreender: “Os fatos explicarão melhor os sentimentos; os fatos são tudo. A melhor definição do amor não vale um beijo de moça namorada; e, se bem me lembro, um filósofo antigo demonstrou o movimento andando. Vamos aos fatos” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 315). Típica galhofa machadiana.

Retomando o fio da meada, Machado de Assis, ao construir seu conto, utiliza dois tempos narrativos: um que é o do encontro do protagonista, Jacobina, com quatro amigos, em que “debatiam, uma noite, várias questões de alta transcendência” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 313); outro que é o do caso que é efetivamente contado, que se passa na propriedade de Tia Marcolina, quando Jacobina “tinha vinte e cinco anos, era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da Guarda Nacional” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 314). Além disto, no primeiro tempo narrativo temos a voz de um narrador, em terceira pessoa, e no segundo tempo narrativo temos a voz do personagem Jacobina, em primeira pessoa.

Estes recursos – tempos duplos, o do ‘agora’ e o do ‘passado’; vozes duplas, a do ‘outro’ e a do ‘eu’ – instauram, ao nível formal, uma duplicidade fundamental para o texto, a

qual traz uma analogia com o próprio funcionamento dos espelhos, duplicadores por excelência. Espelhos que são, por este aspecto duplicador e em múltiplas formas, um tema constante – desde as fábulas e os mitos recontados até Jorge Luis Borges e Guimarães Rosa, por exemplo – na história da literatura ocidental.

A narrativa de Jacobina visa demonstrar uma tese deste personagem: a de que o ser humano tem duas almas, uma interior e outra exterior. Note-se a abertura para o duplo na esfera temática do conto. O caso que o protagonista conta é o de sua estadia, recém tornado alferes da Guarda Nacional, um orgulho para ele e para a família, na humilde propriedade rural de Tia Marcolina. Nesta, como deferência por sua conquista social, um espelho, de passado nobre e prestigioso e que remetia – na história familiar, ao menos – à corte de D. João VI, é colocado no quarto do alferes.

É neste contexto de bajulação e exaltação da ascensão social que, subitamente, Jacobina se vê sozinho. A tia tem de ir acudir a uma filha e, aproveitando-se da ausência da proprietária, os escravos fogem. O alferes fica, então, completamente só. Neste momento de solidão, Jacobina não consegue se olhar no espelho, no qual a sua imagem torna-se “vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 317). Ele, por fim, tem a ideia de se vestir com a sua farda de alferes e, assim, “o vidro reproduziu então a figura integral” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 318). Jacobina se sentiu inteiro novamente. Agarrado a esta sua alma exterior, ele consegue passar pelos seis dias restantes de solidão.

Terminado o *flashback*, o fio narrativo volta para a reunião que inicia o conto e este termina em um breve e seco parágrafo: “quando os outros voltaram a si, o narrador tinha descido as escadas” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 318). Jacobina levantou-se e foi embora, deixando os quatro amigos em plena perplexidade, com a reflexão filosófica da dualidade da alma humana. Desta curta síntese d’*O Espelho*, pode-se aferir a sua duplicidade formal e temática e seu viés filosófico, que demanda leitura atenta e reflexiva.

Depois destas considerações sobre o enredo, pode-se tratar brevemente de *O Espelho* pelo aspecto do gênero. Como se sabe, o conto, visto como um gênero literário, é usualmente definido como uma narrativa curta, em que se desenvolve apenas um conflito, o qual culmina em um momento de tensão maior, o clímax. Por isso, em geral, um conto apresenta poucos personagens, um cenário limitado e um recorte temporal reduzido. Características estas que facilmente se encontra n’*O Espelho*. Entretanto, o próprio autor, na já citada *Advertência de Papéis Avulsos*, vê os seus contos um pouco diferentemente:

Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não seja inútil. O livro está nas mãos do leitor. Direi somente, que se há aqui páginas que parecem meros contos e outras

que o não são, defendo-me das segundas com dizer que os leitores das outras podem achar nelas algum interesse, e das primeiras defendo-me com São João e Diderot. O evangelista, descrevendo a famosa besta apocalíptica, acrescentava (XVII, 9): “E aqui há sentido, que tem sabedoria”. Menos a sabedoria, cubro-me com aquela palavra. Quanto a Diderot, ninguém ignora que ele, não só escrevia contos, e alguns deliciosos, mas até aconselhava a um amigo que os escrevesse também. E eis a razão do enciclopedista: é que quando se faz um conto, o espírito fica alegre, o tempo escoá-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso. (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 230)

Interessa notar que Machado percebe que os gêneros são instáveis, que são passíveis de mudanças, formais e temáticas. Em termos do pensamento bakhtiniano, se diria que os gêneros do discurso são formas relativamente estáveis e normativas de enunciado, ou seja, elas guardam espaço de alteração ao mesmo tempo que são modelos que direcionam outros enunciados. Tendo em vista que:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. (BAKHTIN, 2016, p. 12)

Este desenvolvimento e complexificação, do campo da literatura como atividade humana e do conto como repertório deste campo, faz com que *O Espelho* – apesar de possuir várias características formais de conto – possa ser pensado também na categoria das “páginas que não são contos” de Machado, pois a narrativa que demonstra uma teoria – mesmo em chave paródica, como visto acima – modifica uma parte da fórmula tradicional de se escrever um conto.

Do gênero pode-se passar à classificação crítica de Machado de Assis – bastante frequente, aliás – como um escritor da escola realista. Uma catalogação muito utilizada nas escolas e no ensino de literatura. Aliás, via de regra, ele é tido como o maior expoente desta vertente no Brasil, ombreando com os grandes realistas franceses (Balzac, Gustav Flaubert) e portugueses (Eça de Queiroz, Antero de Quental).

Como se sabe, o Realismo, compreendido como uma estética literária, data do fim do Século XIX e, grosso modo, visa opor-se ao Romantismo, defendendo uma certa objetividade, uma moderação no sentimentalismo e uma visão científica dos fatos narrados. Deste modo, em oposição ao que se compreende como a estética dos românticos, os <realistas> tratam de buscar representar o mundo sob uma ótica mais racional, objetiva e impessoal.

Esta classificação, é óbvio, se choca com o enredo de *O Espelho*. Porém, é possível colocar o problema do realismo machadiano em uma interessante chave filosófica e linguística – também discursiva –, pois:

Exatamente porque o realismo e os realistas pretendem acabar com todos os equívocos, ele se funda sobre um equívoco linguístico e filosófico capital. A linguagem é por definição pletórica e insuficiente: tanto diz mais do que queria dizer quanto não consegue dizer exatamente o que queria dizer. Este duplo caráter de toda e qualquer linguagem só é reconhecido pela ficção de mestres ou bruxos como Machado de Assis. (BERNARDO, 2011, p. 114)

Assim, pela argumentação de Gustavo Bernardo, vê-se a abertura e a incompletude da linguagem, pressuposto filosófico e da análise discursiva, que se confronta com a classificação didático-escolar. Entretanto, se não era um <realista>, no estrito sentido estético do termo <realismo>, Machado de Assis não estava desvinculado da realidade. Desta maneira, para ficar em um exemplo:

A crítica machadiana à realidade brasileira incide menos sobre seus possíveis fatos positivos e mais sobre o modo como a sociedade produz discursos (vale dizer interpretações) sobre a realidade, bastando lembrar *O alienista*, narrativa que trata a ciência como política, revelando que o conceito de loucura está muito mais associado a uma perspectiva político-discursiva (a relação de poder estabelecida entre cientista e sociedade) do que uma positividade fisiológica. (PIRES; OLIVEIRA, 2010, p. 230)

A análise e interpretação do texto literário é passível de múltiplas abordagens, contanto que estas se fiem no material escrito e nas relações que este estabelece com o mundo e a época que o propiciou, bem como nas relações com o contexto social e histórico que o recebe. Ao se analisar e interpretar um texto literário é possível abordar o desenvolvimento das formas narrativas, a pertinência dos conteúdos temáticos, as relações com a sociedade e a história (compreendidas como exterioridades ao texto literário), tudo isto junto, ou separado, ou em várias misturas.

Uma visão que vincula a vida e a obra do autor, como faz Lúcia Miguel Pereira, autora que acredita ser “impossível estudar a obra de Machado sem estudar-lhe a vida, sem procurar entender-lhe o caráter” (1988, p. 22) e que, por outro lado, assinala que “a obra de arte pode ser uma fixação do excesso de vida, um transbordamento da personalidade, ou uma evasão, fruto da incapacidade de viver” (1988, p. 23), acaba, paulatinamente, relacionando o conto *O Espelho* com a biografia do próprio Machado.

O alferes do “Espelho”, naufragando numa crise de introversão, desamparado até da consciência de si mesmo, só se cura quando a farda, devolvendo-lhe ao espelho a imagem que o envaidecia, fá-lo como que projetar fora de si mesmo, arejando o espírito pela visão do eu exterior. (PEREIRA, 1988, p. 201)

Este trecho termina uma analogia em que se aproxima Jacobina a Brás Cubas, fazendo da teoria da alma dupla do conto um símile da lei da equivalência das janelas do romance. Em ambas, teoria e lei, haveria ao final um alívio da consciência, a libertação de uma ideia fixa ou de uma lembrança má, que se dá pela exterioridade. Assim, nas duas obras, “o pensamento é o mesmo, pensamento de quem costuma perder pé na introspecção: o homem precisa sair de si, pôr-se em contato com o mundo, ver-se em função deste para manter-se em equilíbrio” (PEREIRA, 1988, p. 202).

Anteriormente, Lúcia Miguel Pereira já havia caracterizado Machado de Assis como introspectivo, alguém que teria como ideal o de um “homem frio, indiferente, impassível” (PEREIRA, 1988, p. 25), introspecção que seria causada, em grande medida, por sua gagueira e sua epilepsia, que desde a infância o deixava “desconfiado, retraído, [com o que] ia aprendendo a viver para dentro, a matutar sobre tudo quanto aos outros passava despercebido” (PEREIRA, 1988, p. 36).

Portanto, ao fim da argumentação, Lúcia Miguel Pereira acaba por igualar, por via da introspecção, o autor a duas de suas personagens: Brás Cubas e Jacobina. Além disto, a autora apresenta o conto como algo que tem um valor terapêutico, tanto para a personagem Jacobina quanto para o autor Machado de Assis, pois o reencontro da alma exterior proporciona um equilíbrio psicológico, um arejamento do espírito para aqueles que são introspectivos, fechados em si mesmos.

Sem projetar uma caracterização exata, algo difícil por conta da execução ou elaboração própria a cada crítico literário, é possível aproximar o trabalho de Lúcia Miguel Pereira daquilo que Élisabeth Ravoux-Rallo (2005) tratou no capítulo *O homem e a obra* de seu livro, no item *A crítica do imaginário*: “A hipóstase da obra e de seu criador não deixam dúvida alguma: o desejo do crítico é fruir um instante, imaginária e conscientemente, no lugar do escritor, num momento de fulgurante felicidade” (p. 2). Assim, como Ravoux-Rallo diz do trabalho de Jean Starobinski, “o objeto-texto é um intermediário entre o criador e o crítico, o crítico e o leitor da crítica” (2005, p. 19).

Mescla-se, na interpretação do analista literário, a vida do autor e a sua obra, abrindo a possibilidade de enxergar nos personagens traços da personalidade do autor e, em decorrência, chega-se a um método explicativo para tratar alguns aspectos da obra. Em *O Espelho*, então, a complicada e angustiante ascensão social de Jacobina, de jovem pobre à alferes, de cuja compreensão resulta sua casmurrice ao envelhecer, espelharia a experiência dolorida do próprio Machado de Assis.

Isto não é, obviamente, desmerecimento ao trabalho de Lúcia Miguel Pereira. Um trabalho que pressupõe, tal como Ravoux-Rallo diz do trabalho de Georges Poulet, que “para compreender a obra, nada é desprezível, sendo indispensável uma infinidade de conhecimentos biográficos, bibliográficos, textuais ou, geralmente, críticos” (2005, p. 19). Trata-se de compreender as condições de produção do discurso crítico de Lúcia Miguel Pereira, bem como o seu funcionamento dentro do quadro amplo da crítica literária.

É possível refletir, do mesmo modo, sobre a metodologia de análise d’*O Espelho* em Alfredo Bosi (2014; 2017). Neste caso, é preciso utilizar as explanações de Élisabeth Ravoux-Rallo (2005) dispostas no capítulo *Texto e contexto*, mais especificamente as do item *Sociologia da literatura*:

Sendo um método externo, a sociologia da literatura situa o texto em seu contexto não apenas histórico, mas também social. Os problemas da sociologia da literatura são múltiplos, dizem respeito à própria definição do objeto de estudo, à correlação entre esse objeto e a sociedade que o produz, à determinação dos objetos de análise. Não se poderia achar que os objetos <sociedade> ou <texto> são objetos simples. E o problema é exatamente saber como eles se correlacionam, qual a interação entre os dois. (p. 100)

Problema que Alfredo Bosi (2014; 2017) tão bem enfrentou em sua análise, que poderia ser catalogada como de “sociologia interna, que examina o conteúdo da obra à luz dos métodos e dos conceitos sociológicos por meio de correspondências diretas e globais (...) ou de correspondências parciais” (RAVOUX-RALLO, 2005, p. 100). A leitura crítica feita por Bosi, assim como Ravoux-Rallo (2005) diz dos pressupostos de J.-P. Sarte, entende que:

o texto retoma o mundo, e o autor “ensina” alguma coisa do mundo ao leitor, que o ignora. Esse mundo bem conhecido é de repente atravessado pela liberdade do criador, que o anima. O autor faz a escolha de certo aspecto do mundo e convida o leitor a uma “libertação concreta a partir de uma alienação particular”. E, se faz essa escolha, faz em função do leitor que procura libertar. Assim ocorre uma verdadeira dialética entre a liberdade do autor e a do leitor. (p. 104-105)

O ensaio de Alfredo Bosi, como o próprio autor afirma, busca interpretar *O Espelho* através de duas abordagens: uma leitura sociológica canônica e uma leitura existencial. No primeiro movimento, “a experiência do protagonista é compreendida em termos da força do papel social que modela, de fora para dentro, a identidade do sujeito” (BOSI, 2014, p. 245).

No segundo movimento, essa mesma experiência possibilita “o afloramento de uma consciência infeliz, que é negativa e crítica. O caráter dialético dessa segunda leitura não se dá, porém, como superação hegeliana do momento inicial do processo, mas como coexistência dos opostos” (BOSI, 2014, p. 245).

Na argumentação de Bosi, o espelho do conto ocupa o lugar do olhar do outro. Em um primeiro momento, Jacobina via refletida no espelho “a figura de si mesmo construída pelo olhar do grupo de convivência. Era a imagem do alferes fardado que tantos elogios provocara” (BOSI, 2014, p. 239). No auge do conto, há uma perfeita analogia: a ausência do olhar do outro impede o protagonista de se ver a si mesmo como crê que é visto e, assim, o espelho parece perder a capacidade de reproduzir com nitidez. “Restou somente o reflexo de fragmentos esparsos, sombras desgarradas nos vazios da alma interior” (BOSI, 2014, p. 240). Por fim, vestir a farda de alferes, a alma exterior, recompõe a sua imagem.

Mas, muito mais que isto, a farda existe fora e antes do sujeito. Como representação social, ela remete ao lugar público, ao *status* decorrente da patente. A farda é também “uma coisa, um lugar”, e “o objeto do olhar do outro é também uma construção social” (BOSI, 2014, p. 241). Chegamos ao social, à realidade histórica:

As representações não são arbitrárias nem aleatórias: reforçam o sistema simbólico do grupo, compõem as partes no todo, o indivíduo na sociedade. No estado inicial do processo de espelhamento, a identificação do indivíduo Jacobina com o grupo de convivência foi íntima, a ponto de o alferes ter eliminado o homem. A esse momento de objetivação seguiu-se o isolamento de Jacobina, o desmoramento, o estado de angústia e, no seu bojo, a decomposição da autoimagem que se refletiu no desfiamto da figura vista ao espelho. Integração primeiro, desintegração depois; a reintegração só se deu quando o fetiche social investiu, de novo, a alma interior de Jacobina, fazendo-o reconhecer-se como alferes. (BOSI, 2014, p. 241)

Resta, porém, pensar que o personagem que narra o caso, já maduro, mostra que o sistema simbólico apresentado não é harmônico ou amigável. A consciência de aprender “o mecanismo que consiste na *necessidade de parecer*, pois o que vale é ser-para-o-outro”, gera “um desconforto moral, uma tensão mal resolvida que o caráter soturno e ríspido do homem maduro veio potencializar” (BOSI, 2014, p. 242). Assim, a exposição da teoria – que poderia parecer petulante de início – mostra, ao fim, a opressão de um sistema simbólico de poder.

No fato de que a farda e a patente de alferes forjam, de fora para dentro, a vida mental do protagonista, percebe-se um processo opressor de reificação. Abre-se uma dimensão crítica, para o próprio Jacobina. Na análise de Bosi, este é o segundo movimento, não mais especular, mas especulativo. Assim:

O poder da coisa e do lugar marcaria Jacobina pela vida afora com o sentimento acre da sua dependência em relação aos grandes bens públicos de uma sociedade entre tradicional e moderna: o status reconhecido e o capital acumulado. Esse madurar de uma dimensão especulativa é a consciência infeliz do provinciano que virou capitalista e do homem que se tornou casmurro, cáustico e refratário ao diálogo com os companheiros da noite. A rememoração, feita narrativa (no fundo e na forma, um esquivo solilóquio), é o derradeiro espelho do processo na sua inteireza. (BOSI, 2014, p. 243)

Alfredo Bosi não interpreta, portanto, o conto de Machado de Assis como uma discussão metafísica ou teológica sobre a alma. Nem como a expressão – ou extravasamento – da personalidade do autor. Também não trata o texto como se dele fosse possível haurir um sentido secreto e único.

O que se vê através d’*O Espelho*, após a leitura de Bosi, é algo como a realidade amarga, reificadora, simbolicamente cruel se tornada consciente, do arrivismo social brasileiro. A compreensão é a de que Jacobina se percebe como uma espécie de derrotado, pois “reconheceu implicitamente que o olhar do outro o fixara para todo o sempre” (BOSI 2014, p. 245). Ele entregou-se ao objeto – à farda – que lhe conferiu *status* dentro de seu entorno social. Enfim, ele “rendeu-se à perspectiva e à expectativa social, rigorosamente *re-signou-se*, reiterando e incorporando a si o signo com que o outro o tinha mirado” (BOSI, 2014, p. 244. Grifo do original).

Ao mostrar este personagem resignado, derrotado, reificado pelo uso da farda, cômico de que sua importância se dá pela exterioridade, pelo duplo do espelho, porque este é o sistema simbólico da sociedade brasileira, Machado de Assis revela a crua realidade e explora “uma questão candente do pensamento moderno: a identidade do sujeito forjada pelo olhar social” (BOSI, 2014, p. 244).

É a partir desta perspectiva, histórica e social, que se pensa abrir uma outra questão, a do tratamento da escravidão no Brasil, da questão racial em meio ao regime escravocrata do Século XIX. Toma-se como pressupostos que o conto de Machado de Assis é crítico e vinculado discursivamente à realidade, como visto nos itens anteriores. Por isso, pensa-se que, em um texto construído sobre as duplicidades contrastivas do ‘ser’ e do ‘parecer’, da ‘vida pública’ e da ‘vida privada’, da ‘irrealidade’ e da ‘realidade’, temas chaves do conto e da coletânea *Papéis Avulsos*, como estabelecido de início, bem como constituído sobre recursos duplicativos de composição – a divisão temporal entre o ‘agora’ e o ‘passado’ e a divisão de vozes entre a do ‘outro’ e a do ‘eu’ – é preciso tratar analiticamente do par ‘negro’/‘branco’.

Como explica Eduardo de Assis Duarte, nos textos machadianos nunca houve “palavras de apoio, mesmo que implícito ou subtendido, à escravização”, bem como não se “encontram os estereótipos cujo foco é a desumanização de africanos e descendentes”, embora “a forma dissimulada, homeopática, com que foi introduzindo a questão étnica e a crítica ao regime foi vista como absenteísmo e denegação de suas origens” (2020, p. 264).

O interesse analítico, aqui, não está na perspectiva afrodescendente de Machado de Assis, assunto já delineado e consolidado por Duarte (2020) – que se viu no primeiro capítulo

desta tese como a constituição de uma figura de escritor afrodescendente – mas sim na forma dissimulada de tratar da questão étnica e do regime escravocrata. Na leitura de Duarte (2020) a estratégia dissimuladora é captada na aparência de uma narrativa que “não trata da condição afrodescendente, pois está centrada nas atribulações de um homem livre” (p. 301) mas que, quando “põe em cena a escravatura é justamente para ressaltar a astúcia dos negros, em oposição ao conceito que deles tinha o visitante: ‘espíritos boçais’” (p. 302).

A cena é o momento crucial do conto, tanto pelo dito quanto pelos não-ditos. Para se extrair a significação da oposição ‘branco’/‘negro’ desta cena, vale-se aqui da concepção de <não-dito> da Análise do Discurso (AD). Conforme explica Eni Orlandi, na AD, “há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva”, pois se considera “que há sempre no dizer um não-dizer necessário” (2012, p. 82). Assim, a questão racial e a presença do regime escravocrata no conto não passam somente pela astúcia dos negros ou pelo conceito injurioso que deles tinha o personagem principal. É preciso fazer Jacobina passar através do espelho.

Entende-se, em certa abordagem discursiva derivada da AD, que o dito “x” é informado por sua relação de sentido com o não-dito “y”, decorrente das formações discursivas em jogo, dentre outras possibilidades. Assim é que, “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2012, p. 82) se colocados na análise. O primeiro deles é a cor de pele de Jacobina. O fato dele ser um homem livre, de ter chegado à alferes, da Tia Marcolina ter escravos e dele mesmo ter um pajem, não indicam que ele fosse branco.

Ainda que Eduardo de Assis Duarte (2020) veja o protagonista em seu transe como um “branco pobre e solitário posando fardado horas e horas diante de um espelho” para “fazer a convergência da ‘alma exterior’ – no caso a branquitude, simbolizada pelo uniforme militar, como artifício de afirmação identitária – com a ‘alma interior’” (p. 302), a cor de pele de Jacobina não é especificada textualmente por Machado de Assis.

Lembre-se, como explica Thomas Skidmore (2012), que o Brasil do século XIX “exibia um complexo sistema de classificação racial” (p. 81), baseado em características físicas visíveis – a cor da pele, traços faciais, textura do cabelo etc. – mas afetado pela posição social – o patrimônio, o círculo social, os trajes etc. – daquele que é classificado. Assim, o mulato foi a figura central do sistema pois ele podia se mover, mesmo limitadamente, a depender “da aparência precisa (quanto mais ‘negroide’, menos mudança social) e do grau de ‘brancura’ cultural (educação, maneiras, renda) que fosse capaz de obter”, o que exigia dos

envolvidos neste intrincado sistema “uma intensa sensibilidade às categorias e às nuances na maneira de aplicá-las” (SKIDMORE, 2012, p. 82).

Para o brasilianista, a origem deste sistema multirracial envolve as proporções demográficas, sendo que “o número de libertos de cor cresceu muito depressa no século XIX” chegando a haver, em 1872, “quase três vezes mais libertos que escravos” (SKIDMORE, 2012, p. 83), a fertilidade diferencial (SKIDMORE, 2012, p. 84) e a relativa ausência de regionalismo no Brasil (SKIDMORE, 2012, p. 85). Uma sociedade multirracial assentada em “pressupostos implicitamente racistas” (SKIDMORE, 2012, p. 87), mas na qual “os libertos de cor desempenharam um papel importante muito antes da extinção total da escravatura no Brasil” (SKIDMORE, 2012, p. 86).

Jacobina poderia ser um destes, um homem livre e mulato, com características físicas que permitiram a ascensão no quadro de racismo existente, ajudado por uma certa posição social da família, talvez bem colocada na complexa rede da sociedade de favor, educado e portador de um traje adequado, a farda de alferes.

Outro não-dito surge quando se pensa que, ao designar os escravos como espíritos boçais, abre-se a interpretação dos negros de tia Marcolina como ladinos, pela ironia do texto machadiano. Boçal, como se sabe, não designa somente o que é rude, grosseiro, inculto ou sem sentido, mas designa também o escravo recém-chegado da África, que ainda não falava o português. Neste sentido, seu par opositivo é ladino, o escravo que já tinha instrução, que já falava o português e sabia se mover pelos cruéis meandros do regime escravocrata. Assim, são ladinos os negros que enganam Jacobina:

Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortesias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito, de alegria, de protestos. Nhô alferes de minuto a minuto. Nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de general; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático. Ah! pérfidos! mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados. (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 316)

Chamar os escravos de boçais, quando se sabe que eles foram ladinos, ganha talvez outro contorno, que não só o de injúria racial. É também uma forte expressão do arrivismo de Jacobina, se o protagonista não for tomado como branco mas como um homem livre, mulato de origem pobre, um agregado que recebeu a farda como presente e que foi engabelado pela astúcia dos escravos negros que planejavam fugir e encheram o nhô alferes de epítetos bajuladores como disfarce. Dito de modo direto, algo seco, a partir da ótica e do vocabulário da época: o mulato pernóstico foi enganado pelos negros ladinos.

Ora, o sistema escravocrata instituído no Brasil, por óbvio, traz em seu bojo, ainda, a oposição ‘livre’/‘escravo’. Com este não-dito em tela, é possível pensar na cena da fuga dos escravos e da dispersão da alma como um ponto de embate destes termos, destes sentidos. Jacobina, sozinho com os escravos, sente uma grande opressão, sente-se encarcerado, preso, privado de liberdade. Os escravos, por seu turno, o engambelam, fogem, se libertam.

Este conjunto de não-ditos, recuperáveis do interdiscurso e das formações discursivas da época, apresenta-se como certas margens que significam e informam aquilo que é dito, corroborando e complementando a leitura de Alfredo Bosi (2014, 2017), aqui destacada. Na sua escalada econômica e social, Jacobina parece ter como ponto de inflexão a fuga dos escravos. Parece ser este o momento – tão importante que ele, sisudo e casmurro, o narrará tantos anos depois – em que Jacobina compreende que foi derrotado, apesar da patente de alferes, pois percebe que está inserido no sistema escravocrata e que é dependente de um objeto, a farda, para ter valor na sociedade brasileira de sua época.

Nesta leitura, portanto, é a fuga dos escravos – um dito que traz a oposição negro/branco, boçal/ladino e escravo/liberto como não-ditos – que dá à Jacobina a compreensão da sua rendição ao objeto, à farda, o que traz consigo a rendição a uma perspectiva e uma expectativa social, como explica Bosi (2014). Isto é também uma resignificação – Jacobina se tornou um outro signo: o alferes – forçada pelo olhar do outro, pela sociedade.

É, por fim, uma reificação.

3.3 O célebre Pestana e os usos do maxixe

Em *Espectros de Baldwin*, Coswosk e Salgueiro (2018) tratam do documentário *I Am Not Your Negro* (2016), do diretor haitiano Raoul Peck, filme que resulta de uma pesquisa densa nos arquivos pessoais de James Baldwin, escritor – poeta, romancista, dramaturgo, ensaísta – estadunidense e ativista dos direitos civis. O artigo interpreta o documentário de Peck como uma obra que, através dos textos e dos pensamentos de Baldwin, recoloca, na atualidade, várias das questões graves e históricas das tensões raciais nos Estados Unidos.

Neste movimento interpretativo, Coswosk e Salgueiro (2018) ressaltam a importância das reflexões de James Baldwin na luta contra o racismo e contra a violência que acomete a população negra estadunidense na contemporaneidade. Ao final do artigo, escreve-se que:

Longe de ser um profeta, Baldwin desmonta a lógica do racismo e, ainda que não responda aos dilemas apontados por ele mesmo e pelo diretor, responde a nossa pergunta inicial com sua lucidez sobre o mundo contemporâneo. Seus espectros rondam nossas cabeças na contemporaneidade não por uma tentativa de restauração de um passado eterno, daquilo que poderia ter sido, mas exatamente por uma tentativa de abrir um novo futuro diante das lutas contra o racismo e a desigualdade que ele gera. (COSWOSK; SALGUEIRO, 2018, p. 44)

A pergunta inicial do artigo é “Por que James Baldwin? Por que agora?” (COSWOSK; SALGUEIRO, 2018, p. 32) e reverbera as perguntas de Stuart Hall sobre Frantz Fanon em *The Afterlife of Frantz Fanon: Why Fanon? Why Now? Why ‘Black Skin, White Masks?’*⁴.

Então, porque é importante desmontar a lógica do racismo, que continua em processo nos dias atuais, e porque se trata de tentar abrir alternativas de reflexão na luta antirracista e contra a desigualdade, sem pensar em restaurar um passado idealizável, é que se pode replicar – ou triplicar – as perguntas de Coswosk e Salgueiro e dizer: Por que Machado de Assis? Por que agora?

Acreditando-se que os espectros de Machado de Assis também rondam a contemporaneidade – a brasileira e a internacional, globalizada – e que podem ser invocados de várias formas e de múltiplas perspectivas, seleciona-se para este texto os que estão ligados à representação da polca/maxixe em *Um homem célebre* (ASSIS, 2015, vol. 2). Como explica José Miguel Wisnik (2004), este conto produz “uma curiosa e penetrante análise da vida musical brasileira em fins do século XIX, armando uma equação nada simples, em cujas incógnitas desenham-se precocemente linhas do destino da música popular urbana no Brasil, para dizer pouco” (p. 18).

Interessa notar, mesmo brevemente, que as linhas da música popular urbana brasileira, tão ricas e variadas, vão incluir progressivamente – numa listagem não cronológica ou exaustiva – o samba, o pagode, o axé, o brega, o rap, o hip-hop e o funk. Desta maneira, em *Um homem célebre*, com a representação cifrada da transformação histórica da polca em maxixe, Machado de Assis está lidando com as questões do contraste entre o erudito e o popular, com a hibridização cultural, com a mestiçagem racial, entre outras questões, de uma longa duração.

Em outro ambiente cultural – mas também marcado pelos horrores do regime escravocrata e pela diáspora africana, como o brasileiro – é que, em *The uses of the blues*, James Baldwin (2010 [1964]) escreve sobre aquilo que o blues diz da cultura negra e

4 Em tradução livre: A posteridade de Frantz Fanon: Por que Fanon? Por que agora? Por que *Pele negra, máscaras brancas?*

afrodiaspórica, nos Estados Unidos de sua época. Como o autor explica, o título do ensaio não tem a ver com o gênero musical, pois “it does refer to the experience of life, or the state of being, out of which the blues come”⁵ (BALDWIN, 2010 [1964], p. 57). Além disso, Baldwin escreve que reivindica “a great deal for the blues”⁶ e que o está usando “as a metaphor” (2010 [1964], p. 57).

Este ponto, o blues como uma metáfora, como resultante de experiências de vida, como um estado do ser – se for possível traduzir assim o texto de Baldwin – é que abriu a possibilidade que esta análise busca construir: o maxixe, escondido na polca de *Um homem célebre*, como uma metáfora para certos aspectos da cultura afro-brasileira do Século XIX.

Conforme explica José Miguel Wisnik (2004), no resumo do conhecido artigo *Machado maxixe*:

O conto “Um homem célebre” é o núcleo de uma série de textos de Machado de Assis, entre crônicas, contos e romance, em que a música tem destaque. Por trás do descompasso evidente entre o erudito e o popular no Brasil, trata-se da emergência não nomeada do maxixe, que envolve cifradamente escravidão e mestiçagem. Abolição, Monarquia e República convertem-se, nesses textos, em elementos de uma interpretação musical da História. (p. 14)

O enredo de *Um homem célebre*, como se sabe, apresenta a história de Pestana, um compositor de polcas, cujo sucesso popular o atormenta, pois a ambição íntima do protagonista é compor música erudita, para figurar na galeria dos grandes mestres, tais como Beethoven, Mozart, Chopin e Haydn. A narrativa machadiana mostra as agruras de Pestana em suas tentativas de compor música clássica, bem como expõe a facilidade com que o compositor escreve as polcas de sucesso imediato.

Desta maneira, o que torce o espírito de Pestana, conforme o primeiro nível da análise apresentada por José Miguel Wisnik, é que o “desejo irrealizado de *glória*, categoria ligada à imortalidade dos clássicos, contorce-se no giro perpétuo e torturante do *sucesso*, categoria afeita ao mercado e ao mundo de massas nascente” (2004, p. 15. Grifos do original). Análise que mostra a interessante separação entre a glória clássica e o sucesso popular, cujos desdobramentos não cabem aqui, mas que apontam para a nascente indústria cultural brasileira e para o aburguesamento dos artistas. A celebridade de Pestana o atormenta por ela estar ligada à cultura popular e não à cultura erudita, pensados estes termos todos dentro dos parâmetros do texto machadiano.

5 Em tradução livre: Refere-se à experiência de vida, ou o estado de ser, pelo qual o *blues* emerge.

6 Em tradução livre: Um grande acordo para o *blues*.

Mas o conto de Machado de Assis é mais do que isso e, para o que interessa aqui, José Miguel Wisnik (2004) relaciona a tensão de Pestana a um contexto cultural amplo, pois

a impossibilidade de criar sonatas, sinfonias e réquiens, em Pestana, não se resume na incapacidade de compor, mas corresponde a um deslocamento involuntário do impulso criativo em direção à língua comum das polcas, com espantosa força própria, o que faz do compositor não só uma individualidade em crise mas um índice gritante da cultura, um sinal da vida coletiva, um sintoma exemplar de processos que o conto põe em jogo com grande alcance analítico, e que são muito mais complexos do que a leveza dançante da narrativa faz supor de imediato. (p. 16)

A língua comum das polcas – a linguagem do maxixe – que se insinua na sintaxe que busca ser erudita não é um caso pessoal do compositor em crise. Na impossibilidade de Pestana escrever música de estilo clássico está envolvida uma questão cultural de fundo, que indicia a diáspora africana e que marca uma pertença desconhecida ou não assumida, conforme a interpretação varie.

Note-se, ainda que não se siga este caminho teórico e biográfico aqui, que a tensão artística de Pestana – e de outros personagens, como Inácio Ramos de *O machete* – é compreendida, por Wisnik, como a própria tensão de Machado, pois o que, nestes contos, é “o problema insolúvel dos músicos, divididos simetricamente entre o erudito e o popular, estaria muito próximo de indicar a própria solução literária encontrada pelo Machado de Assis da segunda fase” (2004, p. 23).

Entretanto, o interesse deste ensaio é vislumbrar o maxixe como metáfora da cultura afro-brasileira. Conforme historiza Wisnik (2004), a polca entrou no Brasil entre 1844 e 1846, dançada no carnaval pela atriz Clara del Mastro. Machado de Assis registra em seus textos – contos e crônicas – “a evidência da polca, o campo de ação conquistado pelo gênero, sua irradiação horizontal e a marca trêfega que ela parece imprimir à época como um todo” (WISNIK, 2004, p. 25).

Muito mais do que isto, continua o analista, Machado de Assis registra “um objeto oculto, e quase ainda não nomeável, inscrito sutilmente no primeiro”, pois é durante a década de 1870 que se dará a transformação da polca em maxixe, “por obra dos deslocamentos rítmicos que acompanham a africanização abasileirada dessa dança européia, isto é, a decantação das sincopas e a incisiva mudança de estado de espírito musical que isso implica” (WISNIK, 2004, p. 25). Africanização e abasileiramento que diferenciam o maxixe do *blues*, note-se.

Assim, é preciso ver a polca em *Um homem célebre* não só como a dança que foi importada na década de 1840, mas também “como a insinuação de um objeto sincrético, em

que ela se transforma, e cuja nomeação é problemática, pois envolve a mistura de música de escravos com dança de salão” (WISNIK, 2004, p. 26).

Esta nomeação problemática – em certa medida algo comum ao estabelecimento dos gêneros musicais, diga-se de passagem – é vislumbrada na listagem de nomes da época que matizam o termo <polca>: polca-lundu, polca-chula, polca-cateretê, polca brasileira ou polca de estilo brasileiro.

Neste meio tempo, explica Wisnik (2004), o termo <maxixe> “vem comendo pelas bordas, e as sincopas, os efeitos rítmicos contramétricos e balançantes, vão se imiscuindo, decantando e se fixando por dentro da própria música” (p. 26). Vem pelas bordas e ganha, na época, “conotações rebaixadas”, sofrendo “um processo de recalque em ambientes brancos, elitizados, domésticos, senhoriais” (WISNIK, 2004, p. 26).

Compreende-se, então, a ligação do maxixe aos ambientes populares do Rio de Janeiro, territórios em que circulam os contingentes de negros escravizados, em que circulam as músicas tocadas e dançadas por eles e por outros. O maxixe estabelece ligação com os ambientes boêmios, com a vida noturna, o teatro de revista e a prostituição, vindo daí a associação do gênero musical ao legume barato (WISNIK, 2004). Obviamente, acaba alvo de sanções morais e moralistas.

De todo modo, tem-se uma descrição do maxixe como resultado de interações sociais populares, periféricas em sua época, marcadas pela exclusão e pela desigualdade, causadas pelo regime escravocrata do Brasil Imperial. Neste sentido, ainda que o recobrimento nocional não seja integral, é possível falar do maxixe como James Baldwin fala das canções de *blues*: “They’re about work, love, death, floods, lynchings; in fact, a series of disasters which can be summed up under the arbitrary heading ‘Facts of Life’”⁷ (2010 [1964], p. 57).

As polcas/maxixes tratam dos “fatos da vida” e seus títulos dão conta disto. Mas antes de analisar os títulos das obras de Pestana, ainda é necessário estabelecer, como o faz Wisnik (2004), que

O objeto polca não é, pois, um alvo fixo, mas um alvo em movimento, repuxando consigo um mundo de implicações sócio-culturais. Em todos os textos sobre o assunto Machado mantém intocada a denominação de polca, obedecendo à exigência tácita do decoro, de que a palavra já se investe, mas dando sinais, tão sutis quanto decisivos, de que uma outra coisa está acontecendo, e exigindo uma perspectiva diferente, desde os bastidores. Nesse movimento Machado de Assis parece chancelar ambigualmente o recalque das implicações sócio-culturais e raciais da polca-maxixe, ao mesmo tempo em que as desvela, sutil e incisivamente, para não perder o costume. (p. 26-27).

7 Em tradução livre: Elas são sobre trabalho, amor, morte, afogamentos, linchamentos: na verdade, uma série de desastres que podem ser resumidos sob o título arbitrário de ‘Fatos da Vida’.

Assim, como Eduardo de Assis Duarte (2020, p. 261-338) mostra na parte de seu livro em que faz análises dos textos machadianos que fazem menção à questões e personagens negros, Machado de Assis trama uma poética da dissimulação, mostrando-se mesmo um metafórico <caramujo> (DUARTE, 2020, p. 332-333).

Por seu texto ambíguo, por sua poética da dissimulação, por seu discurso enviesado, como seja, o conto *Um homem célebre* não está listado como uma das *Narrativas do cativo* de Machado de Assis afrodescendente (DUARTE, 2020) – apesar da análise de Wisnik (2004) em Machado Maxixe ser retomada no artigo *Raça, estigma, literatura* de Duarte (2020) – o que pode indicar que este conto não é imediatamente perceptível como uma obra que remete à cultura negra, necessitando de um trabalho de análise para que os aspectos da cultura afro-brasileira, condensados na metáfora do maxixe, sejam levados em conta para a caracterização do conto como uma manifestação textual que diz respeito à escravização e às relações interraciais na obra de Machado de Assis.

Em *Quase brancos, quase pretos*, Selma Vital busca uma leitura dos contos machadianos “à luz de análises culturais informadas pelo cenário sociopolítico em que se inserem”, recusando, entretanto, “uma leitura sociológica reducionista” (2012, p. 15), em um trabalho que aproxima Machado de Assis das grandes questões atuais.

Desta maneira, Selma Vital procura identificar nos contos machadianos “uma consciência étnica à qual não se tem dado a devida atenção”, bem como procura “reavaliar o suposto silêncio sobre determinados temas” (2012, p. 15), tomando o silêncio como um recurso discursivo que pode render muito na análise interpretativa. Neste contexto analítico, no capítulo intitulado *Muito além dos saraus: a cultura e o “jogo dos contrastes”*, a autora apresenta uma leitura de quatro contos machadianos – dentre eles *Um homem célebre* – os quais

representam, em maior ou menor grau, a extensão do papel da cultura popular no cotidiano do Rio de Janeiro, e sua importância como contribuição étnica, mesmo que não haja referência explícita a qualquer característica racial dos personagens e protagonistas. (VITAL, 2012, p. 41)

No caso de Pestana, se não há descrição explícita do personagem, há a menção de que ele era – segundo “os ociosos” – filho do padre que o educara, ensinando-lhe latim e música, inculcando-lhe – transmitindo-lhe no sangue, “se é que tinham razão as bocas vadias” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 452) – o gosto pela música, sacra ou profana. Mais à frente, quando Pestana termina uma nova polca, destinada também ao sucesso de público e considerada “linda” pelo

editor, a rapidez e a destreza de sua composição, em contraste com a dificuldade que ele enfrenta para compor uma música erudita (nos moldes europeus que ele cultua), é atribuída ao “sangue da paternidade e da vocação” (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 453) que circulava em Pestana.

Assim, o silêncio sobre a questão racial, no caso de *Um homem célebre*, só pode mesmo ser suposto. Ou, talvez, seja fruto de uma leitura não detalhada do conto, uma leitura que não observa o método machadiano de dizer sem dizer, de colocar na conta dos ociosos e das bocas vadias o fato, depois assumido, de que Pestana é filho ilegítimo do padre que o criou, legando ao protagonista a casa velha em que mora.

Pestana herdou, além da casa e de trastes velhos, o sangue misturado de um pai (de um padre de quem não se sabe a cor da pele) e de uma mãe desconhecida (de quem não se diz nada), cuja mistura se traz o gosto pela música popular, pela polca e pelo maxixe, ainda que o protagonista deseje ser um compositor erudito. As características que o identificam – e o implícito é muito forte... – fazem de Pestana uma espécie de mestiço, racial e culturalmente. Algo que Selma Vital (2012, p. 48) também notou.

José Miguel Wisnik (2004), por seu turno, citando Caio Prado Jr e Gilberto Freyre, lembra que a “figura do padre pai é conhecida na história colonial brasileira”, geralmente resultado do intercurso sexual de eclesiásticos – brancos ou mulatos – com escravas mulatas e negras, sendo que “a função sacerdotal conjugou-se não poucas vezes com a administração de famílias e proles informais, como meio que era de ascensão social e de educação relativamente aprimorada” (p. 48).

Deste modo, os títulos das polcas/maxixes de Pestana ganham importância também na relação que têm com a origem social do protagonista, para além de revelarem – o que não é de pouca monta – “a origem dos ritmos associados à situações cotidianas da gente pobre, escravos ou não, do Rio de Janeiro”, bem como indiciarem “a presença dessas ligações nos círculos socialmente elevados” (VITAL, 2012, p. 47).

Como demonstra Wisnik (2004), citando exemplares reais da época, os títulos das polcas/maxixes tinham um “tom sestroso e inconclusivo, cheio de negação e nuance, em que se compartilha com cumplicidade algo que se diz não dizendo”, com ares de “desenvoltura e intimidade, secretando recados ao léu” (p. 27-28).

Anote-se o fato de que os títulos são muito importantes, ainda, porque, via de regra, as peças dançantes eram instrumentais, sem letra, legando ao título um caráter de síntese de significação. A titulação das polcas/maxixes, “trata-se, pois, de um caldo de cultura que tem, além de seu inequívoco sabor, implicações múltiplas e relações profundas com a cultura urbana que engendrará a moderna música popular brasileira” (WISNIK, 2004, p. 31). Assim,

é no sentido de pensar o maxixe como metáfora da cultura negra, como um elemento do caldo de cultura formado nas bordas de um sistema com pretensões a uma erudição europeia, que se traz a análise dos títulos das polcas de Pestana.

Em *Não bula comigo, nhonhô* (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 451), o título da música de sucesso que abre o conto, vê-se expressa a questão da violência sexual contra as mulheres negras e/ou mulatas. Selma Vital lê este título como a fala de “uma escrava pedindo a seu senhor que a deixe em paz”, sendo “muito provável que seja uma alusão a um avanço sexual” (2012, p. 47). Para Wisnik (2004), o título “indica uma polca-lundu característica, remetendo à sugestão tradicional do assédio sexual de escravas pelos senhores, recorrente em peças musicais do gênero desde o século XVIII” (p. 39).

A opção de título *A lei de 28 de Setembro* (de 1871), sugerida pelo editor para substituir *Pingos de sol*, título poético inicialmente pensado por Pestana (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 453), faz referência à Lei do Ventre Livre. É fácil imaginar o quanto a promulgação da lei mexeu – não na prática, como se sabe, mas no aspecto simbólico – com a vida da população negra, escravizada e alforriada. Como escreve Wisnik (2004), a Lei do Ventre Livre resolve “sem resolver a questão” e cria “um campo prolífico para as manipulações interessadas na continuidade das relações escravistas”, abrindo, concomitantemente, “feridas políticas profundas, redefinindo arenas de conflitos sociais” e legitimando “uma maior intervenção do poder público nas relações entre senhores e escravos”, trazendo para esses últimos “a ponta de um sentimento reivindicatório percebido pelos grandes proprietários como profundamente ameaçador” (p. 55).

A outra opção de título, para a mesma *Pingos de sol*, é *Candongas não fazem festa* (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 453), em que se tem uma palavra de origem quimbundo com múltiplos sentidos. Wisnik (2004) assinala que Machado de Assis aproveita-se, na ficção, de elementos reconhecíveis na circulação popular e real dos maxixes da época. Há uma polca coetânea intitulada *Ai! Candongas* e, no romance *Til* de Alencar, “um escravo canta e dança um ‘samba’, cuja letra diz: ‘Candonga, deixe de partes/É melhor desenganar / Que este negro da carepa / Não há fogo pra queimar’” (p. 54). Com sua “condensação polissêmica exemplar” este título “resume a poética difusa nos títulos das polcas amaxixadas, dizendo o não-dito entre certa transgressão e certa sedução” (WISNIK, 2004, p. 54).

Em *Senhora dona, guarde o seu balaio*, título do editor para a nova polca de Pestana (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 453), há também o tom sestroso e inconclusivo característico do gênero. Selma Vital vê nela uma referência à “prática comum da costura em que sinhás e escravas dividem um espaço de trabalho” (2012, p. 48).

Em *Bravos à eleição direta!*, sugestão do editor para uma polca de encomenda à Pestana (ASSIS, 2015, vol. 2, p. 456), se faz menção à subida dos liberais ao poder, em 1878. O título remete ao ir e vir da política brasileira da época, em que conservadores e liberais se alternam no poder sem maiores diferenciações e resultados para a população, o que é tratado como um chiste de Pestana ao fim do conto.

Em conjunto, como explica Wisnik (2004) os títulos “ressoam difusamente, dentro do tom buliçoso” das polcas/maxixes, “os sinais da crise profunda que se desenha” no Segundo Império, a partir da iniciativa “de formular a lei que daria o passo” de retirar o Brasil da “vanguarda do atraso” do “regime escravista” (p. 54).

Assim, os títulos de Pestana em *Um homem célebre*, dão os “sinais de um clima sestroso de gratuidade e sedução que acompanha o flagrante amaxixamento da polca, pondo-a em contato com o substrato mais arcaico do lundu” (WISNIK, 2004, p. 33). Além disto, mostram aspectos da cultura afro-brasileira da época, das preocupações da população negra e mulata, tais como o assédio dos senhores e a promulgação de uma lei inócua, da forma musical de lidar com os problemas e – de certo modo – de resistir e reexistir no regime escravocrata.

Em *Para além do pensamento abissal*, Boaventura de Sousa Santos postula – para depois projetar a sua superação – o pensamento moderno como um pensamento abissal, isto é, um “sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras” (2007, p. 71). No postulado do autor, as distinções invisíveis se estabelecem com a fixação de linhas radicais que separam a realidade social em dois universos estanques, que geram dois lados da linha.

Nesta divisão, o <outro lado> da linha “desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente”, porque <este lado> “esgota o campo da realidade relevante”, fazendo parecer que “para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (2007, p. 71). Assim, a impossibilidade da presença simultânea dos dois lados da linha é uma característica fundamental do pensamento abissal.

Para Boaventura de Souza Santos, “o conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais cabais do pensamento abissal” (2007, p. 73). Os direitos e conhecimentos de certas populações, comunidades ou grupos, do <outro lado>, são tornados inexistentes, irrelevantes ou ausentes, pois tidos como ilegais perante o monopólio jurídico do Estado e tidos como falsos perante o monopólio da verdade científica. Um estado de coisas que se conhece bem no Brasil contemporâneo.

A linha abissal permite vislumbrar a divisão metrópole/colônia, pois o resumo do argumento de Boaventura de Souza Santos é o de que “a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das linhas que separavam o Velho do Novo Mundo” (2007, p. 77).

Se for possível agregar, como outra manifestação do pensamento abissal, a divisão entre cultura erudita e cultura popular, ligando-as, de certo modo, à metrópole e à colônia, pode-se transpor – sem esperar uma adequação perfeita – a linha abissal para *Um homem célebre* e enxergá-la na divisão entre a música erudita e a polca/maxixe.

Obviamente, Boaventura de Souza Santos está tratando da atualidade e o movimento de traçar a linha abissal no Brasil Imperial, vendo-a na representação literária de uma tensão entre o erudito e o popular, nada mais é do que retroagir no tempo e destacar, talvez, a longa duração da modernidade.

Pode ser algo mais que isso, se for possível observar no conto de Machado a polca/maxixe como uma metáfora da cultura negra. Isso possibilitaria observar em Machado de Assis algo do “cosmopolitismo subalterno” (SANTOS, 2007, p. 83), uma resistência – não à globalização neoliberal, já que isto seria somente devaneio crítico – à linha abissal de seu tempo e de sua cultura.

“A novidade do cosmopolitismo subalterno reside acima de tudo em seu profundo sentido de incompletude, sem contudo ambicionar a completude”, escreve Boaventura de Souza Santos (2007, p. 84). O cosmopolitismo subalterno seria um modo de pensar que ultrapassa uma compreensão ocidentalizada do mundo e que busca agregar o máximo possível de compreensões de mundo não-ocidentais, postulando que “compreensões híbridas — com elementos ocidentais e não-ocidentais — são virtualmente infinitas” (SANTOS, 2007, p. 84).

Note-se que o sentido de incompletude é próprio ao discurso machadiano – ambíguo, enviesado – em que o texto nunca ambiciona a completude. Em *Um homem célebre*, na luta inglória de Pestana para produzir uma obra musical ocidentalizada, que arremete para a produção fácil de polcas/maxixes de amplo sucesso, produz-se uma compreensão não ocidentalizada do mundo, uma compreensão híbrida, com elementos ocidentais da tradição musical europeia e não-ocidentais da música afrobrasileira.

Se, como escreve Boaventura de Souza Santos (2007), “o pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul” (p. 85), é interessante notar *Um homem célebre* em sua dimensão de mescla, de tensão, entre a música erudita e a música popular, entre a polca e o maxixe, entre a cultura europeizada e a cultura afro-brasileira.

Por que Machado de Assis? Por que agora?

Machado de Assis foi quem primeiro percebeu — e muito precocemente, no apagar das luzes do Império — a dimensão abarcante que assumiria a música popular no Brasil como instância a figurar e a exprimir, como nenhuma, a vida brasileira como um todo. Todo necessariamente problemático aos olhos do mais agudo crítico das totalizações que conhecemos; todo não harmonioso mas paradoxal no cerne, remetendo a um mundo de conflitos e imbricações que engata diretamente o substrato cultural mais arcaico do escravismo nas formas mais lépidas da mercantilização moderna. Não obstante, flagrou a potência humana e artística dessa encruzilhada, e disse-o, em interrogação e em *segredo*. O segredo está ligado à capacidade machadiana, tantas vezes reconhecida e estudada, de elaborar construções complexíssimas, e afinal incisivas, sobre a alusão e a referência indireta. (WISNIK, 2004, p. 60-61)

Se a leitura efetuada nesta análise é possível, se esta leitura conseguir ser a visualização de espectros que rondam a nossa contemporaneidade sem ser uma tentativa de restauração de um passado que poderia ter sido, se esta leitura conseguir abrir as expectativas de um novo futuro antirracista e mais igual, esta leitura terá sido uma leitura para além do pensamento abissal e seu intuito terá sido alcançado.

4 O MAIS ENCOLHIDO DOS CARAMUJOS

Machado de Assis dedicou boa parte de sua obra ao objetivo de demolir, com indignação raciocinada e hábil manejo da pena da galhofa, cada estultice das ideologias cientificistas do período e suas derivações racistas. (CHALHOUB, 2018, p. 21)

O intuito deste capítulo é apresentar algumas reflexões críticas que permitam subsumir uma posição discursiva para Machado de Assis em relação às questões raciais – escravidão, racismo, abolicionismo etc. – de seu tempo. Conforme se projetou no capítulo 1 desta tese, a figura do escritor afrodescendente está sendo construída pela recepção crítica contemporânea para o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e é dentro deste paradigma que se reflete sobre a posição discursiva machadiana.

Neste sentido, após refletir sobre o discurso literário, que se dispersa e se materializa na crítica literária, e depois de refletir sobre os discursos que circulam na sociedade, que se dispersam e se materializam em textos variados, inclusive nos literários, agora, trata-se de ver as produções textuais machadianas como um posicionamento discursivo.

Dominique Maingueneau (1998) explica que o termo <posicionamento> na Análise do Discurso é utilizado em dois sentidos, um relativo ao “ato pelo qual uma formação discursiva *posiciona-se* em um campo discursivo, emerge, marcando sua identidade em relação a outras” e outro relativo “a própria formação discursiva, considerada como identidade num interdiscurso” (p. 110). Estes dois sentidos estão interligados, principalmente porque o primado do interdiscurso faz com que “a identidade de uma formação discursiva seja um processo de constante redefinição de suas relações com as outras formações discursivas” (MAINGUENEAU, 1998, p. 110).

Do que ficam dois comentários: o posicionamento discursivo não é estanque, não é rígido, pois está em constante redefinição e depende da compreensão tanto da formação discursiva de que se parte quanto daquelas que a circulam, que a interpelam, que a apoiam, que a contradizem etc.; quando os enunciados mostram uma posição discursiva surge uma identidade, um conjunto de características próprias que permitem o reconhecimento daquela formação discursiva como diferente das outras.

Neste sentido, interessa relembrar que a formação discursiva, conforme explica Cleudemar Alves Fernandes (2008):

refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica. (p. 48-49)

Identificar como uma formação discursiva – identificada a partir dos enunciados de um autor – se posiciona em um campo discursivo é explicitar como funcionou o jogo de relações de poder que a gerou. O trabalho analítico, *lato senso*, é o de compreender como uma dada sociedade, em um período histórico específico, permite que um sujeito discursivo diga determinadas coisas e não outras.

Como escreve Eni Orlandi (2012) “para não se ter apenas uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade – reduzindo o homem ao ser natural – é preciso procurar compreendê-la através de sua historicidade” (p. 50). Por isso é muito difícil tratar do sujeito – bem como da subjetividade ou da identidade – em uma abordagem discursiva, pois o terreno é instável e a ambiguidade se aloja no próprio cerne “da noção de sujeito que, se determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 50).

De todo modo, em uma análise de cunho discursivo, o sujeito – o autor literário – é essencialmente histórico. E porque os enunciados de um sujeito são produzidos “a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico” (BRANDÃO, 1998, p. 49). Os enunciados de um autor são recortes representativos de uma época e de uma sociedade. “Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro” (BRANDÃO, 1998, p. 49).

A compreensão de que aquilo que se subsume da leitura da obra machadiana é um posicionamento discursivo, de que é possível ver Machado de Assis como um sujeito discursivo e como um sujeito ideológico, independe de uma abordagem discursiva, de um trabalho investigativo baseado nas concepções e noções deslocadas da Análise do Discurso e de autores caros a esta área de pesquisa da linguagem. Por exemplo, Mailde Jerônimo Trípoli (2006), citando o trabalho de Heloísa Toller Gomes (1994) e sem usar um referencial teórico da Análise do Discurso, caracteriza “o discurso literário de Machado como do tipo que, sem polemizar sobre as questões escravistas e raciais, traz forte potencial crítico e convida à reflexão” (p. 90). Discurso literário está por posição intelectual, por visão de sociedade ou por conjunto coerente de reflexões sobre a realidade.

O tratamento indireto das questões raciais em Machado de Assis, a posição discursiva adotada pelo autor, também é percebida por Thomas Skidmore (2012). Em sua *Introdução à edição de 1993*, ao tratar da literatura especializada surgida a respeito – e a partir – dos temas tratados em seu livro, Thomas Skidmore (2012) menciona a contínua e destacada atenção sobre Machado de Assis e comenta que ele “não escreveu quase nada, diretamente, a respeito de raça ou identidade nacional” (p. 27).

Entretanto, o trato das questões étnico-raciais na obra machadiana não escapou ao brasilianista, que logo a seguir assevera que “seus romances são uma fonte rica e perene de interpretação sobre a ideia que a elite brasileira fazia do destino histórico de sua sociedade no fim do século XIX e começo do século XX” (SKIDMORE, 2012, p. 27). Embora a posição discursiva de Machado de Assis não apareça só nos romances, pois a posição ideológica de um sujeito não está submetida a um só gênero, ainda que cada gênero materialize os discursos de forma diferente.

O tratamento, mesmo indireto, das questões étnico-raciais é o que permite ver – partindo do paradigma do escritor afrodescendente – a obra machadiana como um retrato da identidade brasileira do século XIX, como faz Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro (2006) em *Machado de Assis: a keen look at nineteenth-century brazilian identity*. O argumento inicial da autora é o de que o autor de *Dom Casmurro* “had a very clear understanding not only of the reality of his own time and country, but also, and primarily, of ‘human nature’⁸” (ANDRADE, 2006, p. 285).

E seria essa clara compreensão da natureza humana que leva Machado de Assis a apreender – a seu modo – as questões étnicas e raciais de sua época, embora elas não fossem nomeadas assim no século XIX. Assim, os textos machadianos “always reveal an author tirelessly eager to understand his time and the country in which he was born and in which he lived⁹” (SALGUEIRO, 2006, p. 287). Um arguto observador de seu tempo e do seu país, cujo esteio é o comportamento humano, o barro comum da humanidade.

A identidade brasileira que resulta de sua obra, com o tratamento indireto das questões étnico-raciais, pode ser pensada à luz do certo <sentimento íntimo> de que fala o próprio Machado de Assis (1873): “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (p. 107).

8 Em tradução livre: o autor de *Dom Casmurro* “tem uma compreensão muito clara não apenas da realidade de seu próprio tempo e país, mas também, e principalmente, da ‘natureza humana’”.

9 Em tradução livre: os textos machadianos “sempre revelam um autor incansavelmente ansioso por compreender o seu tempo e o país onde nasceu e viveu”.

Virado do avesso, o certo <sentimento íntimo> faz ver que um autor é de seu tempo e de seu país mesmo quanto parece não abordar as questões que se espera – em tempos futuros – que ele aborde. Assim, por exemplo, embora não se encontre uma luta explícita contra as injustiças do sistema escravocrata, nos escritos machadianos “we may find vigorous pages about the Brazilian mentality towards slaves at the time and about the not always veiled Brazilian racism¹⁰” (SALGUEIRO, 2006, p. 288). São conhecidos os textos machadianos que demonstram – em diferentes graus e de modos diversos – a mentalidade brasileira da época frente a escravidão e ao racismo: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *O caso da vara*, *Pai contra mãe*, *Sabina*, além de muitas crônicas como as de *Balas de Estalo* e de *Bons Dias!*, já bastante estudadas.

A identidade brasileira do século XIX representada na literatura machadiana – se vista pelo paradigma crítico da figura do escritor afrodescendente – pode ser compreendida como:

The picture of deep, intricate, unspoken, delicate, and always present questions related to ethnicity, which afflicted a society that did not recognize itself as African descendant, foreshadowed facts and readings that would turn up strongly by the end of the twentieth century¹¹. (ANDRADE, 2006, p. 290)

Ao posicionamento discursivo ligam-se as estratégias linguísticas e discursivas. Há modos de se materializar textualmente o discurso, a ideologia, a visão de mundo. O sujeito é essencialmente histórico, mas são diversas as formas dele se ligar à história. Assim como o sujeito é eminentemente linguístico – ou simbólico – mas são múltiplas as formas dele se ligar à linguagem.

Neste sentido, como escreve Sírio Possenti (2009) recuperando uma linha de força da Análise do Discurso, “os sujeitos não são livres”, estão submetidos às regras – às estruturas? – linguísticas, sociais, históricas etc., porém, “se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem. Além disto, não o fazem todos ou sempre da mesma maneira; há craques e pernas-de-pau” (p. 83).

Desta maneira, a análise faz resultar uma estratégia e uma posição discursiva, as quais não podem ser tomadas como únicas, nem indiscutíveis ou absolutas. É preciso sempre considerar que o sujeito é “constituído por diferentes vozes sociais, é marcado por intensa

10 Em tradução livre: nos escritos machadianos “podemos encontrar páginas vigorosas sobre a mentalidade brasileira em relação aos escravos da época e sobre o nem sempre velado racismo brasileiro”.

11 Em tradução livre: “O quadro de questões profundas, intrincadas, não ditas, delicadas e sempre presentes relacionadas à etnicidade, que afligia uma sociedade que não se reconhecia como afrodescendente, prenunciando fatos e leituras que viriam à tona com força no final do século XX”.

heterogeneidade e conflitos, espaços em que o desejo se inter-relaciona constitutivamente com o social e manifesta-se por meio da linguagem” (FERNANDES, 2008, p. 35).

As estratégias discursivas de Machado de Assis já foram estudadas de diferentes perspectivas teóricas, gerando diferentes posicionamentos discursivos para o autor. Talvez o mais famoso – ou o que permanece há mais tempo em tela – é a posição de pessimista ou niilista, às vezes matizada por outros adjetivos. Essa interpretação pode ser encontrada na bibliografia especializada, em manuais didáticos e em sítios de divulgação na *internet*.

No *Dicionário de literatura brasileira* de Paul Teyssier, um instrumento de consulta, o longo verbete sobre Machado, assinado por José Aderaldo Castello (2003) termina estabelecendo que “seu humor e seu pessimismo são contrabalançados por uma benevolência que confia na liberdade humana” (p. 83). Mesmo os modernistas como Manuel Bandeira e Mário de Andrade o tinham como pessimista irônico, como tratado de passagem no capítulo 1 desta tese, em que também se tratou do “pirronismo niilista” que estaria na raiz do pensamento de Machado de Assis, conforme Augusto Meyer (2009, p. 163). Em outra chave interpretativa, Vitor Cei (2018) denomina de “pessimismo galhofeiro” a apropriação machadiana, em *A mão e a luva*, “do pessimismo schopenhaueriano para fazer galhofa do suicídio romântico como tentativa de fugir da dor da vida” (p. 83).

Com a brevidade que o gênero manual de literatura necessita, Alfredo Bosi (2022) descarta o famigerado pessimismo machadiano como algo sistemático de sua produção textual e assevera que “melhor seria ver como suma da filosofia machadiana um sentido agudo do relativo: nada valendo como absoluto, nada merecendo o empenho do ódio ou do amor. Para a antimetáfísica do ceticismo, a moral da indiferença” (p. 193). No lugar do pessimismo, uma estratégia de relativização indiferente.

Machado de Assis também já ocupou a posição de conformista, embora insolente. Ao iniciar a análise de *A mão e a luva*, Roberto Schwarz (2012) estipula que o plano de enredo do romance é “um passatempo ligeiro e indulgente”, no sentido de indulgência familiar, de acordo com o paternalismo da sociedade de favor do Brasil oitocentista, porém, há no livro um “trabalho analítico” que “foge ao comum”, o qual busca “formular e poetizar – aí a surpresa – o interesse bem compreendido das partes, em questões de cooptação, no que procede com reflexão e audácia” (p. 95).

A mão e a luva, nesta interpretação, traz à tona uma perspectiva quase pragmática ou, pelo menos, distante das ilusões mais ingênuas, que perpassará as atitudes e falas das personagens, mormente Guiomar. Assim, Schwarz (2012) capta nesta obra “uma espécie de

conformismo insolente, expedito, antepassado da modernização reacionária de nossos dias, em que inteligência, vitalidade e antipatia se dão as mãos” (p. 95).

Para Sidney Chalhoub (2006), John Gledson “acompanha a visão de Roberto Schwarz de que os textos de Machado anteriores aos anos 1880 seriam ‘conformistas’, empenhados apenas em ‘retratar uma sociedade baseada na escravidão e no privilégio’ em termos ‘diretos’, sem intenção de intervir” (p. 111). Nesta interpretação, os primeiros textos machadianos focavam os casamentos como possibilidade de ascensão social, a partir da ideologia do favor, buscando amenizá-la para o público leitor. Visão esta que o próprio Chalhoub não partilha, pois a vê como insuficiente e equivocada.

Pessimista, relativista, conformista, encaramujado. Eduardo de Assis Duarte (2020, p. 233) metaforiza Machado de Assis em caramujo, comparando-o ao também metaforizado carcará Luiz Gama, vendo-os como diferentes vozes negras – diferentes estratégias discursivas – na luta antiescravista. A metáfora é construída por Duarte (2020) a partir de uma crônica do próprio Bruxo do Cosme Velho, saída na *Gazeta de Notícias*, em 14 de maio de 1893, na série *A Semana*.

Nesta crônica, Machado de Assis (2015, vol. 4) trata do quinto aniversário do Treze de Maio, que cai em um dia no qual “não havia esperança de sol; e eu perguntei a mim mesmo se o não teríamos nesse grande aniversário”, pois “o sol é, na verdade, o sócio natural das alegrias públicas” (p. 918). Passados cinco anos da abolição da escravatura, se não há sol, também não há alegria pública. O não-dito é recuperável: o fim do processo abolicionista não trouxe uma melhora substancial para a população de libertos.

No parágrafo seguinte, o texto recua para a data histórica:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstimo, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 918)

Eis o trecho que permitiu a metaforização: Machado de Assis se autointitula o “mais encolhido dos caramujos”. Um encaramujado Machado que cedeu a um verdadeiro delírio público, que cedeu a uma verdadeira alegria popular, coisa rara, única. Delírio, alegria, data histórica que passaram. Na data do quinto aniversário, em meio às comemorações de praxe na imprensa e a celebração póstuma de Rio Branco, há “uma tristeza indefinível. A ausência do sol coincidia com a do povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual?” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 918).

A crônica torna-se digressiva. Traz a imagem melancólica de uma coroa de louros e amores-perfeitos sendo levada por uma pequena comissão ao túmulo de Rio Branco, na construção textual da crônica o primeiro a disparar contra a escravidão em 1871. Nada de público e de populares. Depois lamenta que não tenhamos um *Primrose day*, um dia de homenagens inglesas – e populares – à memória de Disraeli, feitas com grinaldas de primaveras. Enfim, o texto lembra que também a proclamação da independência brasileira foi caindo no esquecimento do público e virou uma data protocolar.

A digressão termina, pois o sol enfim aparece: “Todas essas minhas ideias melancólicas bateram asas à entrada do sol, que afinal rompeu as nuvens” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 919). As flores do jardim, antes “transidas de frio e pingando” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 917) por conta da chuva que atravessou a noite inteira e atingiu o dia comemorativo, agora estão “enxutas e lépidas” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 919). A esperança volta por um átimo: as flores são a esperança de uma melhora no debate público brasileiro, lembradas como insígnias da elegância política inglesa por sua presença na sobrecasaca de Gladstone. Porém, esta é só uma imagem e talvez os brasileiros sejam mesmo um povo triste.

No último parágrafo da crônica, a voz do caramujo e a estratégia discursiva se fazem presentes, negando-se a tristeza do povo brasileiro, diminuindo-se o homem – com o uso da ironia – para aumentar a responsabilidade do processo histórico:

Não, não. O triste sou eu. Provavelmente má digestão. Comi favas, e as favas não se dão comigo. Comerei rosas ou primaveras, e pedir-vos-ei uma estátua e uma festa que dure, pelo menos, dois aniversários. Já é demais para um homem modesto. (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 919)

O Machado caramujo, na argumentação de Eduardo de Assis Duarte (2020), “se abriga em disfarces de toda ordem – na imprensa, escondendo-se por trás de mais de vinte pseudônimos, na ficção fazendo da ironia o princípio construtivo de seus textos”, embora não fuja “ao debate maior de seu tempo” (p. 233), acerca da escravidão, ele o faz enviesadamente, simulando não querer participar de controvérsias.

Desta maneira, o <caramujo> metaforiza uma poética da dissimulação, uma estratégia discursiva, como percebeu Terezinha Zimbrão da Silva (2014), a qual oblitera a interpretação de muitos críticos e analistas que entendem ter sido Machado de Assis um absenteísta nas questões relativas à abolição e à vida da população negra escravizada.

Absenteísmo que não se sustenta quando se pesquisa a obra machadiana, como se pretendeu nesta tese. Mailde Jerônimo Trípoli (2006) examina a representação da escravidão nos textos machadianos e demonstra, meticulosamente, a presença do assunto – mesmo

quando ele não é abertamente tratado – e a importância da construção de personagens negras não estereotipadas. Ela escreve que “a escravidão está em muitas das obras de Machado, não como moldura ou pano de fundo, no desenrolar da narrativa, mas como elemento com o qual ela interage” (TRÍPOLI, 2006, p. 130).

Assim, a questão das personagens negras em Machado de Assis é também reveladora de seu posicionamento e de suas estratégias discursivas. Para além das análises efetuadas no capítulo 3 desta tese, é possível retomar alguns casos para ilustrar este ponto. Como nota Mailde Jerônimo Trípoli (2006), “o escravo – negro e mulato – está presente nos romances, contos e crônicas de Machado, tão verossimilhante quanto na sociedade escravista da época, em seu papel de servir aos senhores, conforme vontade e determinação destes, com algumas exceções significativas” (p. 90-91). As exceções significativas mostram bem a posição machadiana quanto ao tema: o Julião de *Virginius*, o Raimundo de *Iaiá Garcia*, talvez o Prudêncio de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Entretanto, mesmo quando as personagens negras machadianas não são dadas a ver em alguma excepcionalidade, o trato da questão da escravidão – e por tabela de outras questões vinculadas, tal como o racismo – está presente em já-ditos, em pré-construídos. Conforme explica Dominique Maingueneau (1998), o pré-construído é uma das duas dimensões do discurso, “aquilo sobre o que ele se apoia, que ele apresenta como natural, como subtraído à asserção do enunciador” (p. 114). A segunda dimensão é o construído, aquilo que o discurso “pretende trazer, o que ele *constrói* a partir daí” (MAINGUENEAU, 1998, p. 114. Grifo do original). Os enunciados, desta forma, aparecem como simplesmente descritivos, parecem veicular aquilo que é natural, aquilo que é normal ou mesmo aquilo que é verdade.

“De maneira mais vaga, o termo *pré-construído* emprega-se para designar qualquer conteúdo admitido numa coletividade” (MAINGUENEAU, 1998, p. 115. Grifo do original). Neste emprego mais vago, a noção de pré-construído auxilia a refletir sobre os preconceitos e os estereótipos, enunciados tidos como descritivos, naturais, normais ou verdadeiros. Desta maneira, pode-se pensar que, mesmo não sendo excepcionais, a presença de personagens negras traz consigo os já-ditos e os pré-construídos que circulam em determinada época e em determinada sociedade.

Em *Ressurreição*, romance de 1872, como mostra Mailde Jerônimo Trípoli (2006), os escravos aparecem de passagem na trama: “um moleque que entrega um recado a Félix”; “o escravo de nome João, na casa de Lívia”; “a mucama Clara”; um escravo que, preocupado com Félix, “pergunta-lhe o que sente, sem obter resposta” (p. 91). Personagens que se apresentam sem maiores caracterizações, sem densidade narrativa, mas verossímeis na

realidade de seu tempo. Machado de Assis opera com o pré-construído do escravo como serviçal, marca “apenas a presença” dos negros escravizados, mas mostra “seres ignorados, cujo movimento só era vislumbrado quando deles se necessitava” (TRÍPOLI, 2006, p. 91).

O pré-construído pode levar ao não-dito, isto é, pode levar a perceber aquilo que está à margem do que foi dito, enunciado. Os enunciados naturalizadores ou normalizadores trazem – como seu avesso – aquilo que foi esquecido, aquilo que foi silenciado. Mailde Jerônimo Trípoli (2006) avalia a presença de personagens escravizados em *A mão e a luva* e assevera que nesse romance machadiano, de 1874, “não há uma única referência à escravo. Nenhuma presença, alusão, nada. Nem o moleque levando recados, nem a mucama, nenhum escravo” (p. 93). No mundo fechado do patriarcalismo da sociedade oitocentista brasileira representado em *A mão e a luva*, com todos os seus pré-construídos – morais, civilizatórios, econômicos e românticos – a escravidão é um não-dito.

As questões raciais de seu tempo – a escravidão, as leis de emancipação, o abolicionismo etc. – não estão na obra machadiana como cor local, como elemento de certa identidade nacional, como mecanismo estético. As questões raciais estão no texto machadiano como um certo sentimento íntimo, um sentimento de pertencimento que se desdobra em reflexão e crítica, que se materializa como posição discursiva – oblíqua, enviesada, dissimulada, encaramujada, mulata – que permite identificar um posicionamento ideológico para Machado de Assis.

Tomando-se o abolicionismo como exemplo e repisando algo do capítulo 2 desta tese, talvez se observe melhor a posição discursiva de Machado de Assis, ou seja, a partir de sua não adesão aberta e integral ao abolicionismo coetâneo. Sabe-se que ele “foi tocado pela onda de agitação popular” (PINTO, 2018, p. 260) após o Treze de Maio e que participou da missa campal realizada em 17 de maio de 1888. Porém, os textos machadianos estão repletos de reflexão crítica – e algum ceticismo – sobre os encaminhamentos do pós-abolição para a população de libertos e de negros em geral.

A crônica de 19 de maio de 1888 da série *Bons Dias!* – brevemente avaliada no capítulo 2 – que narra a alforria de Pancrácio, escravo liberto que continuou a servir ao senhor narrador e que continuou a apanhar dele, é vista por Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) como uma maneira de Machado de Assis chamar “a atenção para uma das artimanhas promovidas para retirar força ao ato do governo imperial, mesmo que um retorno ao escravismo propriamente dito nem estivesse em questão” (PINTO, 2018, p. 261-262).

Outra crônica mordaz, que mostra o posicionamento ideológico de Machado de Assis é a de 26 de junho de 1888, também da série *Bons Dias!*. Apoiado na trama de *Almas mortas*

de Gógol, o narrador expõe sua estratégia de comprar libertos – na verdade, “comprar a preço módico escrituras de venda de escravos com data anterior a 13 de maio” (PINTO, 2018, p. 264) – e esperar a indenização do governo. Um plano fino como o de Tchitchikof, a personagem espertalhona de Gógol, mas “muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita: há de todo preço, desde meia pataca” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 767). Honestidade típica dos senhores de seu tempo: uma honestidade de meia pataca.

Conforme avalia Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), “o golpe ficcional esbanjava em verossimilhança, e ninguém podia alegar que os espertos formados pela escravidão não tinham arte para pôr um plano assim em prática” (p. 264). A crônica avança e a voz crítica se avoluma, refletindo sobre o negócio planejado:

Eu até desconfio que há já quem faça isso mesmo, com a diferença de ficar com os libertos. Sabem que, no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeitos cozinheiros, ótimos copeiros etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos. (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 768)

Além da desconfiança de que o bom negócio já seja de conhecimento de outros honestos empreendedores pós-abolição, o trecho traz descrita a reificação a que estavam submetidos os escravos quando anunciados nas folhas como se fossem produtos, como se fossem objetos de comércio. Situação que não findou totalmente com a emancipação de 13 de maio, com os libertos tornando-se agregados por força da necessidade de subsistência e continuando a servir seus antigos senhores. “Um dos tristes frutos da liberdade”, se o oferecimento em aluguel de “uma insigne engomadeira” lido “ontem em um anúncio” pelo cronista for “falta de modéstia” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 768). Ironia que alveja o cotidiano conformado de fins da década de 1880.

A visão crítica sobre a situação da população negra andou *pari passu* à visão crítica sobre o progresso civilizatório da capital federal do Brasil republicano na crônica de 16 de outubro de 1892, saída na série *A Semana da Gazeta de Notícias*. O texto é bastante conhecido: a inauguração dos bondes elétricos dá ensejo ao cronista de revelar uma conversa entre dois burros, animais de tração dos bondes existentes, que debatem sobre a novidade e imaginam o que lhes reservará o destino. O burro otimista, o da esquerda, pensa que os bondes elétricos trarão a liberdade para a sua espécie, já que eles não terão mais a função de puxar os bondes. O burro inteligente, o da direita, mostra-se descrente e argumenta que a história de espécie mostra que eles sempre sofreram com a violência e o arbítrio, sendo a

chegada do bonde elétrico apenas uma mudança de senhor, pois eles passariam à carroça, depois às ruas e enfim à morte e à liberdade de apodrecer.

O burro da esquerda chama o outro de “lúgubre”, dizendo que ele não conhece “a língua da esperança”, ao que o burro da direita responde, admitindo a sua soturnez, que “a esperança é própria das espécies fracas, como o homem e o gafanhoto”, sendo a raça dos burros “essencialmente filosófica” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 866).

Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) lembra que “a figura do burro teria outras participações honrosas nas crônicas machadianas” e sugere o uso deste animal como uma alegoria para “registrar percepções acerca dos infortúnios vivenciados por negros em seus conflitos com os organismos e instrumentos institucionais pré- e pós- abolição” (p. 343).

Por alegoria, então, a crônica machadiana põe em questão a própria esperança que a população escravizada teve na abolição da escravatura, bem como a expectativa de que as coisas ainda poderiam melhorar para os libertos. A crônica termina com os burros tomando uma rija lambada do cocheiro, por darem trela ao cronista que, sabendo a língua dos burros, murmura algo secretamente para os dois. A última frase, que retroage sobre a compreensão de toda a crônica, é: “Onde está a justiça do mundo?” (ASSIS, 2015, vol. 4, p. 866).

Encaramujado, oblíquo, enviesado, dissimulado. Posicionamento e estratégia. Talvez se pudesse afirmar que Machado de Assis escreveu com essa dissimulação que é um dever, quando a sinceridade é um perigo.

Neste sentido, pode-se notar que Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) mostra uma série de ataques à Machado de Assis, de variados matizes e de diferentes forças: o artigo de Luís Murat publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras* (p. 163-165); a carta de Hemetério dos Santos publicada no *Almanaque Brasileiro Garnier* (p. 165-167) e a extensa polêmica com Sílvio Romero (167-169). Estes dois últimos, censores raciais de Machado. A autora lembra também a polêmica entre Veríssimo e Nabuco gerada pelo termo <mulato>, usado pelo primeiro no obituário que escreveu para Machado e rechaçado pelo segundo (PINTO, 2018, p. 171).

No trabalho machadiano de crítica literária também se pode ver as suas estratégias e o seu posicionamento. Na resenha crítica que saiu no *Diário do Rio de Janeiro*, em 29 de março de 1860, sobre *Mãe*, peça de José de Alencar do mesmo ano, Machado de Assis (2015) escreve que “esse drama, essencialmente nosso, podia, se outro fosse o entusiasmo de nossa terra, ter a mesma nomeada que o romance de Harriette Stowe – fundado no mesmo teatro da escravidão” (p. 1022). A menção a uma autora abolicionista estadunidense e ao romance *A cabana de Pai Tomás* – considerados em seu valor na época – trazem peso ao trecho,

retomam uma memória discursiva, o interdiscurso. E faz emergir uma posição discursiva para o autor da resenha crítica.

Para que as palavras “tenham sentido é preciso que já tenham sentido”, explica Eni Orlandi (2008), ainda que depois os sentidos mudem – contradigam, apoiem, polemizem, confirmem etc. – por efeito da “relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (p. 59). Ao mencionar Harriette Stowe e – implicitamente – o romance *A cabana de Pai Tomás*, Machado de Assis aciona um interdiscurso, tomado como “o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer” (ORLANDI, 2008, p. 59), e aciona a memória discursiva sobre a escravidão.

Regina Zilberman (2021, p. 251) avalia que na visão machadiana – expressa nos seus textos críticos sobre o drama *Mãe* – a peça de José de Alencar, pela forte impressão que deixa nos espectadores, é mais eficiente do que os textos e os discursos legislativos para inspirar o horror à instituição do cativeiro no povo brasileiro. A arte teria maior influência nas questões raciais do que as materializações legislativas das pretensões abolicionistas.

A avaliação positiva de Machado de Assis (1875) sobre a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, de Castro Alves, expressa na carta à José de Alencar e incluída na edição em livro da peça, também diz muito sobre a sua posição frente a questão da abolição e da escravidão. Como nota Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), “Machado destaca o bom resultado alcançado na inserção da figura de um homem escravizado na trama” (p. 161), ressaltando que, “antes de escravo, o preto Luís era um ser humano pleno!”, o que faria da crítica machadiana um excelente “defesa para a grandeza do sujeito” (p. 162).

Na carta machadiana, após uma avaliação estética e estilística da peça de Castro Alves, se lê o trecho sobre a personagem Luiz:

Eu não podia, por exemplo, deixar de mencionar aqui a figura do preto Luiz. Em uma conspiração para a liberdade, era justo aventar a idéa (sic) da abolição: Luiz representa o elemento escravo. Comtudo o Sr. Castro Alves não lhe deu exclusivamente a paixão da liberdade. Achou mais dramático pôr naquelle oração (sic) os desesperos do amor paterno. Quiz tornar mais odiosa a situação do escravo pela luta entre a natureza e o facto social, entre a lei e o coração. Luiz espera da revolução, antes da liberdade, a restituição da filha; é a primeira affirmação da personalidade humana; o cidadão virá depois. Por isso, quando no terceiro acto, Luiz encontra a filha já cadáver, e prorompe (sic) em exclamações e soluços, o coração chora com elle, e a memória, se a memória pode dominar taes commoções, nos traz aos olhos a bella scena do rei Lear carregando nos braços Cordelia morta. Quem os compara não vê nem o rei nem o escravo; vê o homem. (ASSIS, 1875, p. XVIII-XIX)

No trecho, Machado de Assis compreende o anacronismo da peça – que possui um discurso abolicionista em meio ao discurso revolucionário da Inconfidência Mineira, o que

fere os fatos e o conhecimento histórico – como uma justa subordinação ao desígnio de liberdade para os escravizados. Além disto, compreende o personagem Luiz para além de sua condição de escravo, humanizando-o pela comparação com o rei Lear.

Encaramujado, dissimulado, desconfiado, indignado. Machado de Assis utilizava a estratégia de dizer sem dizer, de permitir que os sentidos flutuassem nas entrelinhas, usava a ironia, a alegoria, a metáfora. Machado de Assis operava os já-ditos, os pré-construídos e também os não-ditos, abrindo entradas para a memória discursiva e o interdiscurso que julgava necessários ao leitor. Demolindo sempre, com a pena da galhofa e com raciocinada indignação, as estultices – escravistas, escravocratas, patriarcais, burguesas, nacionalistas, racistas – de seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 2012, p. 56)

O trabalho de pesquisa e a escrita de uma tese também tem as suas condições de produção. O pesquisador também é segundo em relação à sociedade, à história, à cultura e à linguagem. Aquele que escreve sobre um tema de pesquisa também é um sujeito discursivo e tem uma posição discursiva. Isto significa que um texto, mesmo o acadêmico com as suas pretensões objetivas e científicas, nunca está realmente fechado.

Ao apresentar a proposta de uma abordagem dialógica – de viés bakhtiniano e discursivo – do texto de pesquisa em Ciências Humanas, Marília Amorim (2004) explica que o fulcro desta abordagem é a “ideia segundo a qual o conhecimento é uma questão de *voz*. O objeto que está sendo tratado num texto de pesquisa é ao mesmo tempo *objeto já falado*, *objeto a ser falado* e *objeto falante*” (p. 19. Grifos do original). Imerso nesta densa polifonia, o pesquisador das áreas de Humanas tenta transmiti-la, concomitantemente a sua participação nela. Atravessa e é atravessado pelas múltiplas vozes existentes sobre aquilo que pesquisa.

Entretanto, “o conhecimento que se produz” no texto científico “é também uma questão de *silêncio*. *Voz* silenciada ou ausência de *voz*, a alteridade se marcará muitas vezes desse outro modo” (AMORIM, 2004, p. 19. Grifos do original). A alteridade é constitutiva de todo texto, o outro – da linguagem e da história – está sempre presente, em vozes ou em silêncios. Trata-se sempre, mesmo na escrita acadêmica, de lidar com a produção de sentidos e “a construção de sentido de todo discurso é, por definição, inacabável” (AMORIM, 2004, p. 19). O texto é dialógico, aberto aos sentidos do interlocutor, do leitor, do tempo etc.

As múltiplas vozes que foram citadas e estão nas referências desta tese demonstram algo da caudalosa polifonia de que este texto emergiu. É possível traçar alguns dos silenciamentos que estão presentes. Primeiramente, alguns teóricos fundamentais para o arcabouço da abordagem discursiva construída neste trabalho e pouco – ou nunca – citados: Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux, Michel Foucault, Marc Bloch, Carlo Ginzburg, Roy Wagner, Terry Eagleton, Stuart Hall.

Depois, outros pensadores – da negritude e de Machado de Assis – com os quais o texto se encontrará e cujas vozes não puderam ser ouvidas na polifonia de agora: Roger Bastide, Florestan Fernandes, Diva Barbaro Damato, Cida Bento, Kabengele Munanga, Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, Silviano Santiago, Abel Barros Baptista.

A falta de tantas vozes sugere, para além da incompletude constitutiva de qualquer texto, os caminhos a serem perseguidos em novas pesquisas que concebiam estudos discursivos para a obra machadiana. Como pensar o pertencimento étnico de Machado de Assis, dentro do paradigma do escritor afrodescendente, respeitando as condições de produção de sua obra e levando em conta a noção de identidade na análise do discurso?

Por exemplo, nos termos de Stuart Hall (2015), é preciso pensar a identidade negra de Machado de Assis, respeitando-se a historicidade, a partir de qual concepção de identidade: A do sujeito do iluminismo? A do sujeito sociológico? A do sujeito pós-moderno?

Discursivamente tratando do pertencimento étnico, é preciso ter em mente que a identidade, para a análise do discurso, é “plural, fragmentada e marcada por mutabilidade” e “íntegra, ao mesmo tempo em que decorre” das “relações discursivas; logo, trata-se de uma identidade de natureza discursiva, não fixa” (FERNANDES, 2008, p. 35). O que significa o pertencimento dentro deste quadro?

A súmula bakhtiniana de que os gêneros do discurso são relativamente estáveis, de que estão ligados aos campos de atua o humana e de que são compostos de tema, composi o e estilo, pode auxiliar a refletir sobre a incursão de Machado de Assis por tantos gêneros literários. O discurso se dispersa e se materializa em diferentes tipos de textos, mas não de modo uniforme. Para pensar um exemplo,   possível recuperar, no trabalho de Ana Flávia Cernic Ramos (2016), o relato sobre o estatuto da crônica na obra machadiana, em que “a cria o de narradores ficcionais para estes pequenos textos produzidos para o jornal acabou se transformando num elemento central de toda a pol mica” (p. 29). O que no gênero crônica impediria a existência de um narrador? Este impedimento seria da ordem do tema, da composi o ou do estilo? A introdu o de um narrador não seria parte da instabilidade relativa de qualquer gênero?

Se os gêneros discursivos secundários, como postula Bakhtin (2016), “surgem nas condi es de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” e “no processo de sua forma o eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condi es de comunica o discursiva imediata” (p. 15), seria possível ver a questão como algo da incorpora o da conversa e da anedota cotidiana, gêneros primários, pela crônica jornalística, gênero secundário?

Ainda uma última série de questões: seria possível relacionar melhor as funções-autor – as figuras machadianas – constituídas a partir da recepção crítica com as leituras que se fazem do posicionamento discursivo de Machado de Assis? Ou seja, dentro do escopo da obra machadiana e levando em conta a sua fortuna crítica, como relacionar a função-autor e o posicionamento discursivo?

Como escreve Ivanete Bernardino Soares (2020), discutindo princípios e parâmetros para a abordagem discursiva da literatura, ela “também é, sem necessidade de ineditismos teóricos, um tipo de crítica literária, pensada como uma prática de interpretação, neste caso, alicerçada, majoritariamente, nos princípios enunciativos e discursivos da linguagem humana” (p. 105). Restando à análise do discurso literário a meta de “ampliar os sentidos de seu objeto de análise: a obra literária e a vida que circula em suas linhas” (SOARES, 2020, p. 105).

Enfim, assim como o discurso – os enunciados de uma formação discursiva, o sujeito discursivo, o posicionamento discursivo – não deve ser tomado como um aerólito miraculoso, o trabalho de descrição, análise e interpretação da obra machadiana, em uma abordagem discursiva, deve sempre procurar entender as redes sociais e os trajetos sociais em que ela irrompeu. Deve-se procurar mostrar como sua existência desestruturou e reestruturou estes trajetos e essas redes. Deve-se buscar entender como a sua materialidade é, ao mesmo tempo, decorrência dessas filiações sócio-históricas e um modo de se deslocar pela sociedade e pela história. Afinal, como é a proposta desta tese, trata-se de pensar os textos de Machado de Assis na tensão entre a estrutura e o acontecimento.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo, SP: Musa, 2004.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.
- ANDRADE, Oswald de. O esforço intelectual do Brasil contemporâneo. *Revista do Brasil*, n. 96, dez. 1923, p. 383-389. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26321>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. 12 ed. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.
- ASSIS, Machado. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. *O Novo Mundo*, New York, v. 3, n. 30, 24 mar. 1873. Versão da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- ASSIS, Machado de. Carta do Illm. Sr. Machado de Assis, em resposta, ao Exm. Sr. Conselheiro José de Alencar. In: ALVES, Castro. *Gonzaga ou a Revolução de Minas: Drama histórico brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria do Editor A. A. da Cruz Coutinho, 1875.
- ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889*. Coordenação e orientação: Sérgio Paulo Rouanet; Reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*, volume 1. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*, volume 2. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*, volume 4. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.
- BALDWIN, James. The Uses of The Blues. In: KENAN, Randall (ed.). *The Cross of Redemption: Uncollected Writings*. New York: Pantheon, 2010 [1964]. p. 57-66.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. 1 ed. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo, SP: Editora 34, 2016.
- BARBIERI, Ivo. “O lapso” ou uma psicoterapia do humor. In: JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Top Books; Academia Brasileira de Letras, 2008. p. 335-347.
- BERGAMINI JÚNIOR, Atílio. *Criação literária no outono do escravismo. Machado de Assis*. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BERNARDO, Gustavo. *O problema do realismo em Machado de Assis*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOILEAU-DESPRÉAUX, Nicolas. *A arte poética*. Tradução de Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOSI, Alfredo. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, 2014.

BOSI, Alfredo. O duplo espelho em um conto de Machado de Assis. In: BOSI, A. *Três Leituras: Machado, Drummond, Carpeaux*. São Paulo: Editora 34, 2017.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 54 ed. São Paulo: Cultrix, 2022.

BRANDÃO, Helena H. Naganime. *Introdução à Análise do Discurso*. 7 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado aberto, 1983.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997. 2 v.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. Volume 1: Das origens ao realismo. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CASTELLO, José Aderaldo. Machado de Assis (verbetes). In: TEYSSER, Paul. *Dicionário de literatura brasileira*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CASTRO, Valdiney Valente Lobato de. De 1859 a 1869: Machado de Assis nas folhas públicas oitocentistas. In: SARAIVA, Juracy Assman; ZILBERMAN, Regina (org.). *Machado de Assis: intérprete da sociedade brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CEI, Vitor. A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em A mão e a luva, de Machado de Assis. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 109-115, jul./dez. 2006.

CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmara Curcino e Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2012. v. 1.

COSWOSK, Jânderson Albino; SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. Espectros de Baldwin. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 31-46, 2018.

DE VINSAUF, Geoffroi. *Poetria nova*. Tradução de Manuel dos Santos Rodrigues. Lisboa: INIC, CEC, Universidade de Lisboa, 1990.

DUARTE, Eduardo de Assis. Memórias póstumas da escravidão. *O eixo e a roda*, v. 16, p. 75-81, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. *Navegações*, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afrodescendente: antologia e crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

DURÃO, Fabio Akceruld. *O que é crítica literária?* São Paulo: Nankin Editorial; Parábola Editorial, 2016.

DURÃO, Fabio Akceruld. *Metodologia de pesquisa em literatura*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2020.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 22 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos, vol. III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manuel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

- FREIRE, Francisco José. (Cândido Lusitano). *Arte poética: ou regras da verdadeira poesia em geral e de todas as suas espécies principais, tratadas com juízo crítico*. 2. ed. Lisboa: Ofic[ina] Patriarcal de Francisc[o] Luís Ameno, 1759.
- GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.
- GLEDSOON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2 ed. rev. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GOMES, Heloísa Toller. *Marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; ADUERJ, 1994.
- GOSKES, Juliana. "História de Quinze Dias": Machado de Assis em uma revista científico-literária. *Machado de Assis em linha*, ano 1, n. 2, dez. 2008.
- GRANJA, Lúcia. Do periódico ao livro: (des)limites da ficção de Machado de Assis. In: WERKEMA, Andréa Sirihal; ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Atualidade de Machado de Assis: leituras críticas*. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2021.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2015.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 21. ed. Prefácio de Isidoro Blikstein. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 118-162.
- LAJOLO, Marisa. Literatura não tem cor: estudo revela “embranquecimento” de Machado de Assis. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 137, p. 94, jul. 2007.
- LUZ, Eduardo. *Helena: proposta para um modelo machadiano de leitura*. In: WERKEMA, Andréa Sirihal; ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Atualidade de Machado de Assis: leituras críticas*. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2021.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Edson Ferreira. Machado de Assis, leitor de Homero. *Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 227–244, 2020.

MATOS, Miguel. *Código de Machado de Assis: migalhas jurídicas*. São Paulo: Migalhas, 2021.

MEYER, A. *Ensaios escolhidos*. Seleção e prefácio de Alberto da Costa e Silva. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes; FERNANDES, Juliana Aparecida. Contos da escravidão: as personagens femininas em Machado de Assis. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 1, p. 23-42, jan./jun. 2018.

MOCO, Anderson. Machado de Assis, um clássico para todos. *Nova Escola* (online). 31/02/2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2610/machado-de-assis-um-classico-para-todos>. Acesso em: 21 fev. 2023.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. *Por uma compreensão jurídica de Machado de Assis*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Fundação Boiteux, 2011.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PETRAGLIA, Benito. Resenha de GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Machado de Assis, o escritor que nos lê. *Remate de Males*, Campinas, SP, v.38, n.2, p. 1107-1116, jul./dez. 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PIRES, André Monteiro Guimarães Dias; OLIVEIRA, Raquel Peralva Martins de. Machado de Assis: a realidade e o Realismo. *CES Revista*, Juiz de Fora, MG, v. 24, 2010.

PLATÃO. *A república* ou Sobre a justiça: gênero político. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Coordenação de Benedito Nunes. Belém: Ed. Universitária da UFPA, 2000.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RAVOUX-RALLO, Élisabeth. *Métodos de crítica literária*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005. [Leitura e Crítica]

ROCHA, João Cezar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert C. Editores, 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4476>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ROMERO, Sílvio. *História da litteratura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier Editor, 1902. 2 t. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6569>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Ferreira de Andrade. Machado de Assis: a keen look at nineteenth-century brazilian identity. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *The authour as plagiarist – the case of Machado de Assis*. Dartmouth: Centre for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth, 2006.

SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. A viravolta machadiana: velho problema, nova questão. Resenha de *Machado de Assis – por uma poética da emulação*, de João Cezar de Castro Rocha. *Machado de Assis em linha*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 167-174, dez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SCHUBSKY, Cássio; MATOS, Miguel. *Doutor Machado*. O Direito na Vida e na Obra de Machado de Assis. São Paulo: Lettera.doc; Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2008.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto, *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. A ficção capciosa e a história traída. In: GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. rev. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

SILVA, Otoniel Machado da. *Retórica, roda de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas*. Dissertação (Mestrado) – CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Terezinha Vânia Zimbrão da. Machado de Assis e o mulato de “alma grega”. *Machado de Assis em linha*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 229-239, 2014.

- SILVA, Renata Lopes da; RICIÉRI, Francine Fernandes Weiss. Machado de Assis e a escravidão: marcas do cativo nos contos “o caso da vara” e “pai contra mãe”. *Machado de Assis em linha*, São Paulo, v. 14, p. 1-14, e245295, 2021.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, Ivanete Bernardino. O (in)específico na análise do discurso literário. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 86–106, 2020.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.
- TAINÉ, Hippolyte Adolphe. *Histoire de la littérature anglaise*. 7. ed. Paris: Hachette, 1891. 5 v.
- TEIXEIRA, Ivan. O formalismo russo. Fortuna crítica. *Revista Cult*. São Paulo: Lemos. Editorial, ago., 1998, p. 36-39.
- TODOROV, Tzvetan (org.). *Teoria da literatura: textos dos formalistas russos*. 1. ed. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- VIANNA, Glória. Revendo a biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, Topbooks, 2008.
- VITAL, Selma. *Quase brancos, quase pretos: representação étnico-racial no conto machadiano*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.
- WERKEMA, Andréa Sirihal; ROCHA, João Cezar de Castro. Apresentação. In: WERKEMA, Andréa Dirihal; ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Atualidade de Machado de Assis: leituras críticas*. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2021.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WISNIK, José Miguel. Machado maxixe: o caso Pestana. *Teresa Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 13-79, 2004.

ZILBERMAN, Regina. “Virgilius” e os direitos humanos. *In*: WERKEMA, Andréa Sirihal; ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Atualidade de Machado de Assis: leituras críticas*. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2021.